



A Ditadura de Segurança Nacional
NO RIO GRANDE DO SUL

1 9 6 4 História e Memória 1 9 8 5

Volume I

Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964



A Ditadura de Segurança Nacional

N O R I O G R A N D E D O S U L

1 9 6 4

História e Memória

1 9 8 5

**A DITADURA DE
SEGURANÇA NACIONAL
NO
RIO GRANDE DO SUL
(1964-1985):
HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964

Volume 1

Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Mesa

Presidente: Deputado Ivar Pavan (PT)

1º Vice-presidente: Deputado Luciano Azevedo (PPS)

2º Vice-presidente: Deputado Francisco Appio (PP)

1º Secretário: Deputado Giovani Cherini (PDT)

2º Secretário: Deputado Nélson Härter (PMDB)

3º Secretário: Deputado Paulo Brum (PSDB)

4º Secretário: Deputado Cassiá Carpes (PTB)

1º Suplente de Secretário: Deputado Miki Breier (PSB)

2º Suplente de Secretário: Deputado Raul Carrion (PCdoB)

3º Suplente de Secretário: Deputado Marquinho Lang (DEM)

4º Suplente de Secretário: Deputado Adão Villaverde (PT)

Escola do Legislativo

Presidente: Dep. Adão Villaverde

Direção: Vânia M. Barbosa

Coordenação da Divisão de Publicações: Vanessa Albertinence Lopez

Organizadores

Enrique Serra Padrós

Vânia M. Barbosa

Vanessa Albertinence Lopez

Ananda Simões Fernandes

**A DITADURA DE
SEGURANÇA NACIONAL
NO
RIO GRANDE DO SUL
(1964-1985):
HISTÓRIA E MEMÓRIA**

Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964

Volume 1

Corag

Porto Alegre

2009

Copyright

Capa - André Rousselet Sardá, Dado Nascimento, Bernardo Berton

Projeto gráfico - André Rousselet Sardá, Dado Nascimento, Bernardo Berton

Diagramação - Dado Nascimento

Equipe técnica de apoio

Alessandra Gasparotto

Claci Maria Gasparotto

Graciene de Ávila

Marcos Machry

Mariana Ferreira e Silva

Marla Barbosa Assumpção

Revisão de Língua Portuguesa

Departamento de Taquigrafia da Assembleia Legislativa RS

Gabinete de Consultoria Legislativa da Assembleia Legislativa RS

Escola do Legislativo

Supervisão Técnica

Sônia Domingues Santos Brambilla - CRB 10/1679

Débora Dornsbach Soares - CRB 10/1700

Divisão de Biblioteca da Assembleia Legislativa RS

Endereço para correspondência

Escola do Legislativo Deputado Romildo Bolzan

Praça Marechal Deodoro, nº 101 – Solar dos Câmara

CEP – 90010-900 Porto Alegre/RS - Brasil

Os conceitos emitidos neste livro são de inteira responsabilidade dos autores.

É permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte e mantido o texto original.

Dados Internacionais de catalogação na fonte (CIP – Brasil)

D615

Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985) : história e memória. / organizadores Enrique Serra Padrós, Vânia M. Barbosa, Vanessa Albertinence Lopez, Ananda Simões Fernandes. – Porto Alegre : Corag, 2009. – v. 1; 272 p. : il.

ISBN 978-85-7770-087-5

Conteúdo: v. 1. Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964 – v. 2. Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo" – v. 3. A Conexão Repressiva e a Operação Condor – v. 4. O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.

Realização: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Escola do Legislativo.

1. Ditadura – Rio Grande do Sul. 2. Golpe civil-militar (1964) – Rio Grande do Sul. 3. Grupo dos Onze. 4. Movimento Político. 5. Brasil – Presidente (1961-1964 : João Belchior Goulart). I. Padrós, Enrique Serra (org.). II. Barbosa, Vânia M. (org.). III. Lopez, Vanessa Albertinence (org.). IV. Fernandes, Ananda Simões (org.). V. Título: Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964. VI. Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo". VII. A Conexão Repressiva e a Operação Condor. VIII. O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.

CDU 981.65“1964-1985”(093)

CDU: edição média em língua portuguesa

Responsabilidade: Biblioteca Borges de Medeiros – Bib. Débora Dornsbach Soares – CRB-10/1700

*Dedicamos esta obra aos que ontem
lutaram contra a ditadura
e, também, aos que hoje lutam
por Verdade e Justiça.*

*Quero dizer teu nome, Liberdade,
quero aprender teu nome novamente
para que sejas sempre em meu amor
e te confundas ao meu próprio nome.
Deixa eu dizer teu nome, Liberdade,
irmã do povo, noiva dos rebeldes,
companheira dos homens, Liberdade,
teu nome em minha pátria é uma palavra
que amanhece de luto nas paredes.
Deixa eu cantar teu nome, Liberdade,
que estou cantando em nome do meu povo.*

Thiago de Mello
1966

*Ao peso dos impostos, o verso sufoca,
a poesia agora responde a inquérito policial-militar.
Digo adeus à ilusão
mas não ao mundo.
Mas não à vida,
meu reduto e meu reino.
Do salário injusto,
da punição injusta,
da humilhação, da tortura,
do horror,
retiramos algo e com ele
construímos um artefato
um poema
uma bandeira.*

Ferreira Gullar
agosto de 1964

SUMÁRIO

Apresentação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.....	15
<i>Ivar Pavan</i>	
Apresentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.....	17
<i>Temístocles Américo Corrêa Cezar</i>	
Prefácio.....	19
<i>Luis Fernando Veríssimo</i>	
Prefácio.....	21
<i>Enrique Serra Padrós</i>	
<i>Vânia M. Barbosa</i>	
<i>Vanessa Albertinence Lopez</i>	
<i>Ananda Simões Fernandes</i>	
Introdução – 1964: O Rio Grande do Sul no olho do furacão.....	33
<i>Enrique Serra Padrós</i>	
<i>Rafael Fantinel Lameira</i>	
O Golpe de 1964: Rio Grande do Sul, "celeiro" do Brasil.....	51
<i>Claudia Wasserman</i>	
Ausências e presenças da resistência na ditadura.....	71
<i>Raul Pont</i>	
"Capitão, vamos trabalhar juntos?".....	93
<i>Emílio Neme</i>	

Grupos dos Onze: lembranças que contam a verdade histórica.....	97
<i>Sérgio Gonzalez</i>	
Meu primeiro comício	109
<i>Wladimyr Ungaretti</i>	
Memórias de um comunista.....	115
<i>João Aveline</i>	
Lições de 1964.....	145
<i>Pedrinho Guareschi</i>	
Sobre João Goulart.....	175
<i>Christopher Goulart</i>	
Máximas e mínimas: os ventos errantes da mídia na tormenta de 1964.....	179
<i>Luiz Cláudio Cunha</i>	
Cronologia – O Rio Grande do Sul e o golpe civil-militar.....	223
<i>Graciene de Ávila</i>	
<i>Marcos Machry</i>	
<i>Mariana Ferreira e Silva</i>	
<i>Marla Barbosa Assumpção</i>	
Lista de abreviaturas e siglas.....	239
Anexo I – Deputados estaduais do Rio Grande do Sul cassados (1964-1966).....	247
Anexo II – Grande Expediente 45 anos do golpe – 31 de março de 2009.....	251

Roda Viva

Chico Buarque, 1967

Tem dias que a gente se sente
Como quem partiu ou morreu
A gente estancou de repente
Ou foi o mundo então que cresceu...

A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino pra lá...

Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...

A gente vai contra a corrente
Até não poder resistir
Na volta do barco é que sente
O quanto deixou de cumprir
Faz tempo que a gente cultiva
A mais linda roseira que há
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a roseira pra lá...

Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...

A roda da saia mulata
Não quer mais rodar não senhor
Não posso fazer serenata
A roda de samba acabou...

A gente toma a iniciativa
Viola na rua a cantar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a viola pra lá...

Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...

O samba, a viola, a roseira
Que um dia a fogueira queimou
Foi tudo ilusão passageira
Que a brisa primeira levou...

No peito a saudade cativa
Faz força pro tempo parar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a saudade pra lá...

Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração...

APRESENTAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

*Ivar Pavan**

Democracia e valorização do Parlamento constituem um dos eixos de atuação da Assembleia Legislativa durante esta gestão em 2009. Destacar importantes datas como a dos 30 anos da Anistia, dos 20 anos da Constituição Estadual e dos 45 anos do golpe de 64 são diretrizes das ações do Poder Legislativo gaúcho.

Esta obra é resultado de um importante esforço de sistematização de pesquisa, testemunhos e reflexões sobre as condições, consequências e perspectivas instauradas no Brasil desde o golpe de 1964 até o período reconhecido como de transição democrática.

A riqueza da abordagem é devida tanto à diversidade de enfoques – produzidos por competentes e comprometidos estudiosos e ativistas de direitos humanos – como à organização em temas que destacam e detalham: o golpe em si; a repressão e a resistência; a Operação Condor; a anistia e a abertura políticas.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul apresenta, com esta coletânea, mais uma expressão de seu compromisso com a construção da democracia.

*Presidente da Assembleia Legislativa-RS no ano de 2009.

APRESENTAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

*Temístocles Américo Corrêa Cezar**

O Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sente-se honrado em apresentar ao público o resultado da primeira ação da parceria com a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

A participação de professores e alunos dos cursos de graduação, mestrado e doutorado deste Instituto, na coletânea de livros intitulada *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*, confirma o crescente envolvimento dos cursos do IFCH com a história recente do Brasil e do Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos, a UFRGS tem contribuído significativamente na produção de conhecimento específico sobre a temática relacionada com o período da ditadura. De forma concreta, isso pode ser aferido pelas inúmeras pesquisas transformadas em dissertações de mestrado e teses de doutorado e publicações individuais ou coletivas. Por outro lado, essa produção vem acompanhando tanto as atividades de ensino quanto as de extensão, através de eventos regulares oferecidos para a comunidade gaúcha em geral.

* Diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/UFRGS.

Temas como "A Abertura dos Arquivos Repressivos", "o Golpe de 64", "Os Expurgos da UFRGS", "O 68", "O Sequestro dos Uruguaios", "O AI-5", "A luta pela Abertura Política e pela Anistia" e "A Operação Condor", entre outros, têm sido contemplados nas atividades desenvolvidas pela nossa comunidade. Especialistas como Carlos Fico, Marcelo Ridenti, Maria Aparecida Aquino, Jessie Jane V. de Souza, Selva López e Álvaro Rico ministraram cursos e conferências. E a casa acolheu, ainda, sistematicamente, depoimentos de Suzana Lisboa, Cláudio Gutiérrez, João Carlos Bona Garcia, Jair Krischke, Guillermo Rallo, Aurélio Gonzalez, Ignêz Serpa, Luiz Cláudio Cunha, Aveline Capitani e Universindo Rodríguez Díaz, entre tantos outros.

Neste sentido, trata-se de obra coletiva que articula o resgate de memórias, através da voz e do texto dos próprios protagonistas, à análise de especialistas, oferecendo um panorama diverso, rico em lembranças, sensibilidades e experiências, escritas sob forte rigor científico. Cumpre, ainda, uma função vital que é um compromisso do IFCH: a divulgação social do conhecimento produzido dentro do âmbito acadêmico.

Assim, o IFCH, cujo nome lhe foi atribuído em 1970 pelo decreto da ditadura militar que fragmentou a universidade em diversas unidades, cumpre, como herdeiro que é da antiga Faculdade de Filosofia da UFRGS, seu papel de protagonista na resistência política e intelectual a todas as formas autoritárias de governo e de sociedade.

PREFÁCIO

*Luis Fernando Veríssimo**

A História, segundo um surrado e cínico adágio, é sempre a versão dos vencedores. Uma mentira oficial se instala e se institucionaliza e com o tempo vira verdade. Mas o tempo nem sempre colabora. Com o tempo vem a resignação e a opção por não turvar águas passadas ou reabrir velhas feridas - mas também vem a distância necessária para reexaminar mentiras estabelecidas. O tempo perdoa ou condena, confirma ou desmente. O tempo traz o esquecimento - ou aguça a memória. E nada ameaça mais a versão dos vencedores do que memórias aguçadas.

Depois do fim do regime militar instaurado em 1964 vivemos, no Brasil, num curioso estado de faz-de-conta, exemplificado pela anistia geral dada a vencidos e vencedores. Buscava-se um "desarmamento dos espíritos" (frase muito usada na época, mas inadequada: não foram exatamente espíritos armados que nos dominaram durante 20 anos), mas o verdadeiro objetivo era fingir que nada tinha acontecido. Assim os militares voltaram para as casernas sem remorso ou desculpas, os civis que os apoiaram continuaram suas carreiras políticas sem atos de contrição, as vítimas sobreviventes do regime refizeram suas vidas e - a ideia era esta -

*Luis Fernando Veríssimo é jornalista e escritor.

não se falava mais nisso. Mas havia as memórias. Durante estes últimos anos o país conviveu com duas histórias, a oficial, a do deixa pra lá, e a da memória das pessoas. Com o tempo este desencontro se agravou. A memória aguçada - assim como a cobrança dos que reivindicam a verdade apenas para saber onde alguém foi enterrado - exige o fim do faz-de-conta.

E afinal, mesmo aceitando-se a realidade que são os vencedores que contam a história, a exigência não muda. O fim do regime militar foi uma vitória de uma democracia imperfeita e até agora não consolidada, mas democracia. O que se quer é a versão democrática da história do Brasil.

PREFÁCIO

Enrique Serra Padrós

Vânia M. Barbosa

Vanessa Albertinence Lopez

Ananda Simões Fernandes

I.

Este projeto foi, para nós, um percurso singular iniciado no dia 31 de março de 2009, quando relembramos, por meio da exibição do filme *Jango*, de Silvio Tendler, e do Seminário *45 Anos do Golpe de 64 – A Noite que Durou 21 Anos*, a data de 1º de abril de 1964, começo de um período que manchou de sangue e vergonha a democracia brasileira. O evento se completou com uma mesa temática que debateu o Golpe e suas implicações.

Participaram do evento os historiadores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Carla Simone Rodeghero, Caroline Silveira Bauer, Claudia Wasserman e Enrique Serra Padrós, além da historiadora da Universidade de São Paulo (USP), Maria Aparecida de Aquino.

A boa acolhida por parte do público presente, bem como a avaliação do registro ainda incipiente sobre a história recente do Rio Grande do Sul, foram fatos fundamentais para amadurecer a possibilidade de um novo desafio: a publicação das intervenções dos professores convidados com a complementação de alguns depoimentos que marcaram presença naquele evento original. Após inúmeras reuniões e avaliações sobre o material à disposição, surgiu a ideia de uma

coletânea de textos que pudesse apresentar ao público, em geral, uma visão panorâmica de uma diversidade de manifestações do que foi o embate político no Rio Grande do Sul, entre 1964 e 1985.

Surgiu, assim, o projeto *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): História e Memória*, constituído de quatro volumes: 1) Da Campanha da Legalidade ao Golpe de 1964; 2) Repressão e Resistência nos "Anos de Chumbo"; 3) A Conexão Repressiva e a Operação Condor; 4) O Fim da Ditadura e o Processo de Redemocratização.

Esta coletânea de livros torna-se uma espécie de certidão, na medida em que possibilita a compreensão sobre a vida dos gaúchos, cujo destino foi alterado por um "suposto acaso histórico", um desvio inesperado que, por uma combinação de forças de poder, tornou-nos estranhos no próprio país.

A obra reúne artigos científicos escritos por especialistas no tema, textos testemunhais redigidos pelos próprios protagonistas e depoimentos orais obtidos por meio de entrevistas, transformando-os em fontes preciosas. É claro que há evidentes lacunas e faltam muitos protagonistas essenciais. Desde já agradecemos, humildemente, toda colaboração que nos ajude a sanar possíveis imprecisões e até algum equívoco; é do ofício, sobretudo quando se parte de uma base de conhecimento ainda não sistematizada, pouco conhecida e restrita à especificidade da pesquisa acadêmica ou à memória individual. Mas é um primeiro esforço no sentido de começar a pensar coletivamente, respeitando a singularidade das trajetórias e as perspectivas das análises, a experiência traumática do período discricionário sobre a população do Rio Grande do Sul, suas instituições e seu cotidiano.

Assim, da construção da coletânea, participaram mulheres e homens que foram generosos ao aceitar o desafio de, com

desprendimento e coragem, contribuir para desvendar e lembrar um período da nossa história que não pode se repetir jamais. E, é claro, para o enriquecimento do nosso projeto tivemos a sorte de contar, também, com a colaboração de pessoas e instituições que nos permitiram acesso a arquivos privados ou disponibilizaram fotos e documentos.

II.

Em relação ao período da ditadura civil-militar, o Rio Grande do Sul apresenta as suas peculiaridades em termos das grandes análises de conjunto construídas desde o centro do país. Em primeiro lugar, pelo fato de ter uma forte tradição trabalhista, o que ajudou a configurar um grande apoio às Reformas de Base do governo de João Goulart. Em segundo, a marca deixada no imediato pré-golpe, pela Campanha da Legalidade, fundamental para reverter o quadro golpista deflagrado em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros.

Além disso, naquele contexto, a condição de ser um estado fronteiriço da Argentina e do Uruguai foi uma particularidade que gerou cinco tipos de dinâmicas, não necessariamente simultâneas em termos cronológicos:

- *primeiro*, referente ao fato de constituir uma espécie de *base de projeção* da influência brasileira sobre o espaço platino (lembando, por exemplo, a preparação da "Operação Trinta Horas" e a construção de uma infraestrutura rodoviária ligando estrategicamente o centro do país com o extremo sul do estado);
- *segundo*, vinculada à percepção geopolítica de fronteiras nacionais ameaçadas tanto pela mútua rivalidade e desconfiança da Argentina, quanto pela presença de "ameaçadoras" forças subversivas, nacionais ou estrangeiras (com a consequente

militarização da região e a conformação dela como área de segurança nacional);

– *terceiro*, pela configuração do território estadual como corredor para o trânsito da resistência ("pombos-correio" de Brizola, esquemas para retirar ou reintroduzir perseguidos políticos) e da repressão;

– *quarto*, o reconhecimento de que o Uruguai, país vizinho, virou santuário preferencial do exílio brasileiro entre 1964-1968, enquanto que o Rio Grande do Sul tornou-se uma área acessada por organizações perseguidas naquele país e na Argentina desde o final dos anos 1960 e durante a década de 1970 – o que deu especial conotação ao estado dentro da lógica da Segurança Nacional;

– *finalmente*, o Rio Grande do Sul foi alvo especial da ação da Operação Condor contra cidadãos uruguaios e argentinos.

III.

A memória, na medida em que se relaciona com o passado, constitui um elo indiscutível entre o presente e esse passado (que pode ter, inclusive, uma temporalidade difícil de precisar). Trata-se de uma espécie de ponte que conecta, articula e relaciona elementos temporais, espaciais, identitários e, também, históricos. Deve-se salientar ainda que, assim como a história não é neutra, também não há neutralidade nos registros da memória. As lembranças não são registros passivos ou aleatórios da realidade.

Além disso, a memória não é sinônimo de história ou de realidade histórica passada. Entretanto, a importância da memória para a história não é pequena, pois ela constitui significativa fonte para o trabalho dos historiadores; as lembranças e reminiscências da memória

coletiva auxiliam ao historiador que, com o rigor da sua metodologia de trabalho, as transforma em valiosas fontes para a produção do conhecimento científico. Ou seja, a história identifica, contextualiza e analisa as memórias como fonte; entretanto, elas também podem ser o seu objeto de estudo.

É importante destacar que, assim como a história, a memória é lugar e objeto de disputa nas relações de poder em confronto na realidade social. Jacques Le Goff é esclarecedor quando afirma que: "Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva".¹

A análise da temática da memória implica em reconhecer que há, como contrapartida, o esquecimento, os silêncios e os não ditos. O esquecimento pode ser uma opção de restringir ao essencial certos fatos ou informações a respeito deles. Mas também pode ser o resultado de uma ação deliberada de ocultamento. Diante dessa dupla possibilidade, pode ser útil a proposta de Peter Burke de "examinar a organização social do esquecer, as regras da exclusão, supressão ou repressão e a questão de *quem quer que quem esqueça o quê e por quê*". Essa é a fórmula, para ele, da amnésia social, dos atos de esquecimento.² Na disputa pelo que lembrar, é possível pensar em *memórias subterrâneas*, que surgem e se mantêm nos interstícios dos espaços compreendidos entre o esquecimento e a memória social. Elas expressam as memórias dos excluídos, dos esquecidos da memória oficial.

Sendo a memória coletiva uma construção social e um fator de identidade de uma comunidade, então, como viver com esquecimentos

¹LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas/SP: Ed. da Unicamp, 1996.

²BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

impostos? Como lembrar ou esquecer o que não se permite conhecer? Como conviver diante do *apagamento (desmemória)*? Para uma dada coletividade, quais os prejuízos implícitos nesse acesso ao (des)conhecido passado bloqueado? Os responsáveis pelos *anos de chumbo* latino-americanos sabem que o desconhecimento impede o posicionamento consciente; sabem, também, do potencial de inércia que possui o esquecimento coletivo. *'A impunidade é filha da má memória. Sabiam disso todas as ditaduras militares de nossas terras'*, bem disse Eduardo Galeano.

Na América Latina do pós-ditaduras, as instituições do Estado, boa parte do setores políticos e empresariais, as Forças Armadas e importantes segmentos da economia internacional e da política externa norte-americana têm conspirado fortemente contra *o lembrar*. Se não fosse a resistência pelo resgate da memória e da história, por parte de determinados setores político-sociais, a tendência vitoriosa teria sido a da imposição de um esquecimento acelerado.

Os processos de anistia no Brasil, Chile, Uruguai e Argentina não só pouparam os vencedores das ditaduras de Segurança Nacional como os recompensaram. E as "redemocratizações" fragilizaram-se diante da manutenção do entulho autoritário que ainda hoje permanece fortemente arraigado ao poder. A institucionalização do silêncio oficial e a supressão da memória coletiva foram fundamentais para *desresponsabilizar* os culpados e impor o anestesiamento e a amnésia do silêncio final. Diante de tamanha manipulação, pode-se coincidir com Yosef Yerushalmi, quando afirma que, em determinadas situações, a antítese da palavra esquecimento – e da palavra silêncio – talvez não seja memória, senão, justiça.³

O conhecimento sobre os acontecimentos das últimas décadas no Cone Sul latino-americano exige o trabalho de resgate das memórias

³YERUSHALMI, Yosef H. et al. *Usos del olvido*. Buenos Aires: Nueva Visión, 1989.

individuais e de elaboração de uma memória coletiva, mas também de recuperação da própria história. Tanto a recuperação da elaboração da memória contra o apagamento/esquecimento induzido/*desmemória*, quanto a procura da verdade do que foi dito que nunca ocorreu, são compromissos da história e responsabilidade dos historiadores. Isto implica, também, em apurar, cada vez mais, a importância do papel da memória na dinâmica temporal onde o passado é sempre objeto e motivo de reflexão para o presente e até para o futuro. Da mesma forma, isso também se configura para a afirmação do papel que a memória desempenha como matéria-prima sobre a qual o historiador pode produzir, com seus métodos de trabalho, o conhecimento histórico.

IV.

Nessa incursão foi preciso levantar, incansavelmente, o véu do esquecimento que paira sobre a vida dos brasileiros ao longo da história. Mas esse trabalho de investigação nos serviu de estímulo para enfrentar os limites e desafios que, como era de se esperar, o longo trajeto nos impôs.

Eis aqui nossa coletânea aberta e intensa – porém ainda incompleta, porque faltam muitos registros. Outras obras muito revelaram e com certeza outras virão, muito aprimoradas, com a inclusão de novos fatos, críticas e contribuições. E para elas estaremos de braços abertos, firmes no nosso propósito de apoiar todo projeto voltado à promoção dos direitos humanos.

Deixamos aqui a nossa humilde contribuição; um pequeno grão de areia diante de tudo o que falta por fazer. Uma obra que foi tomando corpo durante a caminhada que se tornou muito especial. Caminhada marcada pela generosidade dos que socializaram suas experiências de luta e resistência vividas e da solidariedade de todos os que se engajaram em

este trabalho coletivo. Caminhada... como aquela cantada em outra língua pelo poeta de outro tempo e de outro lugar; caminhada fraterna dos caminhantes que lutaram e lutam pela igualdade social e por um mundo realmente melhor:

*Caminante,
son tus huellas el camino,
y nada más;
caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.⁴*

V.

O presente livro traz uma série de depoimentos e textos que nos permitem acessar o cenário brasileiro e gaúcho no momento do Golpe de 1964 e refletir sobre tal acontecimento, seus antecedentes, protagonistas e desdobramentos.

De início, o texto da professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Claudia Wasserman, apresenta uma análise aprofundada das contradições e disputas que estavam em curso no momento anterior ao Golpe, traçando um panorama das lutas políticas em curso no país e, especialmente, no Rio Grande do Sul. A autora traz uma série de elementos que nos permitem compreender o cenário político gaúcho da época, marcado tanto pela atuação de Ildo Meneghetti, eleito governador em 1962 e apoiado pelas forças conservadoras, como pelo protagonismo político de Leonel Brizola e seu projeto nacionalista. Além disso, a autora discorre sobre a história do Rio Grande do Sul no momento posterior ao Golpe, comentando sobre os diferentes governos estaduais que se seguiram, e discute sobre a produção

⁴ Antonio Machado (Sevilla, 1875 – Collioure, 1939). *Proverbios y Cantares*. Campos de Castilla (1912).

historiográfica recente, enfatizando a importância dos novos estudos para a compreensão de nossa história recente.

O deputado estadual Raul Pont apresenta algumas reflexões e memórias que abarcam importantes momentos. Recuando no tempo até a morte de Getúlio Vargas, em 1954, Pont traça uma análise sobre questões significativas para a compreensão do contexto que levou ao Golpe de 1964, como a Guerra Fria, o anticomunismo presente nos meios militares, as tentativas anteriores de golpe no Brasil e a falta de preparação, por parte da esquerda, para enfrentar o golpe. O ex-prefeito de Porto Alegre também discute sobre a resistência contra a ditadura e seus limites, bem como as transformações vividas pelos grupos e organizações de esquerda no pós-abertura e a constituição do Partido dos Trabalhadores.

O depoimento do Coronel Reformado da Brigada Militar Emílio Neme retrata um dos momentos mais marcantes da recente história política gaúcha – a *Campanha da Legalidade*. Em seu texto ele narra como se constituiu, dentro da Brigada Militar, a rede de apoio que garantiu ao então governador Leonel Brizola as condições de resistir à tentativa de impedir a posse de João Goulart em 1961. Neme, que também foi chefe de Segurança de Brizola e estava junto a ele no momento do Golpe, traz alguns apontamentos sobre a trajetória do ex-governador a partir daquele episódio, especialmente sobre a perseguição que sofreu e sua partida para o exílio.

Sérgio Gonzalez apresenta algumas reflexões acerca dos Grupos dos Onze, organizados em torno da figura de Leonel Brizola a partir de 1963. Gonzales busca problematizar a forma como tem sido lembrada a trajetória e a atuação dos Grupos dos Onze no país e traz algumas memórias de suas vivências enquanto integrante de um dos grupos.

Wladymir Ungaretti narra sua participação no grande comício na Central do Brasil, em março de 1964, e o começo de sua militância política. O jornalista estava então iniciando sua participação no PCB, e aquele foi o seu primeiro comício. Ungaretti relembra alguns episódios da época, discorrendo sobre as utopias, os companheiros de militância e as experiências que vivenciou.

Apresenta-se, também, uma entrevista com João Aveline, jornalista e um dos mais destacados militantes do Partido Comunista Brasileiro no Rio Grande do Sul. Realizada em junho de 2005, meses antes de seu falecimento, a entrevista comprehende diferentes momentos da história de vida de Aveline, perpassando o início de sua trajetória política e o ingresso no PCB, a militância sob o governo Vargas, o processo que levou ao Golpe, sua atuação como jornalista, o recrudescimento da repressão e sua prisão em 1975, e o posterior processo de abertura política. O jornalista também traçou um panorama das principais lutas travadas no campo da esquerda ao longo do século XX, oferecendo uma série de subsídios para que possamos refletir sobre os partidos e organizações de esquerda, suas práticas e projetos em nossa história recente, especialmente no pós-1964.

O texto de Pedrinho Guareschi, intitulado "Lições de 1964", traz algumas relembranças do autor sobre o período e reflexões que nos ajudam a compreender o complexo processo que culminou com a queda de Jango. Guareschi atenta para as dificuldades que temos para perceber certos processos quando estamos no turbilhão dos acontecimentos, discute o que significa pensar no Golpe mais de quarenta anos depois e quais as lições que podemos tirar desse episódio. Para o autor, é preciso perceber que a análise daquele momento histórico pode nos auxiliar a compreender os desafios que se impõem nos dias atuais.

Christopher Goulart apresenta algumas considerações acerca da biografia e da trajetória política do ex-presidente João Goulart. O neto de Jango conta sobre sua peregrinação pelo estado, através do Instituto João Goulart, com o objetivo de resgatar a história de seu avô, debatendo com a sociedade sobre o seu governo, sua postura de conciliação e o projeto reformista que foi derrotado em 1964.

Por fim, o texto de Luiz Cláudio Cunha traz algumas considerações sobre o papel desempenhado por setores da grande imprensa no processo que levou ao Golpe de 1964. O jornalista analisa diferentes veículos de comunicação no período, buscando evidenciar a participação da grande imprensa na divulgação de ideias anticomunistas e na oposição a João Goulart, bem como seu apoio no momento do Golpe e sua posterior adesão ao projeto ditatorial. Cunha também discute sobre as campanhas patrocinadas pelo complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais/Instituto Brasileiro de Ação Democrática), disseminadas pela imprensa escrita, rádio e televisão, e seu papel no sentido de manipular a opinião pública contra Jango.

**Para que não se esqueça
Para que nunca mais aconteça!**

Os organizadores

INTRODUÇÃO

1964: O RIO GRANDE DO SUL NO OLHO DO FURACÃO

*Enrique Serra Padrós**
*Rafael Fantinel Lameira***

Às 18horas e 10 minutos do dia 3 de abril de 1964, o então governador do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, fazia sua entrada na capital do estado, em pose triunfal, acompanhado do recém-nomeado comandante do III Exército, general Mário Poppe Figueiredo, que ainda trajava seu uniforme de campanha. Ambos retornavam de Passo Fundo em um veículo militar de combate à frente de um "apreciável cortejo" de viaturas militares e de ônibus que conduziam forças militares do Exército e da Brigada. Chegaram juntos, a estes, o comandante da Brigada Militar coronel Otávio Frota, o chefe da Casa Civil do governo, Plínio Cabral, e o chefe da Casa Militar, coronel Orlando Pacheco. O tom triunfal marcado pela cena apoteótica do simbolismo militar ficava por conta do êxito do Golpe civil-militar que derrubou o então presidente constitucional do Brasil, consumado no estado do extremo sul brasileiro apenas às 11 horas e 45 minutos do dia 2 de abril, quando o presidente João Goulart retirou-se de Porto Alegre. Ali havia estabelecido sua última tentativa de resistência, não bem-sucedida. Partiu rumo ao exílio no Uruguai, de onde jamais retornaria em vida. Ficava mascarado o incômodo fato de que, dois dias antes, o próprio Meneghetti tivera que fugir de Porto Alegre

* Professor do Departamento de História e do PPG-História/UFRGS.

** Mestrando em História/UFRGS. Está desenvolvendo a dissertação *Os movimentos sociopolíticos liberal-conservadores na construção e consolidação da ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul. Do Golpe de 1964 ao AI-5.*

dante do temor à mobilização das forças de oposição ao Golpe. Mas esta é uma história que precisa ser contada desde o começo.

No dia 1º de abril de 1964, em meio ao clima de apreensão e do desencontro, e até mesmo ausência de informações, noticiava-se a deflagração de um movimento sedicioso, partindo de Minas Gerais sob o comando militar do general Mourão Filho, e político, do governador Magalhães Pinto. De imediato, o comandante do II Exército, general Amauri Kruel, compadre e amigo do presidente, aderiu à revolta. Na justificativa destes, o "movimento" se dava pela preservação da liberdade e da democracia, contra a conspiração dos comunistas que "conspurcavam a pátria" e o próprio governo. Os acontecimentos já são bastante narrados e conhecidos.¹

A deflagração do movimento militar foi a culminância e a parte mais visível de um amplo movimento civil-militar que não pode ser considerado de forma simplista ou com base em binômios explicativos. Em termos conjunturais, pode ser pensado como um contragolpe preventivo, deflagrado contra a ascensão das lutas dos movimentos sociopolíticos, baseados, majoritariamente, em um programa nacionalista e reformista. No jargão político destes movimentos, o objetivo era realizar reformas sociais para tornar o capitalismo mais humano e democrático. Entretanto, esta visão não pode limitar a percepção de que se tratou também de um movimento sociopolítico que aglutinou amplos setores liberais e conservadores em nome de um projeto político baseado nas formulações da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Outra dimensão fundamental do Golpe de 1964 está vinculada à relação com as estruturas que lhe dão significado; nesse sentido, ele também faz parte do contexto de radicalização política da Guerra Fria, agravada, ainda, nas Américas, pela Revolução Cubana.

¹Correio do Povo, Porto Alegre, 3 abr. 1964.

Assim, o Golpe de 1964 constituiu um evento que, simultaneamente, toma significado a partir das estruturas sociais do século XX, na mesma medida em que confere significado às estruturas sociais brasileiras e sul-rio-grandenses, quais sejam: o elitismo e o conservadorismo políticos daqueles que se percebem como "responsáveis pela pátria" e a constante identificação de democracia com ordem e harmonia social. Dentro dessa perspectiva, é possível compreender como o Golpe contou com total apoio e colaboração do governo dos Estados Unidos, através do embaixador Lincoln Gordon. Tal apoio não era somente político, mas também militar, consubstanciado num plano de contingência que previa apoio logístico e de tropas aos setores golpistas, expresso na famosa *Operação Brother Sam*, caso houvesse resistência. Tal plano contou com planejamento conjunto entre militares brasileiros e o governo dos EUA, através de seu Departamento de Estado. Sabe-se também da ampla participação desta potência estrangeira na campanha de desestabilização e na conspiração contra Goulart, junto com as entidades das classes conservadoras do Brasil.² Compreender este ponto é fundamental para entender a relação entre o Golpe de Estado no Brasil e o contexto mais amplo da *Guerra Fria*, no qual tal conflito se situa. Não se trata de pensar numa grande conspiração internacional, nem de imputar o protagonismo nem os males da nossa sociedade ao "outro", ao estrangeiro, mas compreender o processo histórico em sua totalidade, para não falsear a realidade ou isolar elementos importantes e complementares para entender como o Brasil mergulhou em mais de 20 anos de ditadura de Segurança Nacional.

Frente à deflagração da movimentação militar do movimento golpista, Goulart nomeou o general legalista Ladário Pereira Telles para

² FICO, Carlos. *O Grande Irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

assumir o comando do III Exército, que abarcava a região sul (os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná); seu Quartel-General era em Porto Alegre. Goulart pretendia estabelecer a sua resistência na mesma cidade que lhe havia garantido a posse a partir da Campanha da Legalidade, em 1961, comandada pelo então governador Leonel Brizola. Ladário Telles chegou a Porto Alegre nas primeiras horas do dia 1º de abril, onde foi recepcionado pelo prefeito da capital, Sereno Chaise, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), no mesmo momento em que o general Jair Ribeiro, recém-operado, reassumiu o Ministério da Guerra. Ao chegar, o novo comandante lançou uma proclamação pública, concitando o III Exército a permanecer fiel à legalidade e ao mandato constitucional do presidente, juntamente com o povo e a resistência civil.

O governador do estado, Ildo Meneghetti, do Partido Social Democrático (PSD), adversário político declarado do PTB, fazia parte do movimento golpista, sendo uma das lideranças nacionais. Requisitou, por decreto, as emissoras de rádio e televisão sediadas na capital, sob a justificativa de "evitar a sua utilização para a difusão de pronunciamentos que possam, de qualquer modo, perturbar a tranquilidade reinante no nosso estado", procurando evitar que se repetissem fatos como os de 1961. Afirmou também que, diante da crise, manteria a ordem em todo o Rio Grande do Sul.³ O objetivo de Meneghetti era muito claro: evitar a reorganização da Cadeia da Legalidade. Portanto, na prática, impôs a censura e o controle estatal, a fim de evitar a reação e rearticulação das forças contrárias ao Golpe no estado. No plano militar, o governo colocou a Polícia Militar e a Polícia Civil de prontidão. A guarnição da sede do governo foi reforçada e a área adjacente ao Palácio Piratini foi interditada ao trânsito. Veículos policiais e militares foram colocados em prontidão,

³Correio do Povo, Porto Alegre, 1 abr. 1964, p. 11.

na necessidade de utilizá-los para deslocar tropas.⁴ A sede do governo foi novamente transformada em quartel-general, protegido por barricadas, só que, desta vez, a favor do Golpe e contra a ordem constitucional, embora o discurso dos sediciosos dissesse o contrário. Apesar do governo afirmar que as medidas eram apenas preventivas para assegurar a calma no estado, as mesmas visavam à repressão rápida dos focos de resistência.

Tanto o governador como todos os partidos e políticos que compunham o bloco da Ação Democrática Popular (ADP), que comandavam o governo do estado (PSD, UDN, PL, PRP, PDC), vinham participando da campanha de desestabilização do governo Goulart. Meneghetti participava de articulações nacionais e locais. Foi assim que, no 22 de março de 1964, recebeu o governador de São Paulo, Adhemar de Barros, para discutir a situação política nacional e os termos de um manifesto a ser redigido em conjunto pelos governadores da oposição. Nessa ocasião, em Porto Alegre, Adhemar de Barros afirmou que haveria eleições em 1965, mas tinha dúvidas se Goulart as presidiria,⁵ indicando uma clara posição desestabilizadora. Já em 24 de março, tornou-se público o manifesto dos generais, alertando para os perigos representados pelo presidente da República. Ainda antes, em 16 de março, o mesmo Meneghetti enviou um telegrama ao presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, com cópias ao presidente da Câmara, Raniere Mazzilli, e a todos os governadores do país. O telegrama alcançou repercussão nacional e "definiu" sua posição em face à "situação nacional" e ao comício da Central do Brasil, marcando sua adesão pública à conspiração em andamento. O texto, um pouco longo, merece ser citado pela gravidade do compromisso assumido:

⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1 abr. 1964, p. 11.

⁵ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 22 mar. 1964, p. 48.

Neste momento em que a nação assiste alarmada e inquieta a tantos e tão graves ataques às instituições dirijo-me a Vossa excelência para hipotecar em nome do Rio Grande e em meu próprio irrestrita solidariedade ao Congresso Nacional que agora reabre seus trabalhos. A adoção das medidas que visem a modificar a estrutura econômica do país a fim de que ela possa atender aos legítimos anseios do povo, pode e deve ser feita ao amparo das leis e da constituição, pois a democracia constitui exatamente o meio e o caminho para a solução de todos os conflitos. [...] ante os ataques ao Congresso Nacional, lamentavelmente feitos na presença de autoridades responsáveis pela salvaguarda da lei e da legalidade, não posso deixar de exprimir minha indignação e o protesto do povo rio-grandense. Assim como em mais de uma oportunidade, defendi a legitimidade integral do mandato do senhor presidente da República, quando esta foi questionada, agora defendo com a mesma firmeza, o direito, as prerrogativas, e a dignidade do Congresso Nacional. A inquietação e a insegurança, que vêm solapando a todos os setores da vida nacional, põem em grave risco as instituições democráticas. [...] Reafirmo a Vossa Excelência que o Rio Grande do Sul, fiel a suas tradições, reagirá a qualquer atentado à constituição, parta de onde partir, e defenderá a legitimidade dos mandatos seletivos em qualquer circunstância e por qualquer meio a seu alcance. [...]⁶

No Rio Grande do Sul, os partidos da ADP e as autodenominadas Classes Produtoras foram protagonistas na construção das condições políticas para o Golpe. Vale ressaltar que a ação política destes havia iniciado, veladamente, ainda em 1961, mas se intensificou no final de 1963. Seu envolvimento concreto no Golpe foi inquestionável.

Logo nas primeiras horas da noite, após a declaração de Meneghetti, Plínio Kroeff e Fábio de Araújo Santos, presidentes,

⁶Correio do Povo, Porto Alegre, 17 mar. 1964, p. 24.

respectivamente, da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) e da FEDERASUL, foram ao palácio Piratini para apoiar o governador, em nome dos setores que representavam. Segundo eles, a mensagem do governador "expressa com fidelidade o pensamento das classes produtoras do Rio Grande do Sul". Da mesma forma, o governador recebia muitas manifestações de apoio de entidades, políticos e militares de todo o Brasil.⁷

Os setores empresariais, no dia seguinte, divulgaram um manifesto central no processo de combate aberto ao governo Goulart. Nele, indicavam que as entidades dos setores empresariais, conscientes de suas responsabilidades como "forças vivas da nação, sentiram-se no dever de se manifestar frente à generalizada apreensão" em função das medidas tomadas pelo governo federal. Manifestaram

seu veemente protesto contra o clima de agitação provocado em todos os setores da vida pública nacional, criando situação de intranquilidade, incerteza, e, sobretudo, de insegurança que impede o normal desenvolvimento de todas as atividades e consequentemente, põe em risco, não só a prosperidade da nação, como a própria sobrevivência das suas instituições [...].

As entidades afirmavam, ainda no mesmo documento, que nunca se haviam negado a colaborar na resolução dos problemas nacionais, mas que, em sua opinião, era preciso uma nova ordem e agir contra os que "procuram solapar o regime através da subversão". O Manifesto foi assinado pelos presidentes da FIERGS e do CIERGS, Plínio Kroeff, da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e da Associação Comercial de Porto Alegre, Fábio Araújo dos Santos, da Federação das Associações Rurais do Rio Grande do Sul,

⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 mar. 1964, p.24.

Oscar Carneiro da Fontoura e do Sindicato dos Bancos do Rio Grande do Sul, João da Costa Ribeiro.⁸

Quanto à ADP, em 20 de março, divulgou o manifesto conjunto dos partidos que a compunham, propondo um "estado de alerta para evitar o golpe". Seu conteúdo denunciava que o governo Goulart demonstrava "inadaptação ao sistema constitucional e legal que disciplina as instituições democráticas brasileiras" e, ao não conseguir cumprir suas obrigações básicas, nem conter a inflação, fugia das suas responsabilidades para atribuí-las a outrem. O documento apontava, ainda, que:

as greves comandadas por organismos espúrios e insuflados por agentes do próprio governo, afetando serviços públicos essenciais, decretadas por motivos políticos e paralisando a vida da nação; a agitação dos meios rurais, com o desestímulo da produção, a organização dos grupos de guerrilha revolucionária, ostensivamente proclamada e tolerada pelo governo; a pregação aberta ao fechamento do congresso, feita em comício frente as mais altas autoridades da república; as ameaças de controle, supressão ou monopolização dos meios de publicidade e comunicação, [...] estão a indicar um processo subversivo das nossas instituições. Há, incontestavelmente, uma infiltração comunista em todos os setores do governo.

O manifesto finalizava com uma declaração contundente: "Na defesa intransigente das instituições, os partidos políticos, que somam a maioria esmagadora da opinião pública rio-grandense, unem seus esforços, sob uma única bandeira, e *conclamam seus correligionários à resistência até o último sacrifício*".⁹

⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 mar. 1964, p. 24.

⁹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 20 mar. 1964, p. 7 e 16.

Desta forma, os caminhos para os ataques ao governo estavam inteiramente abertos. O jornal *Correio do Povo* assumiu uma crítica violenta, acusando Goulart de agitador, violador da democracia, demagogo e de querer instalar um "*neoperonocastrismo*" no Brasil (seja lá o que isso quisesse dizer). Adotava uma linha de questionamento como a que vinha sendo utilizada por Lacerda e a imprensa do centro do país nos ataques tanto ao governo federal quanto ao próprio Brizola. Tratava-se de uma referência explícita aos planos de instalar no Brasil um regime comunista aos moldes "caudilhescos" e populistas dos pampas; em decorrência, uma mistura de Perón e Fidel Castro, dois dos maiores pesadelos das direitas latino-americanas.¹⁰

A partir de então, a crise política passou a ser objeto de todos os debates e discursos na Assembleia Legislativa. Enquanto a Ação Democrática Popular atacava Goulart e as reformas, o PTB e a Ação Republicana Socialista (ARS) faziam a sua defesa. A polarização política era uma realidade. Na Assembleia Legislativa a bancada da ADP, por iniciativa do deputado Paulo Brossard, tentou votar um requerimento, manifestando solidariedade ao Congresso Nacional e contra o presidente Goulart, nos termos já colocados pelo governador. Já o PTB, a ARS e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), em contraposição, tentaram colocar em votação um requerimento pedindo ao Congresso para ser sensível às dificuldades do povo e à necessidade de aprovação das reformas sociais de forma democrática e popular. Na radicalização, no debate e nos subterfúgios regimentais, nenhum dos dois requerimentos foi votado. Em outra sessão, no entanto, a moção da ADP foi vitoriosa por 27 votos a 26.¹¹ O resultado confirma o delicado equilíbrio institucional entre as forças políticas dos dois campos. Isto indica que a

¹⁰ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 mar. 1964, p. 4.

¹¹ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18 mar. 1964, p. 7; *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 mar. 1964, p. 7.

propalada superioridade conservadora é, no mínimo, um exagero do discurso político partidário. Deputados e líderes políticos da ADP passaram a fazer constantes pronunciamentos em defesa da "união dos democratas para salvar a democracia do comunismo e da demagogia". O presidente e as forças reformistas eram constantemente atacados por "criar uma situação que paralisava atividades vitais", numa série de ultimatos que faziam parte de uma campanha aberta contra as instituições. O governo e as esquerdas teriam feito, segundo o discurso conservador/golpista, um ultimato à democracia e isso não podia ser tolerado.¹² Nesse sentido, o pronunciamento do deputado Alexandre Machado, do PSD, na Assembleia Legislativa, foi exemplar. A defesa da intervenção armada foi categórica.

O deputado declarou abertamente que:

a situação nacional chegou a seu ponto mais crítico. Ou reagimos agora ou seremos tragados pelos comunistas, hoje em nossa pátria, chefiados pessoalmente pelo presidente da República. [...] Marchamos para a expropriação de tudo, em nome do povo, tudo se estatizará. [...] o golpe às instituições está iminente. [...] os inimigos da pátria, corruptos e corruptores, estão se preparando para dar o golpe final nas instituições democráticas, e pisaram, eles, fundo no acelerador da revolução. Vamos agora, eles ou nós, para o abismo. [...] Sei que o governo do estado defenderá com as armas ao seu alcance a vigência do regime que os totalitários querem destruir e ultrajar. Estaremos ao lado do nosso governador, bem como dos governadores de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Guanabara e tantos outros, que estão dispostos a dar suas vidas antes de permitirem, o criminoso, bárbaro, ilegal, arbitrário atentado às liberdades e à democracia. [...] É desejo dos rio-grandenses defenderem seus lares, suas esposas e seus filhos, contra os assassinos e inimigos da pátria, com as armas na mão, dispostos a tudo.

¹² *Correio do Povo*, Porto Alegre, 19 mar. 1964, p.22.

Precisamos pôr em arma todos os homens de bem. [...] o Rio Grande não trata de candidaturas. Trata da Salvação Nacional.¹³

A Igreja Católica também representou papel ativo e importante durante todo o processo de tentativa de construção do consenso político em torno do projeto conservador e contra as reformas sociais, principalmente através do arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, que, através de sua atividade pública, missas, jornais e seu programa de rádio *A voz do pastor*, associava as reformas ao avanço do "comunismo materialista e ateu", contrário à tradição católica e cristã do pacífico povo brasileiro. O recado era claro. O arcebispo também inspirou e apoiou a formação, em 9 de março de 1964, da Ação Democrática Feminina (ADF), entidade liderada por Ilda Baumhardt e Ecilda Haensel, e que se definia "apartidária, sem preconceito de religião e de raças". Seu programa incluía: "Ensinar a amar a pátria, ajudar os jovens para que se tornem cidadãos conscientes, combater a demagogia, a subversão e a desordem e reformar o que está errado dentro da disciplina da ordem e da lei [...]."¹⁴

A ADF do Rio Grande do Sul era uma das entidades femininas católicas e conservadoras que o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) financiava e orientava politicamente na desestabilização e conspiração contra as forças nacionalistas e João Goulart.¹⁵ Por outro lado, cabe registrar que o IPES tinha uma seção Rio Grande do Sul, a IPESUL, fundada em março de 1962, em Porto Alegre. Em meio a esta efervescência social que vivia o estado, o IPES passava a ser propagandeado como uma "entidade plural" que defenderia a "revisão

¹³ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 26 mar. 1964, p.7.

¹⁴ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 10 mar. 1964, p. 4.

¹⁵ DREIFUSS, René. 1964: *a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981. p.295.

integral dos padrões sociais vigentes", "defensor das tradições democráticas, cristãs e ocidentais". Seus organizadores admitiam que a criação do Instituto na cidade era uma articulação anterior de homens do comércio e afirmavam a necessidade das reformas "dentro da democracia". Entretanto, o IPES foi, junto com o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o grande organizador da conspiração contra Goulart no Brasil.¹⁶ O primeiro presidente da seção gaúcha (IPESUL) foi Álvaro Coelho Borges, que, na sua posse, declarou que a organização era uma aspiração de empresários, profissionais liberais e democratas, na convicção da necessidade de agir "para melhorar a vida do povo sem exigir a perda da liberdade".¹⁷ Álvaro Coelho Borges era, também, presidente da FEDERASUL e da Associação Comercial de Porto Alegre (ACPA), fato que indicava, assim, a estreita ligação entre os setores empresariais do estado e as atividades golpistas desenvolvidas pelo IPES em nível nacional e estadual. Embora a atuação do IPESUL tenha sido discreta (assim como a matriz nacional), a sua participação política na conspiração golpista foi altamente estratégica.

Diante da profusão de manifestos dirigidos à "Nação", entre os quais os de Mourão Filho, Juscelino Kubitschek, Magalhães Pinto, bem como os editoriais de jornais de grande circulação no país, exigindo a deposição do presidente, chama a atenção, no Rio Grande do Sul, a tomada de posição do *Correio do Povo*. Assumindo um tom de dramaticidade latente, publicou em suas páginas um editorial intitulado "Pela Lei e Pela Ordem", através do qual afirmava que frente aos "graves acontecimentos de caráter político militar" deveria se manifestar.

¹⁶ DREIFUSS, op. cit.

¹⁷ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 1 abr. 1962.

Este jornal, fiel a linha que traçou seu fundador Caldas Junior, como órgão independente, sem filiações partidárias, nem vinculação de nenhum tipo, com grupos ou organizações de qualquer natureza, segue, no entanto, acima de qualquer injunção uma impessoal postura programática: a defesa das instituições democráticas e da ordem constitucional que as exprime. Mas da verdadeira ordem constitucional, daquela que está não apenas na letra, mas também e mais importante e decisivamente, no seu espírito e no seu exato e profundo significado, o qual não se compadece com atentados ou insuflamentos de atentados à própria dignidade das Forças Armadas e à própria autenticidade do regime, pela inversão da hierarquia e pela quebra de disciplina, com projeção na própria ordem institucional estabelecida.

Clamava, ainda, para que as Forças Armadas cumprissem sua "histórica missão", de serem "sustentáculos da lei e da ordem", sob o espírito de sua vocação histórica, o cristianismo e o democratismo-liberal. O encerramento não poderia ser mais categórico: "O caminho a seguir nesta hora de decisão não comporta dúvidas ou vacilações: é o do saneamento ético das cúpulas políticas e administrativas e da anulação dos inimigos da pátria e da democracia, que se encastelaram funestamente na própria cidadela do poder". O discurso golpista transparecia com toda a força e justificava a necessidade de infringir a Constituição "pelo seu próprio bem e pela manutenção da ordem". O fundo político dos conspiradores estava explícito. Nessa perspectiva, a legalidade precisava estar a serviço daqueles que realmente deviam decidir o que era a "verdadeira ordem constitucional". Tais posições põem por terra o argumento da suposta neutralidade da imprensa e confirmam sua tomada de posição inequívoca e responsabilidade na deflagração do Golpe.

Retomando o contexto imediato do golpe, a situação do governador Meneghetti se agravou ainda mais; soube, do então comandante do III Exército, general Galhardo, que este estava disposto a apoiar o movimento golpista e prender o general Ladário Pereira Telles, quando se apresentasse no Rio Grande do Sul. No entanto, quando este último assumiu efetivamente o Comando do III Exército, ocupou emissoras de rádio, com tropas fiéis à legalidade, dando oportunidade para que setores civis organizados em apoio a João Goulart dessem início ao processo de levante popular, sob liderança de Leonel Brizola e do prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, tentando repetir a Campanha da Legalidade de 1961. Um grande número de populares marchou para a Praça da Matriz, a fim de depor o governador e entregar o governo a Leonel Brizola. O clima no Palácio Piratini era de extrema tensão. A tropa de choque da Brigada Militar foi acionada e tomou posição defensiva. O impasse foi atenuado quando Sereno Chaise convocou a população a acompanhar o desenrolar dos acontecimentos no Paço Municipal.

De posse das rádios gaúchas, a Cadeia da Legalidade foi reeditada, divulgando notas e proclamações de entidades, conclamando o povo à resistência contra o "golpe dos gorilas". O movimento culminou com a realização de um comício no Largo da Prefeitura que contou com oradores como Leonel Brizola, Álvaro Ayala, Vilson Vargas, Floriano D'ávila e o próprio Sereno Chaise. Todos pediram a união das forças populares contra o golpe às instituições. Segundo o *Correio do Povo*, o prefeito Sereno Chaise permaneceu em seu gabinete desde o início da crise, atento ao desenrolar dos acontecimentos, cercado por seus auxiliares e "elevado número de populares", que se colocaram em frente da prefeitura. Inúmeras organizações e entidades manifestaram apoio ao prefeito e ao presidente Goulart: Comando de Reivindicações dos

Servidores do Estado, Comando Nacionalista de Guarujá, Frente Nacionalista do Magistério Gaúcho, Conselho Sindical Feminino, Comando dos Servidores Federais do Rio Grande do Sul, Comissão dos Profissionais Liberais, Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro e Similares de Porto Alegre, funcionários da Prefeitura Metropolitana, do MASTER, Sindicato dos Oficiais de Barbeiros e Similares, da Associação dos funcionários da CEEE e do Sindicato dos Trabalhadores de Energia Elétrica em Porto Alegre, entre tantas outras. A sorte da limitada democracia brasileira estava sendo decidida, em grande medida, no Rio Grande do Sul, onde a resistência depositou suas últimas esperanças.

O governador Meneghetti percebeu que fracassara a manobra de requisitar as emissoras de telecomunicações (já ocupadas pelas tropas do III Exército leais a Goulart), e que se encontrava com pouca base social de apoio em Porto Alegre. Assim, no 1º de abril, sob pressão do III Exército e do movimento civil pela legalidade, transferiu a sede do governo para Passo Fundo, na sede do 3º Batalhão de Caçadores da Brigada Militar. Desse local, conclamou o povo gaúcho contra Goulart e os inimigos da democracia.

No dia 2 de abril, diante da notícia de que Goulart abandonara Brasília, anuncia-se a vitória do movimento "rebelde". O presidente desembarcou em Porto Alegre, acompanhado por ministros e auxiliares, entre os quais o general Assis Brasil. Cerca de duzentas pessoas o recepcionaram com "vivas ao presidente do Brasil". Depois de ser cumprimentado pelo comandante do III Exército, Ladário Pereira Telles, pelo prefeito Sereno Chaise e pelo deputado Leonel Brizola, bem como por diversos deputados estaduais, Goulart foi escoltado até a residência do comandante do III Exército. Especulava-se que o

presidente vinha para o Rio Grande do Sul, região onde contava com expressiva base política e militar para lutar pela retomada do poder.¹⁸

Entretanto, a situação militar no III Exército mostrava fissuras importantes. Embora o quartel-general anunciasse que exercia controle sobre todo o estado, os jornais informavam que tropas da Divisão de Cavalaria, em Uruguaiana, da 3^a Divisão de Cavalaria, em Bagé, e da 3^a Divisão de Infantaria, em Santa Maria, estavam sublevadas. Mais preocupante ainda para a resistência, a 5^a Região Militar que controlava o Exército no estado do Paraná, subordinada ao III Exército, também se sublevou, declarando adesão ao movimento golpista da mesma forma que as tropas sediadas em Santa Catarina, as quais aderiram ao comando do 5º Distrito Naval, cerrando fileiras com o levante. E se a 5^a Zona Aérea, comandada pelo brigadeiro Othelo Ferraz, declarou-se fiel ao III Exército e à Constituição, a Brigada Militar, que em 1961 foi de fundamental importância na resistência da Legalidade, agora, em 1964, colocava-se ao lado do governador Meneghetti e rejeitava a requisição da tropa feita pelo general Telles.

Apesar da forte mobilização popular e do controle de boa parte do Rio Grande do Sul, o presidente Goulart avaliou que não teria condições de resistir ao Golpe, dadas as condições militares existentes. Recusou-se, por sua vez, a distribuir armas à população que estava disposta a resistir, como fizera Brizola em 1961. Logo a seguir, agradeceu publicamente a lealdade do povo gaúcho e das forças do III Exército na defesa da legalidade e da democracia. Ao final da manhã do 2 de abril, voou de Porto Alegre para o exílio no Uruguai, de onde não retornaria em vida, tornando-se o único presidente brasileiro a morrer fora do país.

Anunciada a vitória do Golpe, os sediciosos desencadearam "ações de limpeza". Mesmo assim, durante os dias 3 e 4 de abril,

¹⁸ *Correio do Povo*, Porto Alegre, 2 abr. 1964.

ocorreram movimentos de resistência, mas, como amostragem do que viria a seguir, foram duramente reprimidos. Com o controle da situação, Meneghetti voltou para Porto Alegre junto com o novo comandante nomeado para o III Exército, o general Poppe de Figueiredo. Os apoiadores e partidários de Meneghetti, então, começaram a aparecer e foi organizada a "festa da vitória da democracia", consubstanciada num comício realizado pelo governador e pelas autoridades militares. O arcebispo de Porto Alegre, Dom Vicente Scherer, a maioria da imprensa e as entidades empresariais manifestaram apoio à reorganização e "limpeza" da nação.

Imediatamente após o Golpe, a nova fase política, que marcaria o Brasil, começou a tomar contornos. Centenas de pessoas foram presas, inclusive o prefeito de Porto Alegre, Sereno Chaise, mesmo sob veementes protestos de vereadores e deputados. Leonel Brizola teve de fugir e se esconder. Ministros de Goulart, lideranças de esquerda e opositores do Golpe foram presos. A região do Vale do Rio dos Sinos foi colocada sob intervenção militar, com várias pessoas presas, a fim de evitar "desordens". Em nível nacional e estadual, teve início o período de acusações, expurgos e perseguições políticas. O clima de triunfalismo dos golpistas era evidente. Sob os louros e louvores de uma pretensa "nova democracia" iniciava-se, assim, a ditadura civil-militar de Segurança Nacional.

O Golpe de Estado contra o governo do presidente João Goulart só pode ser compreendido dentro do contexto histórico da *Guerra Fria* e da polarização político-ideológico dela decorrente. A compreensão do Golpe só pode ser efetiva se percebermos a complexa luta política entre os dois projetos de sociedade naquele momento: o projeto nacional-reformista e o liberal-conservador. Diante da política de reformas, resposta parcial às demandas de uma população historicamente

esquecida e de um projeto de país autônomo e soberano, os setores dominantes, através dos seus mais diversos mecanismos de dominação, e o capital internacional a eles associados, desestabilizaram e conspiraram abertamente contra a administração Goulart. De qualquer forma, independentemente das contradições ou dos equívocos desta administração e da radicalização das esquerdas, houve um Golpe de Estado que foi perpetrado pelo amplo e variado campo da direita. Em nome do capital, da propriedade privada, da tradição, da família e do mundo ocidental, um governo democraticamente eleito foi derrubado, a Constituição virou letra morta, atos institucionais foram impostos, partidos políticos foram proibidos, o Congresso foi depurado, eleições foram canceladas, milhares de cidadãos foram vítimas de repressão estatal e expurgos, censura, prisões políticas, tortura e desaparecimentos se tornaram marcas profundas de um regime discricionário que imergiu o Brasil em uma longuíssima noite... uma noite de 21 anos de arbítrio e autoritarismo.

O GOLPE DE 1964: RIO GRANDE DO SUL, "CELEIRO" DO BRASIL

*Claudia Wasserman**

Assim como os bravos farroupilhas lutaram dez anos sem esmorecer, os gaúchos também saberão lutar até a vitória final, oferecendo seu sangue generoso pela causa da Pátria e a Constituição. Soldados e oficiais do bravo terceiro exército, soldados e oficiais da gloriosa Brigada Militar! A vós apelo neste momento para que participeis da nossa luta, irmanando-nos aos bravos companheiros de Minas, Goiás, Mato Grosso, São Paulo e de todo o norte, que neste momento marcha para libertar a nossa Pátria da demagogia, da inflação e da miséria política em que nos encontramos.

Fragmento do Manifesto de Ildo Meneghetti, em Passo Fundo, dia 1º de abril de 1964

Esse apelo aos gaúchos foi pronunciado pelo governador do estado do Rio Grande do Sul, Ildo Meneghetti, no dia 1º de abril de 1964. Meneghetti já havia sido governador entre 1955 e 1959 e foi eleito para um segundo mandato em 1962. Representava as forças conservadoras no Estado, capitaneadas pelos partidos da União Democrática Nacional (UDN), o Partido Libertador (PL) e o Partido Social Democrático (PSD). Desde 1945, o principal enfrentamento político, ideológico e partidário no Rio Grande do Sul desenrolava-se entre os "trabalhistas", liderados por Leonel Brizola, com filiação ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e os "conservadores", liderados por

* Professora do Departamento de História e dos PPG-História e Relações Internacionais/UFRGS.

Ildo Meneghetti. Foram quatro embates eleitorais desde 1950 até 1962, a última eleição estadual do período democrático. Entre 1951 e 1955, foi governador do estado Ernesto Dornelles, que representava o trabalhismo; entre 1955 e 1959, Ildo Meneghetti, representante dos conservadores, teve seu primeiro mandato no governo estadual; e, entre 1959 e 1963, foi a vez de Leonel Brizola, líder dos trabalhistas, ocupar o governo do estado. A conspiração que preparou o golpe de 1964 começou com a vitória de Ildo Meneghetti nas eleições estaduais de 1962.

As eleições estaduais de 1962 foram como um divisor de águas na história regional da ditadura civil-militar brasileira. Depois de negociada a solução parlamentarista para a posse de João Goulart, o desfecho da crise foi praticamente transferido para os resultados eleitorais nos estados, em 1962. As campanhas de candidatos anti-Jango foram financiadas pelos Estados Unidos, através da Aliança para o Progresso, num valor aproximado de quatro milhões de dólares, e por intermédio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), que teria investido aproximadamente dois milhões de dólares em candidaturas de deputados e governadores em vários Estados, inclusive no Rio Grande do Sul.

O Rio Grande do Sul apresentava-se como particularmente importante nas disputas políticas nacionais por causa da liderança de Leonel Brizola. Além de ter sido responsável pela campanha da Legalidade (1961), que permitiu a posse de João Goulart depois da renúncia de Jânio Quadros, Brizola teve um governo (1959-1963) marcado pela nacionalização e estatização de empresas estrangeiras (telefonia, eletricidade e transportes), por assentamentos rurais e por vultuosos investimentos na educação pública e nas áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico da região. Brizola representava as forças nacionalistas do País, uma vertente política que preconizava o

desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro e que era hostilizada pelos defensores da integração econômica do País aos centros hegemônicos do capitalismo.

Ao lado dos nacionalistas estavam as classes populares e os partidos de esquerda, inclusive o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Por isso, a Doutrina de Segurança Nacional (DSN),¹ que recomendava resguardar o Ocidente da ameaça comunista, não distingua entre aqueles que eram socialistas de fato e os defensores do nacional-desenvolvimentismo. Mercedes Cánepa, em seu estudo sobre os partidos e a representação política no estado, observa a "tentativa de alguns deputados (PSD) em estabelecer ligações de Brizola e de algumas lideranças do PTB [...] com o 'movimento bolchevista internacional', alertando ao Rio Grande do Sul e ao País do perigo representado por falsos democratas que se utilizavam de postos de comando para promover o caos social".²

O golpe de 1964 foi desferido supostamente contra o comunismo. Mas, além dos comunistas, alvos dos Estados Unidos e dos seus aliados no contexto da Guerra Fria, o golpe também foi desferido contra o governo de João Goulart e contra os políticos que defendiam o projeto nacionalista, como o ex-governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola, e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, cujo apoio a Francisco Julião, fundador das Ligas Camponesas, era visto como inadmissível pelas forças conservadoras.

¹ A Doutrina de Segurança Nacional pode ser definida como um projeto intelectual produzido a partir dos Estados Unidos e reinterpretado pelos setores conservadores das elites civis e militares da América Latina, que serviu para justificar os golpes de Estado nas décadas de 1960/70.

² CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945/1965)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005. p.299.

Neste sentido, no que tange aos estudos sobre a ditadura, não é mais possível ignorar o papel das diversas forças estaduais brasileiras no golpe de 1964. Está mais do que na hora de ultrapassarmos o estágio da generalização em nossos estudos sobre a ditadura civil-militar implantada a partir de 1964 no Brasil e nos voltarmos para análises específicas das diversas regiões do País a partir dos estados. O Rio Grande do Sul teve um papel bastante importante e pouco estudado até hoje no desenrolar dos acontecimentos que culminaram com a deposição de Goulart e o sucesso do golpe civil-militar de 1964.

O fato de presos políticos serem tratados pelos guardas em prisões e quartéis do Rio Grande do Sul como "tupamaros" exemplifica a necessidade de aprofundamento das pesquisas regionais a respeito do período. O exemplo é fornecido por Jorge Fischer Nunes, no livro *O riso dos torturados*. Em suas memórias, o autor conta sobre um episódio no qual um tenente queria encerrar uma conversa com um preso e teria dito: "*Tupamano bom, é tupamano morto*", ao que podemos estabelecer uma longínqua conexão com a frase do general Philip Sheridan, que, ao participar do processo da conquista do Oeste dos Estados Unidos, no século XIX, teria dito: "*os únicos índios bons que já vi estavam mortos*". Assim como nos Estados Unidos tratava-se da conquista de uma fronteira, no caso do Rio Grande do Sul também estávamos diante de uma situação em que a proximidade com o Uruguai provocava a confusão entre as denominações dos militantes, guerrilheiros e revolucionários de ambos os lados. Esse exemplo singelo retrata bem a pertinência de estudos regionais para o caso da ditadura civil-militar implantada no País a partir de 1964.

O último governador do estado eleito através de sufrágio universal e democrático foi Ildo Meneghetti, apoiado por uma sigla que reunia todos os partidos conservadores do estado, a Ação Democrática Popular (ADP). O conservador Meneghetti assumia o comando do Executivo estadual, enquanto o Executivo federal se encontrava nas mãos do PTB de Jango e Brizola. Por isso, o governador do Rio Grande do Sul conspirou para derrubar João Goulart desde o primeiro dia de seu mandato, em março de 1963.

O secretário de Segurança de Meneghetti, deputado udenista Poty Medeiros, mantinha encontros sistemáticos com o comandante do III Exército, general Benjamim Galhardo,³ e com o general comandante da 6^a Divisão, Adalberto Pereira dos Santos, que em 1973 seria vice-presidente do general Ernesto Geisel. O Círculo Militar, comandado pelo coronel Ibá Ilha Moreira, que se tornou secretário da Segurança de Meneghetti depois do golpe, também fazia parte da conspiração que se reunia em um apartamento alugado na Av. Salgado Filho. O relacionamento entre civis e militares conferiu ao ato golpista, posteriormente, uma significativa coesão dos dois ambientes, ao menos, entre os setores reacionários de um e outro meio.

No final de 1963, em 14 de dezembro, Meneghetti se posicionou publicamente através de um manifesto, onde alertava para "os riscos da comunicação do País", pela fragilização do quadro político e a convivência de Jango com os comunistas. Mais contundente que o Manifesto do governador foram as respostas que alguns deputados da base aliada a

³ Em artigo sobre o Serviço Federal de Informações e Contrainformação (Sfici), Wilson Machado Tosta Júnior faz a seguinte observação sobre o general: "o Conselho de Segurança Nacional, a cuja Secretaria-Geral era subordinado o Sfici, se opôs à nomeação de um oficial: o general Benjamim Galhardo, em 1963, para o Sul do País. Aconselhado pelo ministro da Guerra, Jair Dantas Ribeiro, o próprio Goulart foi contra a opinião do CSN e o nomeou para o posto. Segundo Corseuil disse a Carvalho, "a escolha era a pior do mundo" e, se em lugar de Galhardo tivesse sido nomeado o general Ladálio Telles, "o III Exército não teria se revoltado".

Meneghetti deram nos dias seguintes. Um trecho da carta da bancada da UDN, lida na Assembleia Legislativa do estado pelo deputado Artur Banchini, constitui exemplo do clima no Rio Grande do Sul:

Quando assistimos estarrecidos à desenvoltura com que os esquerdistas ameaçam impunemente as instituições e a tranqüilidade da família brasileira, querendo, a pretexto de decantadas reformas, implantar no solo pátrio o regime fidelista, a palavra corajosa repulsa do governante riograndense à ostensiva conspiração em marcha é o toque de alerta aos democratas para que, unidos, se apresentem para luta, em defesa das instituições democráticas e das tradições cristãs de nossa terra.⁴

Desde o início do governo, Meneghetti teve o apoio da maioria do Legislativo a partir de um acordo realizado logo no começo do ano, fruto de uma coalizão parlamentar que se propunha a lutar contra a bancada do PTB.⁵ O apoio parlamentar auxiliou nas medidas repressivas e autoritárias do governante que visava conter a mobilização popular estimulada pelo governo anterior de Leonel Brizola. A Brigada Militar foi atuante e conivente com o poder Executivo estadual na repressão aos movimentos populares rurais e urbanos. Um episódio exemplar foi a repressão ao acampamento do movimento dos agricultores sem-terra em Passo Feio-Nonoai, no dia 4 de fevereiro: os sem-terra foram expulsos, seus ranchos incendiados e as lideranças sindicais foram presas. Depois deste episódio, muitos outros se seguiram dentro dos mesmos padrões repressivos, na direção de outros acampamentos em diversas regiões do estado, mas também contra os sindicatos urbanos, movimentos de trabalhadores contra os aumentos de passagens de ônibus, movimento estudantil, entre outros. Neste sentido, Meneghetti antecipava, em nível

⁴ Artur Banchini, *Anais da Assembleia Legislativa*, v. 172, p. 220.

⁵ CÁNEPA, op. cit., p. 393.

regional, um modelo de comportamento repressivo na direção dos movimentos sociais que se repetiria a partir de 1964 no resto do País.

No início do ano de 1964, a situação do Rio Grande do Sul era tão tensa quanto a conjuntura do restante do País, com o agravante da existência de uma bancada parlamentar pró-Jango bastante significativa no estado, o que representava críticas contundentes a cada ato repressivo do governo estadual. Denúncias da iminência de golpe contra o governo Goulart, por exemplo, foram constantes neste começo de 1964 e partiam do próprio governo do estado. Depois do Comício da Central do Brasil, realizado no Rio de Janeiro no dia 13 de março, sob os auspícios de João Goulart e que reuniu todas as forças do País favoráveis às reformas de base, o governador Ildo Meneghetti encontrou-se em Porto Alegre com os governadores da Guanabara, Carlos Lacerda, e de São Paulo, Adhemar de Barros, para articular uma ação política contra o governo federal.

Outro fator que parecia pesar bastante na divisão política dos gaúchos estava relacionado à questão da economia do estado. O Rio Grande do Sul vinha enfrentando uma baixa produtividade, além de dificuldades estruturais, decorrentes da escassez de transportes, energia e comunicações. A atividade agropastoril sofria com os melhores rendimentos do centro do País, onde o setor era mais desenvolvido tecnologicamente. O êxodo rural também começava a criar problemas na precária estrutura urbana gaúcha, além de refletir questões relacionadas à concentração de terras e à reforma agrária.

Aliado aos problemas rurais, o desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços, ainda que em índices inferiores ao padrão nacional, tornava possível a organização dos trabalhadores industriais e de serviços, como professores e policiais, no sentido de elaborarem suas

reivindicações e de realizarem greves e manifestações. Estes trabalhadores pressionavam os representantes da sociedade a dirigirem suas ações em prol de medidas progressistas. O PTB de Brizola encampava estas reivindicações e, mesmo que nem toda movimentação desses setores significasse necessariamente uma adesão a qualquer ideal mais progressista, revolucionário ou "comunista", esta sinalização foi suficiente para servir de pretexto aos golpistas de que estava na hora de bloquear estas atividades reivindicatórias, consideradas subversivas.

Alguns outros episódios revelam o ambiente social e político no começo dos anos 1960 no Rio Grande do Sul, tais como: a recusa do comando militar do Exército do estado em receber a visita de uma missão comercial soviética na Base Aérea de Canoas; a vinda de Francisco Julião ao Estado, em 1961, e a polêmica que se criou com o cardeal Dom Vicente Scherer a respeito da reforma agrária; a intensa atividade cultural de conteúdo social em Porto Alegre, como aquelas realizadas no Clube de Cultura e pelo Teatro de Equipe, assim como os movimentos de estudantes do Colégio Estadual Júlio de Castilhos (o "Julinho") e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); a formação dos "Grupos de Onze Companheiros" de Brizola, para defender as reformas de Jango; o descontentamento de comandantes militares com a quebra da disciplina e com o incitamento à "desordem" social, com destaque para o general Mourão Filho, que fora comandante da mesma unidade de Santa Maria que o general Poppe de Figueiredo sublevaria contra Jango, em 1964; os encontros ocorridos entre o mesmo general Mourão Filho e a FARCSUL para apoiar a candidatura de Meneghetti nas eleições estaduais de 1962; as relações do governo Meneghetti com o embaixador estadunidense Lincoln Gordon. Isso tudo só para ficar em alguns exemplos relacionados ao Rio Grande do Sul, eventos que testemunham no estado gaúcho a repercussão de questões que ecoavam em todo o País.

O Rio Grande do Sul também não ficou de fora das articulações do dia do golpe, quando Mourão Filho, comandante da IV Região Militar, deslocou suas tropas de Juiz de Fora rumo ao Rio de Janeiro, instituindo o primeiro ato do golpe de 1964 e obtendo apoio do 1º e 2º Exércitos. No mesmo dia, o governador Ildo Meneghetti deu início à Operação Farroupilha: na tarde de 31 de março, reforçou a segurança do Palácio Piratini e isolou a Praça da Matriz para evitar manifestações populares; decretou feriado bancário e escolar até o dia 3 de abril; requisitou todas as emissoras de rádio para evitar outra rede da Legalidade e se dirigiu para Passo Fundo, onde ficaria durante três dias e de onde lançaria o manifesto de apoio ao golpe.

O III Exército estava dividido e os cálculos militares indicavam possibilidades de luta intensa, devido principalmente à influência do ex-governador do estado Leonel Brizola. O general Ladário Pereira Teles, comandante do III Exército, leal ao presidente, determinou que suas tropas entrassem em "prontidão rigorosa". Tudo parecia indicar que um núcleo de oficiais legalistas comandaria a reação contra os golpistas. A ação militar "golpista" foi, entretanto, bastante significativa. Teve como chefes principais os generais Poppe de Figueiredo, da 3ª Divisão de Infantaria, em Santa Maria; o general Adalberto Pereira dos Santos, que assumiu o comando militar em Cruz Alta; o general Joaquim Camarinha, comandante da 2ª Divisão de Cavalaria, em Uruguaiana, e o general Hugo Garrastazu, comandante da 3ª Divisão de Cavalaria, em Bagé.

A capital do estado, Porto Alegre, seria o último ponto de parada do presidente João Goulart antes de deixar o Brasil, onde esteve reunido com Brizola, Ladário Pereira Telles e outros oficiais fiéis ao governo. Nesta reunião, Jango ouviu avaliações a respeito da situação e da

conveniência de resistir ao golpe ou de partir para o exílio no Uruguai. Jango acabou optando por deixar o Brasil e evitar assim uma possível guerra civil.

Na madrugada do dia 1º de abril de 1964, o governador Ildo Meneghetti transferiu a capital para Passo Fundo e foi de lá que enviou aquela mensagem aos gaúchos. A mensagem ainda completava: "Eu não poderia, nesta hora, fugir ao meu dever. Frente aos atentados à autonomia do estado do Rio Grande do Sul, frente à ameaça clara e aberta de intervenção, cujo processo está em marcha, só tenho um caminho, que é incorporar-me àqueles que agora, em todo o Brasil, lutam para restaurar a Constituição e o Direito, livrando nossa Pátria de uma ditadura comunista".⁶ Meneghetti tentava evitar uma tentativa de sua deposição pelas forças de resistência ao golpe, fiéis ao presidente João Goulart, que se articulavam em Porto Alegre. Três dias mais tarde, quando foi anunciado o exílio de Jango no Uruguai, Meneghetti voltou para Porto Alegre, escoltado por uma força combinada da 3ª Divisão de Infantaria do Exército, de Santa Maria, e por tropas da Brigada Militar.

Ao longo dos três dias, enquanto o governador esteve em Passo Fundo, o chefe de polícia Armando Prates Dias ficou como a principal autoridade da capital e responsável por inibir as manifestações populares. Dois pequenos protestos foram reprimidos. No dia 1º, a Brigada teve que dispersar manifestantes nas proximidades do abrigo da Praça XV e, no dia 2 de abril, nas proximidades do Mercado Público. No dia 4 de abril, o Exército e a Brigada ocupavam ostensivamente as ruas do centro da capital. As mais consistentes manifestações contra o golpe se concentraram defronte à prefeitura de Porto Alegre, onde o prefeito da capital, Sereno Chaise, do PTB, prometia resistir. Na madrugada do dia

⁶RIO GRANDE DO SUL. Declaração do Governador do Estado Ildo Meneghetti. *Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, ano XXII, n. 213, p. 1, 1 abr. 1964.

3, Sereno Chaise foi preso pelo DOPS e solto alguns dias depois. O jornal *Última Hora*, de propriedade de Samuel Wainer, um órgão francamente favorável ao PCB e ao PTB, foi fechado no dia 4 de abril. A Assembleia Legislativa do estado do Rio Grande do Sul foi uma das mais atingidas pelas sucessivas cassações orquestradas pelo governo militar. A bancada do PTB diminuiu de 23 para 15 deputados.

Entre 1964 e 1982, foram quatro governadores eleitos indiretamente para ocupar o poder Executivo estadual. Depois de Ildo Meneghetti, que havia sido eleito democraticamente e estava no poder quando o golpe foi desferido, ocuparam o cargo de governador Walter Peracchi Barcelos, Euclides Triches, Sinval Guazzelli e José Amaral de Souza. Desde 1945 até 1965, as eleições para governador eram diretas e não coincidiam necessariamente com as eleições para o poder Legislativo, assim como o tempo do mandato dos governadores não era o mesmo em cada unidade da Federação; havia estados em que o mandato era de cinco anos e outros onde a duração era de apenas quatro anos. Isto variava conforme as constituições estaduais vigentes. Assim, enquanto o Rio Grande do Sul e outros estados haviam realizado eleições em 1962, outros onze estados do Brasil realizaram as últimas eleições estaduais diretas do período da ditadura em outubro de 1965.

Apesar do veto a determinados candidatos por parte da chamada "linha dura das Forças Armadas", a oposição triunfou em cinco estados importantes, tais como a Guanabara e Minas Gerais, o que ensejou o decreto do Ato Institucional nº 2. O AI-2, publicado em 27 de outubro de 1965, determinava a extinção dos partidos e a implementação do bipartidarismo, como resposta aos resultados das eleições que ocorreram no início do mês. Além da criação dos dois partidos que abrigavam a situação (Ação Renovadora Nacional – ARENA) e a oposição

(Movimento Democrático Brasileiro – MDB), a ditadura decreta, em fevereiro de 1966, o Ato Institucional nº 3 (AI-3), que determinava que as eleições de governadores e vice-governadores seriam indiretas, executadas por colégio eleitoral estadual.

Ildo Meneghetti, como a maior parte do PSD gaúcho, incorporou-se à ARENA, partido de sustentação do regime. Entretanto, o próprio Meneghetti teve seu governo encortado pela ditadura militar, quando em 12 de setembro de 1966 foi substituído prematuramente por Walter Peracchi Barcelos, escolhido em convenção da ARENA, e eleito indiretamente pela Assembleia Legislativa.

A nomeação de Peracchi Barcelos pela Assembleia Legislativa do estado foi garantida pelas sucessivas cassações que reduziram a oposição e permitiram à ARENA a maioria dos votos. O MDB tinha um candidato, o jurista Ruy Cirne Lima, que foi obviamente derrotado, mas recebeu o apoio de uma parte da extinta bancada do Partido Libertador, cujo líder, Paulo Brossard, havia rompido com a ditadura depois de ter sido um dos seus primeiros apoiadores. Com esta adesão, o MDB do Rio Grande do Sul passou a abrigar, simultaneamente, militantes do PL e do PTB, assim como alguns membros do PCB e outras siglas de esquerda.

O governo do coronel da Brigada, Walter Peracchi Barcelos, de setembro de 1966 até março de 1971, foi marcado pelos protestos do movimento estudantil e pela repressão. As passeatas de recepção aos calouros da Universidade Federal do Rio Grande do Sul foram as principais formas de protesto do movimento estudantil gaúcho, sobretudo porto-alegrense, no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. As passeatas eram marcadas por humor e satirizavam os principais algozes da ditadura no País e no estado. A maior manifestação estudantil do período ocorreu em agosto de 1968. Os universitários gaúchos,

embalados pelos protestos de maio na França e pela morte de Edson Luís em março, no Rio de Janeiro, tentaram ocupar a Praça da Matriz e foram duramente reprimidos pela Brigada, que partiu contra os estudantes. Neste episódio, que ficou conhecido como o "Protesto da Catedral", um personagem evidenciou-se como defensor dos estudantes, o cardeal Dom Vicente Scherer, que abriu as portas da Catedral Metropolitana, permitindo que os estudantes entrassem, evocando o medieval direito do Santuário. Durante horas, o próprio Dom Vicente negociou com as autoridades da Brigada para que os estudantes saíssem presos, mas sem violência.

Os atos de resistência contra o regime militar foram mais evidentes a partir do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas o Rio Grande do Sul também protagonizou algumas tentativas de oposição à ditadura. A primeira tentativa de guerrilha no estado foi comandada pelo ex-coronel do Exército Jefferson Cardim. Com 22 homens, ex-brigadianos expurgados logo após o golpe, Cardim ocupou Três Passos em 25 de março de 1965. Nesta noite, Cardim chegou a Três Passos com seu "contingente". Assaltaram o posto policial da Brigada Militar, levaram armamento, fardas e munição. Em seguida, tomaram os transmissores da Rádio Difusora na cidade, onde Odilon Vieira, com sua voz de locutor, leu o "Manifesto à Nação", que representava a senha para o início da "revolução brasileira". No final da proclamação, alguns poucos notívagos, surpresos e sonolentos, tomaram conhecimento da criação das "Forças Armadas de Libertação Nacional" (FALN).

Existem dúvidas a respeito da participação de Leonel Brizola no episódio, do qual Cardim afirma ter sido o mandante. É provável que Cardim estivesse estimulado pelas palavras de resistência da maior liderança do PTB no estado, mas também é de supor que as forças

repressivas estivessem dispostas a vincular Bizola aos atos de violência. A nota oficial fazia as seguintes referências ao acontecimento de Três Passos:

O grupo que assaltou os fracos contingentes da Brigada Militar do Rio Grande do Sul nas localidades de Três Passos e Tenente Portela e que se apossou do armamento e da munição ali existentes era chefiado pelo ex-cel. Jeferson Cardim de Alencar Osório, comunista reconhecido e por isso mesmo afastado das fileiras do Exército pelo Ato Institucional. (...) O ex-coronel Jefferson foi preso e, ao ser interrogado, confessou que cumpria missão plenamente entrosada com o ex-deputado Leonel Brizola e que o assalto a Três Passos seria a senha para um movimento de âmbito geral. Foram presos cinco integrantes do bando, sendo que os demais componentes, em número de 15, abandonaram o armamento e a munição e, em trajes civis roubados dos colonos, procuraram fugir. A operação para a captura dos fugitivos prossegue, sendo de assinalar que a população civil colabora de forma extraordinária para a identificação e localização dos bandoleiros. O Exército tem a lastimar o falecimento do 3º sargento Carlos Argemiro Camargo, da 1ª Companhia do 13º Regimento de Infantaria que, no cumprimento do dever, morreu em ação, contra maus brasileiros que tentam subverter a ordem.⁷

O assalto de Cardim a Três Passos contribuiu para a desmoralização dos atos de resistência à ditadura, mas também para ressaltar o envolvimento de Leonel Brizola nas atividades de oposição ao regime.

As atividades de guerrilha urbana no Rio Grande do Sul envolveram algumas organizações que existiam em quase todo o Brasil e outras quase que exclusivamente gaúchas, entre as quais a Ação Popular

⁷ Banco de Dados da *Folha de São Paulo*, nota oficial do governo. Disponível em: <http://almanaque.folha.uol.com.br/brasil_29mar1965.htm>. Acesso em: 1 jul. 2009.

(AP), na qual estavam envolvidos estudantes católicos. A Ação Popular teve grande importância no Rio Grande do Sul devido à ação dos dois bispos católicos que se opuseram vigorosamente ao regime, Dom Aloísio Lorscheider (Santo Ângelo) e Dom Ivo Lorscheider (Santa Maria). A AP era a principal força do movimento estudantil gaúcho na época do golpe. O M3G, em referência a Marx, Mao, Marighella e Guevara, existiu somente em Porto Alegre entre 1969 e 1970, fundado por Edmур Péricles de Camargo, que fora anteriormente ligado a Carlos Marighella. O Movimento 21 de abril também existiu apenas em Porto Alegre, entre novembro de 1967 e abril de 1969, quando um grupo de alunos do Colégio Estadual Júlio de Castilhos rompeu com a dissidência do PCB e fundou o movimento. Outras organizações como o Partido Operário Comunista (POC), VAR-Palmares, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), também atuavam no estado. A maior parte das ações ocorreu em 1970. Eram expropriações bancárias com o objetivo de levantar fundos para a organização da resistência ao regime. A VPR, o M3G e o Movimento 21 de abril protagonizaram três assaltos a bancos gaúchos entre março e abril de 1970, sempre com resultados pífios e muita dificuldade de organização, devido à falta de estrutura material dos grupos. A ação mais espetacular ocorrida no Rio Grande do Sul foi a tentativa de sequestro do cônsul dos Estados Unidos, em Porto Alegre, organizada pela VPR e pelo Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26). A tentativa de sequestro ocorreu em duas ocasiões, no mesmo dia 4 de abril de 1970, primeiro à tarde, quando, devido ao intenso tráfego de veículos, o carro dos sequestradores não conseguiu emparelhar com o carro do cônsul e, à noite, quando sete militantes armados em um fusca conseguiram fechar a frente do carro onde estava o cônsul, sua mulher e um amigo, mas não impediram que Curtis Carly Cutter, apesar de ferido por um tiro, desse a partida no seu automóvel e saísse em disparada.

O saldo desta ação foi a prisão em massa de militantes de várias organizações nas dependências do DOPS, da Penitenciária Estadual e da prisão na Ilha das Pedras Brancas, as principais instituições repressivas do estado.

Entre os combatentes, segundo Fischer Nunes, estavam "médicos, pedreiros, advogados, calceteiros (sic), jornalistas, serventes de obras, funcionários burocráticos, enfermeiros, estudantes. Enfim, um grupo eclético – em quase todos os sentidos", havendo entre eles militantes de grupos como o POC, PCB, PCdoB, VAR-Palmares, ALN, M3G, Ala Vermelha, etc.⁸

Em 1971 assume o governo do estado um ex-militar, Euclides Triches, que permaneceu no poder até 1975. Durante este período, a economia do Rio Grande do Sul acompanhou a euforia do País, devido ao sucesso da lavoura de soja. A repressão aos movimentos sociais, estudantis e populares se manteve nas dependências do DOPS em Porto Alegre, e a censura aos meios de comunicação se intensificou neste período. Um relatório de 1971, do DOPS, documento identificado por Caroline Bauer no Acervo da Luta contra a Ditadura, revela que os órgãos de repressão do estado estavam confiantes quanto ao aniquilamento da militância de esquerda:

Em virtude do aniquilamento que sofreram os principais grupos subversivos que atuaram no Estado, no decorrer dos anos de 1970 e 1971, dificilmente possuem estes condições materiais e humanas – salvo com auxílio vindo de outros Estados ou mesmo do Exterior – para efetuarem novas ações de vulto. Entretanto, estima-se que [...] d) elementos subversivos oriundos de países vizinhos (Argentina e

⁸NUNES, Jorge Fischer. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982. p. 86.

Uruguai) tem entrado clandestinamente, através da fronteira gaúcha, causando preocupação às autoridades.⁹

Esta preocupação dos órgãos de segurança do estado do Rio Grande do Sul com as fronteiras é outro tema que torna os estudos regionais sobre a ditadura como fundamentais para explicar este período da história do Brasil. A Operação Condor, desencadeada para coordenar ações de repressão em toda a região e conectar as polícias do Chile, Brasil, Argentina e Uruguai, teve grande parte de suas atividades repressivas desenvolvidas em território do Rio Grande do Sul. A prisão de diversos militantes argentinos, como Lorenzo Ismael Viñas e o padre Jorge Oscar Adur na fronteira, em Uruguaiana, em 1980, bem como o sequestro dos militantes uruguaios Lilián Celiberti, de seus dois filhos e de Universindo Díaz, em Porto Alegre, em 1978, são algumas destas atividades que revelam a conivência entre a polícia do Rio Grande do Sul e dos países vizinhos.

O governador do estado na época do sequestro dos uruguaios era Sinval Sebastião Duarte Guazzelli. Membro da ARENA, foi governador entre 1975 e 1979. Ao final do mandato de Guazzelli, a ditadura começava a dar sinais de esgotamento. Desde 1974, o MDB vencia eleições parlamentares em praticamente todos os estados importantes do Brasil. No Rio Grande do Sul, foi emblemática a vitória de Paulo Brossard para o Senado Federal, com apoio dos trabalhistas. Ao mesmo tempo, o MDB elegeu sua maior bancada, 33 deputados estaduais, em um total de 56 cadeiras. O MDB gaúcho decidira continuar lutando contra a ditadura e contra a repressão, mas pretendia não interferir na

⁹ Relatório Anual de Informações – Atividades subversivas 1971. In: BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 74.

política de "abertura lenta e gradual", proposta pelo presidente Geisel. Nesta linha, Geisel indicara Sinval Guazzelli para o governo do estado, contra a vontade do ministro do Exército, Sylvio Frota, por considerar Guazzelli membro de uma ala progressista da antiga UDN.

O último governo estadual indicado pela ditadura foi de José Augusto Amaral de Souza, que governou entre 1979 e 1983. Durante seu governo, foi assinado o decreto da anistia, em 27 de junho de 1979. A Câmara dos Deputados aproveitou para restaurar os mandatos de dois vereadores de Porto Alegre, os últimos cassados em 1976, por denunciarem torturas contra os presos políticos do estado, Marcos Klassmann e Glênio Peres. Em maio de 1982, o DOPS foi extinto, e o governador Amaral de Souza ordenou a incineração dos arquivos, revelando o temor que o regime tinha de que suas ações repressivas e ilegais fossem reveladas com provas.

O ano de 1979 foi explosivo. A sinalização de abertura do regime animou a resistência à ditadura. O movimento estudantil restaurava a União Nacional dos Estudantes (UNE) com o congresso, em Salvador. Dezenas de estudantes gaúchos viajaram como delegados dos Diretórios Acadêmicos para o encontro. O movimento sindical ressurgiu com força, começando pela greve dos operários da construção civil, seguidos pelos trabalhadores do Polo Petroquímico, pelos mineiros da região carbonífera do estado, por professores estaduais, pelo setor de vestuário, de transporte de carga, dos telefonistas e pelos bancários. Os bancários se revelaram os mais combativos. A greve, liderada pelo presidente do sindicato, Olívio Dutra, durou dez dias e trouxe a Porto Alegre Luiz Inácio da Silva, que liderara a greve dos 200 mil metalúrgicos no ABC paulista. O esgotamento visível da ditadura não impediu que todos estes movimentos fossem duramente reprimidos e que as lideranças fossem

presas, ainda que temporariamente, devido ao clamor da sociedade organizada. O movimento agrário também renasceu com ocupação de terras em 1979 e 1980, marcando o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST).

O retorno à democracia foi marcado por estas manifestações sociais e pela reorganização partidária. Fracionados em diversos partidos de esquerda, os grupos identificados com a resistência à ditadura foram derrotados nas eleições de 1982. Este retorno à democracia e muitos outros temas a respeito da ditadura no estado do Rio Grande do Sul merecem ser revisitados pela historiografia com o objetivo de ampliar o nosso conhecimento sobre a ditadura no estado e no País. Algumas temáticas vêm recebendo atenção dos jovens pesquisadores gaúchos, a partir dos nossos Programas de Pós-Graduação, como, por exemplo, os relatos de militantes de esquerda, o DOPS e a repressão no RS, as ações do CCC, o papel dos arrependidos do regime, a imprensa alternativa, o movimento estudantil, os expurgos da universidade, etc. Estas pesquisas certamente formarão uma visão menos genérica e mais consistente desse período da história recente do Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Caroline. *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Estado do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguércio. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945/1965)*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2005.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon Soares;

CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

NUNES, Jorge Fischer. *O riso dos torturados*. Porto Alegre: Proletra, 1982.

SILVA, Hélio. *1964: vinte anos de golpe militar*. Porto Alegre: LP&M, 1985.

TOSTA JÚNIOR, Wilson Machado. Informações e Contra-Informação: Depoimentos e Controvérsia em Fragmentos da História. *BoletimTempo*. Disponível em:<http://www.tempopresente.org/index.php?option=com_content&task=view&id=4886&Itemid=147>. Acesso em 1 jul. 2009.

WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos (orgs.). *Ditaduras militares na América Latina*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.

WASSERMAN, Claudia. O golpe de 1964. Tudo o que se perdeu... In: PADRÓS, Enrique Serra (org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006.

AUSÊNCIAS E PRESENÇAS DA RESISTÊNCIA NA DITADURA*

*Raul Pont***

O golpe militar não foi algo inesperado. Havia já uma trajetória de acontecimentos que demonstravam que estava em curso, há muito tempo, uma crescente organização que não estava muito preocupada com o respeito às regras e normas democráticas e constitucionais. Isso ficou evidente na crise do suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, quando houve um movimento forte de setores das Forças Armadas junto com a União Democrática Nacional (UDN) no sentido de, primeiro, fazer oposição ao Getúlio e, após a sua morte, tentar impedir que houvesse uma transição tranquila e que fosse respeitado o processo democrático. Que o presidente Juscelino Kubitschek, eleito, viesse a assumir o cargo. Isso já demonstrava que havia um setor das forças armadas que vinha crescendo em organização.

Um grupo que vem dos anos 1940, do pós-guerra, da relação dos militares brasileiros com as forças americanas na Itália e, a partir da Segunda Guerra Mundial, o clima de Guerra Fria que existia no mundo e aqui no Brasil. Um clima de Guerra Fria que orientava a formação de oficiais do Exército e da Aeronáutica nos Estados Unidos, e que traziam uma influência muito grande para organizar, no Brasil, um alinhamento e

* Depoimento concedido às jornalistas Vânia M. Barbosa e Vanessa Albertinence Lopez em 10 de julho de 2009.

** Deputado estadual. Líder estudantil, presidiu o DCE-Livre da UFRGS e participou da fundação do jornal *Em Tempo*. Fundador do PT, atuou como deputado estadual constituinte, deputado federal (1990) e prefeito de Porto Alegre (1997-2000).

uma identidade forte com a política externa norte-americana, que apontava, nesta visão de blocos, como o grande problema da América do Sul a possibilidade de cair nas garras do comunismo.

Dizia-se na época que se corria o risco da América do Sul escapar da influência dos Estados Unidos. Nesse grupo chamado Sorbone despontavam figuras como Golbery do Couto e Silva, Jurandir Bizarria Mamede, Osvaldo Cordeiro de Farias, Juarez Távora e outros que compunham um grupo de oficiais que tinham uma participação e uma influência grande. Essa disputa se dava também em políticas setoriais. De certa forma, a maior batalha feita em torno da questão da Petrobras envolvia diretamente, no início dos anos 1950, setores nacionalistas versus setores defensores de um alinhamento com os Estados Unidos com uma visão de livre comércio, de integração liberal de uma economia de mercado com os Estados Unidos e a Europa, e que se colocavam contrários a qualquer nacionalização destes setores básicos da economia.

Essa disputa esteve muito presente na vida brasileira. O suicídio de Vargas foi a expressão maior dessa crise. A Carta Testamento é um documento político profundamente nacionalista, profundamente marcado pela defesa de um projeto de capitalismo nacional, de desenvolvimento autônomo capitalista no Brasil. Getúlio e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) estavam, naquele momento, ao lado de comunistas e de esquerdistas, mas tinham um projeto nacional para o país. Isso conflitava com a conjuntura internacional. Nos anos 1950 e início dos 1960, havia uma tentativa de construção de um bloco não alinhado no mundo que envolvia o Egito, a Indonésia, etc. A política adotada aqui, em um primeiro momento, ainda não tão forte externamente, pelo governo de Getúlio, mas, depois, com maior visibilidade, pelo governo de Jânio Quadros, incomodava muito. Não que

fossem perigosos subversivos os dois presidentes brasileiros, mas incomodavam muito o alinhamento imposto pelo quadro internacional. A tentativa de impedir a posse do Juscelino foi uma expressão disso. A morte do Getúlio foi uma expressão maior ainda. O suicídio carregava em si uma certa declaração de impotência e das dificuldades daquele projeto de capitalismo nacional ter a sustentação de uma parcela significativa da classe dominante brasileira. Nem essa parcela estava disposta, ao que tudo indica, o que se comprova depois, em 1964, ao assumir esse projeto.

A morte trágica do Getúlio dá uma espécie de sobrevida a esse projeto e marca, de maneira trágica, uma crise profunda. Getúlio ainda tinha mecanismos. Sua morte foi uma comoção nacional. Recordo-me, tinha dez anos, em Uruguaiana, uma cidade pequena na época, do desespero e da histeria das pessoas nas ruas gritando, chorando. Primeiro, porque não era comum um presidente da República se matar. Segundo, porque ele tinha uma carga de identidade com o Rio Grande do Sul, com o país e com seu projeto muito forte. Isso foi uma comoção. Se do ponto de vista científico, sociológico, isso já era uma demonstração de que a relação de forças caminhava em outra direção, a morte deu uma sobrevida ao trabalhismo, ao projeto de um capitalismo nacional, autônomo, com forte participação popular em sua sustentação eleitoral. A vitória de Juscelino, de novo, é uma vitória, não da UDN, destas forças, mas de um partido centrista, o Partido Social Democrático (PSD), com sustentação e apoio do PTB. Inclusive com João Goulart na vice-presidência. Esse tipo de situação conduz para que o governo Juscelino não tenha o mesmo projeto de Getúlio Vargas.

O desenvolvimentismo, de certa forma, substitui o nacionalismo do projeto. A mobilidade social permitida pelo crescimento rápido que o

país vivia e pelas condições favoráveis do salário mínimo; aliás, esse foi o período em que o salário mínimo teve o maior poder de compra de toda história brasileira; comparado a hoje, tinha o poder de compra de duas a três vezes maior. Foi um momento de geração de emprego, de urbanização. Juscelino já dava sinais de mudança, mas a herança de Getúlio, a figura de João Goulart e uma ebulação social muito forte garantiam que o projeto desenvolvimentista ainda tivesse muita força.

A vitória de Jânio Quadros é, aparentemente, contraditória porque ele não é da UDN, sua origem é o Partido Democrata Cristão (PDC), um partido de segunda linha, menor, pequeno, sem expressão para sustentar uma candidatura de densidade eleitoral, mas a assume. A figura de Jânio é conflitiva, contraditória. Ele vinha de uma experiência, em São Paulo, marcada por um populismo de direita que lhe dava uma expressão nacional forte eleitoralmente. A candidatura que as forças nacionalistas e populares da época, a esquerda, encontram para essa disputa não era uma figura popular, por mais méritos e virtudes que tivesse no momento da crise de 1954 e 1955, como comandante de postura constitucionalista e democrática. Enquanto Jânio tinha a vassoura para varrer a corrupção, para limpar o país, Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, o candidato das esquerdas, tinha a espada de ouro. Ainda que fosse meritória por sua ação em 1955. Ele não era uma figura carismática. Isso distorce um pouco a continuidade de um projeto que já estava ferido pelo governo de Juscelino.

O desenvolvimentismo foi acompanhado de um ingrediente que passou a ser predominante neste período. Se no período anterior, com Getúlio, a ideia era criar e fortalecer a Eletrobras, a Petrobras, a Ferrobras, e muitos outros "brases", e um Estado interventor e investidor, no governo Juscelino isso não aconteceu. O desenvolvimentismo foi

marcado por uma profunda penetração no país de capital internacional. É o período das montadoras de automóveis. É a vinda para cá das grandes montadoras que reformulam radicalmente o país. O período anterior era o da Fábrica Nacional de Motores. A mobilidade social que isso cria no país, a urbanização, o rápido crescimento, a melhora das condições de vida das pessoas é algo muito sensível que dá uma base forte de sustentação do governo. Mas o rumo está mudando. E Jânio vai radicalizar isso.

É contraditório. Jânio se elege sem grande sustentação parlamentar e, de certa forma, se elege com grande parte do voto popular. Como a eleição para presidente e vice-presidente era separada, no próprio movimento popular se cria a figura de uma aliança Jan-Jan: Jânio e Jango. E olha que o Jango era vice do Lott. O vice da chapa adversária é mais votado. Isso é contraditório, embora a lei eleitoral permitisse essa situação.

Com Jânio Quadros configuram-se alguns ensaios de maior autonomia, independência, de uma política externa soberana, mas não é um governo popular, de esquerda. É um governo muito contraditório, conflitivo e que cria, permanentemente, uma situação de falta de respaldo parlamentar. O personalismo de Jânio também estava presente. Até hoje alguns autores defendem a tese de que a renúncia foi um ensaio, que foi feita para que ele pudesse voltar com mais força ou para que fossem diminuídos os poderes do Congresso Nacional. Para que projeto? Também é uma interrogação. O fato é que ele saiu e ninguém pediu que voltasse. Como não foi trazido de volta nos braços do povo, nem do Senado nem da Câmara dos Deputados, o país entrou em uma situação muito conflitiva. A volta de João Goulart significava a retomada, de forma até mais radical, do projeto nacionalista que estava interrompido.

Claro que isso se dá em uma nova conjuntura histórica. Exatamente neste momento, houve a vitória da Revolução Cubana. O fantasma do comunismo não paira longe, está ali, mostrando que a revolução está nas portas do império americano, que a luta armada de um conjunto de jovens idealistas e revolucionários era viável e podia se concretizar como estratégia política.

A posse de João Goulart se dá em meio a um confronto de polarização política. Há a resistência de Leonel Brizola aqui no Rio Grande do Sul, com o desafio de ter usado de maneira extremamente ousada as Forças Armadas a partir de uma tropa de segunda linha. A Brigada Militar não tinha armamentos pesados. Mas a simples resistência, o fato de abrir alistamento popular, de distribuir revólveres de pouca eficácia para a população e de haver filas para isso, demonstravam que havia uma disputa crescente em curso. A conciliação do Exército leva os militares a terem um recuo momentâneo. Aceitam a posse de Jango; seu governo assume, sob pressão e apoio popular dos movimentos estudantis, em um clima cultural muito forte. Há, neste momento, uma renovação no cinema com o Cinema Novo, no teatro com o Teatro de Oficina, na música com a Bossa Nova, há um profundo debate sobre o papel da Universidade. A discussão sobre o subdesenvolvimento se dá neste momento. Esse debate acadêmico/teórico começa a por em cheque toda uma visão dominante que existia, sem ainda uma alternativa clara. Havia uma linha predominante aqui de que, mesmo com reformas de base, o Brasil cresceria dentro dos parâmetros e das balizas do capitalismo, com reformas, com melhorias de condições para o povo. Esse debate sobre o que era o subdesenvolvimento e o que foi a Revolução Cubana, simultaneamente a isso, e o processo de entrada de novos atores na vida política – classes médias urbanas, o crescimento numérico das

universidades que eram estopins de mobilização da juventude –, esse processo todo fez com que o governo de Jango fosse crescentemente polarizado.

Claro que as teses predominantes no PTB e na esquerda da época não preparavam, não construíam a sociedade para um confrontamento. A não ser coisas isoladas como a situação dos sem-terra do nordeste, que não eram as reivindicações das Ligas Camponesas; mas por condições de trabalho e salário nos canaviais do que por terra para produzir. Já eram assalariados e isso adquiria um conflito e uma contradição muito fortes. Mas, no conjunto, principalmente a esquerda, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), seus intelectuais, as pessoas que analisavam aquele momento, aquela conjuntura, defendiam uma visão estratégica de que o governo trabalhista, popular, democrático, de reformas estruturais no país avançaria em aliança com setores da burguesia, sem ter base sociológica para afirmar isso, sem ter comprometimento partidário para isso. Tudo era muito fluído. Os partidos estavam se consolidando. Num período de muita fluidez, de muita instabilidade, cria-se a expectativa de que do lado destas reformas estão amplos setores sociais; ninguém está se preparando para a guerra civil.

A educação política é que fez com que não houvesse, por parte do governo João Goulart e das forças que o apoiavam, do meu ponto de vista e de muita gente que estuda esse período, uma preparação para enfrentar o golpe militar. O golpe não era visto como uma possibilidade concreta. Os militares trabalharam muito bem isso. Eles não estavam sozinhos. Sozinhos já seriam fortes por estarem no controle das armas, do aparato repressivo do Estado, isso já dá uma força multiplicada. Havia também, dentro do Congresso, a UDN, em menor grau, o PSD, setores do PSP, o PRP, a versão mais modernizada do fascismo no país, o Partido

Integralista, forças políticas que tramaram e foram favoráveis a uma saída de força, a uma saída não constitucional, não pela via democrática, pelo processo eleitoral.

O governo confiou demasiadamente na possibilidade de ter um esquema militar próprio, de ter generais. Seguidamente, diziam que o Amaury Kruel, chefe da Casa Militar, alguém ligado diretamente ao Jango, era o sujeito que fazia a ligação com os setores militares não golpistas e que, estes, seriam a maioria. Quando ocorre o golpe, logo se vê que não existe nada disso. Que os oficiais, generais e comandantes mais próximos do governo estavam do outro lado. E não estavam sozinhos, tinham apoio da UDN e dos principais meios de comunicação, jornais como o *Estado de S. Paulo*, jornais do Rio de Janeiro, igualmente influentes. E a cúpula da Igreja também deu uma sustentação muito forte. Ela trabalhou muito bem a questão do temor ao comunismo. O anticomunismo impregnado em uma classe média que achava que perderia sua casa, o emprego, toda aquela visão ideológica de uma disputa cultural profunda que o país estava abarcado. Aqui, os organismos financiados diretamente pelos Estados Unidos agiam de maneira escancarada. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática publicava abertamente panfletos pró-Estados Unidos. Lembro-me que no Centro Acadêmico sempre estavam as pilhas de panfletos produzidos sobre a Guerra da Coreia, sobre a crise internacional dos anos 1950 sob o ponto de vista norte-americano e que pregavam abertamente que a América tinha que ser a salvaguarda da democracia contra o terror comunista. E o governo não reagia a isso na mesma altura.

Quando acontece o golpe militar, há uma resistência muito pequena, quase nula, a começar pelo presidente, que não se dispõe a reagir e a defender o cargo. Já havia sido mostrado que o Rio Grande do Sul, com a derrota, em 1962, do candidato do PTB, Egydio Michaelsen, para

Ildo Meneghetti, enfraquecia muito a resistência, porque o comando da Brigada Militar não era mais do PTB. Embora a primeira coisa que o Meneghetti tenha feito, quando se dá o golpe, seja sair de Porto Alegre. Exatamente porque não confiava na cidade e nas Forças Armadas. Têm depoimentos como o do coronel Pedro Alvarez, por exemplo, que afirma que, se houvesse recebido ordens para isso, em um movimento de sargentos, cabos e soldados, tinha condições de tomar os quartéis aqui, como alguns foram tomados no interior. Depois não sabiam o que fazer porque não havia direção. Prenderam oficiais e depois não tinham comando. Livraram os oficiais e acabaram na cadeia, principalmente no movimento de sargentos. Não havia um plano, uma estratégia. O próprio Jango sai do Brasil alegando que não quer uma guerra civil, um derramamento de sangue. Isso desarma muito. Mesmo que o presidente não quisesse, se um partido, ou se os partidos, ou se setores sociais estivessem preparados para isso, seria diferente.

Fiz toda essa introdução para dizer que a resistência, em um primeiro momento, foi muito frágil, pela derrota profunda que a esquerda e o projeto que a animava sofreu naquele momento. Os militares rapidamente mostraram que o golpe militar não seria curto, rápido, cirúrgico, e que, dois meses depois, haveria eleições e o quadro democrático e as oligarquias voltariam a controlar o Congresso, o Estado e o aparato, livres do comunismo, como pensava Juscelino e até golpistas como Carlos Lacerda. Este grupo tinha uma visão anticomunista clara, e essa era sua principal marca e seu principal vínculo internacional com a política global dos Estados Unidos; não era liberal, como foi a década de 1930 na Argentina ou como vai ser em outros países da América do Sul.

Os militares haviam construído um projeto, seguramente antiesquerda, mas que tinha uma marca forte de potência mundial, de

desenvolvimentismo, de papel importante do Estado ao levar adiante o crescimento econômico, o Estado visto como um alavancador da atividade econômica, e os militares vão acabar estatizando mais do que Getúlio e Brizola juntos. E ninguém acusou os militares de subversivos, de comunistas escondidos, etc. Mas não era um projeto liberal ou neoliberal, como vai aparecer mais tarde no mundo, com Ronald Reagan e Margareth Thatcher. Era um projeto autoritário dentro de um regime ditatorial, mas com um forte componente de concepção, ao longo prazo, de um Brasil potência, de um Brasil com crescimento próprio. A tese dos militares era de que uma espécie de tripé sustentaria toda a infraestrutura: comunicações, transporte e energia elétrica. Isso ficava para o Estado, seria um dos pés desse processo de crescimento. Todos os setores de ponta, os setores de economia de escala, voltados para inovação tecnológica seriam internacionalizados, portanto, de grandes empresas internacionais, e o setor tradicional do comércio, dos bancos e de alguns tipos de serviços menos sofisticados seriam reservados para a burguesia brasileira.

Pode ter havido alguma ingenuidade política ou uma fé determinada de que o jogo democrático, o jogo parlamentar não seria tocado, não seria mexido, por conta de uma visão linear e ufanista de que a democracia só se consolida, quando não há base histórica para isso. Países com larga tradição democrática sofreram golpes militares ou tiveram regimes autoritários ou totalitários, fascistas, nazistas. Não há uma correspondência direta de que a humanidade só caminha para o bem. Como agora. Se há uma grande derrocada da ideologia, do programa, do projeto neoliberal, e tudo favorece e indica que as vitórias eleitorais da esquerda permitiram a construção de outro projeto mais duradouro e sólido porque isso não conta com a justiça social, do meu ponto de vista,

não há garantia de que isso vá acontecer. Pode acontecer. Mas, também, se não houver competência neste sentido, é possível que apareça mais um período autoritário se esses setores não forem capazes e competentes para fazer do governo um instrumento de satisfação de necessidades. Se as pessoas não tiverem emprego, daqui a pouco uma alternativa autoritária, de mão-de-ferro, cria falsas expectativas que sabemos que não darão certo, mas que têm uma audiência e uma capacidade de penetração fortes por substituir no indivíduo a necessidade de ação direta, da preocupação, da participação, da própria militância em torno disso. O que é a essência da ideologia da monarquia absoluta? Não é que o rei, a monarquia, se impõe absoluta aos súditos. A sociedade, por necessidade do estado de guerra ou instabilidade social permanentes, se doa ao rei, a um Estado. As pessoas optam por um Estado forte, transferem sua soberania para que ele resolva por eles. A contrapartida pode ser o silêncio, a paz dos cemitérios, mas é uma paz. Você sai da instabilidade.

O problema que houve no Brasil foi esse. É um dos elementos que explicam, portanto, que a esquerda primeiramente faz um enfrentamento e tentativa de resistência muito errática, amadora, sem uma consciência profunda do fenômeno que havia ocorrido. Isso não é só nos cinco, seis, dez primeiros anos. Acredito que esse processo vai até a Assembleia Constituinte. Em um primeiro momento, vem a resistência de tentar negar o regime autoritário, de denunciar a ditadura. Mas a ditadura, em primeiro lugar, teve alguma legitimidade social. Podia não ter legitimidade histórica, mas as Marchas com Deus e a Família pela Liberdade (que a Igreja capitaneava), as classes médias, os setores que foram às ruas, os Comandos de Caça aos Comunistas e a imprensa davam a legitimidade social. Rapidamente o regime autoritário vai premiar os meios de comunicação com anúncios, publicidades. Quanto mais

comportado e mais fiel o meio de comunicação, maior o apoio. Não é gratuitamente que a *Zero Hora* tenha nascido neste momento, substituindo a *Última Hora*, sobre seus escombros e suas cinzas. É ali que é criado um império governista, legitimador do regime militar. Hoje, quando fazem as críticas, parece que a *Zero Hora* não tem nada a ver com isso, que se trata de outro mundo, mas, na época, eram os legitimadores da repressão, da sua justificativa, do anticomunismo.

A derrota do movimento sindical foi muito profunda. A cabeça da maioria dos partidos políticos foi decepada ou foi para o exílio ou foi preso. Até você recompor uma nova direção, uma nova vanguarda, não é fácil, principalmente quando se trata de uma profunda derrota. Quando você está em meio a uma guerra e perde alguns generais e a guerra é justa e está bem encaminhada, a substituição é fácil. O drama não era só recompor uma nova direção, mas, sim, recompor uma nova teoria, uma nova leitura, uma nova visão que desse conta de explicar aquilo. Quanto à minha geração, eu e muitos outros rompemos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no qual militávamos nesse período. A ruptura não foi porque queríamos deixar de ser de esquerda, mas porque a explicação que o PCB dava do golpe não era cabível, não era crível. Não explicava o acontecimento. Para nós não era possível levar uma paulada daquele tamanho, uma derrota daquela dimensão, e ficar tudo bem. "E agora é só candidatar gente pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), já que não tem mais o PCB. E buscar aliados na classe dominante e apoiar os militares nacionalistas". Como? Essa turma toda não está do outro lado? Não foi isso que o golpe provou. A releitura do pós-64 sobre o golpe, sobre a formação social brasileira, o comportamento das classes sociais, o comportamento dos partidos exigiu um trabalho hercúleo dos militantes. Era um começar de novo. Uma revisão muito grande da

teoria, da prática, da estratégia, do programa, da reorganização das forças. E tudo isso em condições extremamente adversas.

A resistência desembocou na ação meio aventureira da luta armada de pequenos grupos, da ação meio suicida de pequenas organizações enfrentando um inimigo 200 vezes maior, o abandono da luta de massas, a confusão entre o que é luta pela democracia e luta de subordinação à ideologia burguesa. Nesta confusão do pós-64, essa é uma das razões, inclusive, porque a luta pela Constituinte nos anos 1970 acaba não se constituindo com a mesma força da anistia e nem aproveita todo o empuxo e o crescimento do movimento de massa que gerou novos partidos. É porque a discussão sobre uma constituinte livre, democrática e soberana, se era realmente uma estratégia correta ou não contra o regime militar, não unificava nem a esquerda. Não havia unidade sobre isso. Como não havia unidade em 1965, 1966. O correto era voltar para dentro do MDB e lançar candidato clandestino e ocupar espaços no Parlamento ou subir o morro, como tinha feito Fidel Castro, Che Guevara e outros em Cuba? O leque que se abriu de alternativas de resistência ao golpe foi muito grande. E pior: do ponto de vista do movimento de massas, foi quase que exclusivamente a juventude, o movimento estudantil, que se tornou uma vanguarda de substituição na ausência de partidos e movimentos sindicais. O movimento estudantil assumiu um papel de substituição, naquele momento, além de ter de produzir seu próprio programa, sua teoria explicadora de sua prática.

Claro que o discurso da Revolução Cubana, a tradução dessa revolução por um cara como Régis Debray que diz que aquilo era um caminho, o castrismo, com a longa marcha da América Latina, influenciou. Ele pegava a ideia da longa marcha chinesa e dizia que o castrismo era a longa marcha latino-americana. A luta de guerrilhas é o caminho, a estratégia. Se essa luta é uma estratégia, não é uma estratégia

organizar o movimento sindical, os trabalhadores, construir um movimento de massas urbano.

Esse é um dos períodos mais ricos da vida política brasileira e de uma reformulação teórica do campo da esquerda. É neste período que a esquerda brasileira faz uma autocrítica do estalinismo, de uma estratégia reformista como uma estratégia equivocada para romper definitivamente com o subdesenvolvimento, a necessidade de que, para romper com o sudesenvolvimento, é preciso uma estratégia de ruptura com a dominação imperialista. De que não tem mais espaço na América do Sul para que projetos como o do trabalhismo e do capitalismo nacional consigam cumprir tarefas de soberania nacional, de igualdade de disputa com o imperialismo. Essas coisas deixaram de ser tarefas possíveis de serem realizadas pelas classes dominantes brasileira, argentina, uruguai, paraguaia. Isso é uma tese. Se defendo essa tese, é evidente que meu trabalho político, minha visão e minha estratégia tem que ser no sentido de construir um outro bloco social, político, capaz de levar à frente uma série de transformações e mudanças que são mais marcadas pela ruptura do que pelo reformismo ou por uma crença de que teremos aliados entre setores da classe dominante para fazer isso. Essa questão divide a esquerda até hoje. Por isso que digo que não é a única tese. É uma das explicações do porquê, naquele momento, irmos para um lado e não para outro. Porque há uma grande divisão na esquerda, durante os anos 1970, sobre como reconstruir um partido. Ou, quando surge a ideia do movimento pró-Partido dos Trabalhadores (PT), sobre que características terá esse novo partido. O PT inaugura, efetivamente, uma novidade na política brasileira ao estabelecer um outro patamar na vida política do país.

A riqueza deste momento é profunda por envolver os debates teórico, filosófico e estratégico, a academia e um número grande de

intelectuais. Tudo isso tem que ser feito sob as condições adversas de uma ditadura militar que, inclusive, se aproveita e usa muito as experiências de guerrilha, de resistência armada, de grupos que se dedicam à arrecadação de fundos, assaltando bancos para organizar aparatos de resistência para pessoas poderem sobreviver na clandestinidade, para justificar seu recrudescimento. Para justificar, em 1968, o Ato Institucional nº. 5 (AI-5), para justificar a tortura, a morte, o assassinato, o fuzilamento, no caso do Araguaia. As condições para que as classes oprimidas e exploradas possam realizar a reconstrução teórica e programática de sua estratégia é extremamente difícil. Não é fácil, mas, a vida é isso: essa dinâmica, essa dialética. A contradição existente no país vai criar condições para que isso se construa. A luta dos anos 1970 enfrenta, na metade da década, o abandono da luta armada. Neste momento, já há uma compreensão de que essa forma de luta em um país urbanizado como o Brasil, como a Argentina, como o México, está fadada a cair no isolamento e na derrota. Isso porque não tem como organizar o cidadão comum para a luta armada quando ele tem que bater ponto, cumprir oito horas de trabalho. A VPR chegou a recrutar dirigentes sindicais, como o José Onofre, o José Ibrain, que, de vez em quando, botavam uma máscara para assaltar um banco.

Isso é impossível. Não tem como coadunar duas estratégias tão distintas. Houve uma confusão grande. Pelo fato da esquerda se caracterizar por uma subordinação aos partidos burgueses reformistas e ver neles aliados passageiros ou, mesmo, estratégicos, mas ver neles aliados, no momento seguinte, quando isso cai por terra, identifica-se que – aí o problema do estalinismo é muito forte – o pacifismo ou a busca de espaços no Congresso ou no Parlamento são, também, visões subordinadas. Se está errado estar subordinado, a democracia também não interessa. É a ditadura da burguesia contra a ditadura do

proletariado. Perde-se a visão do que é a luta democrática. É possível fazer uma luta democrática que não seja subordinada ideologicamente a um partido burguês e ela ter características de luta democrática.

Em uma sociedade capitalista, normalmente, o poder do capital transforma a democracia numa fachada e não em uma realidade plena, objetiva, em que as pessoas tenham efetivamente poder de controle sobre bancos, empresas, e assim por diante. A crítica ao parlamento burguês e à política de alianças é uma crítica simultânea à luta democrática. E isso fortalece a ideia da luta clandestina, o conflito da luta armada contra a luta pacífica. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) era mais revolucionário porque defendia a luta armada no Araguaia. O PCB era pacifista e reformista porque queria eleger o Lauro Hagemann vereador de Porto Alegre por meio do MDB. Criou-se uma dicotomia e um conflito por pura fragilidade da esquerda, que não tinha estrutura, experiência e formações teórica e política para compreender essas coisas.

É difícil, depois dos acontecimentos, dizer que poderia ter sido diferente. Mas o que mais ajudou a ditadura a ampliar sua legitimidade social foi o Milagre Brasileiro. Lembro que brincávamos com nossa geração que a célula foi mais dizimada pelos altos salários possíveis aos universitários saídos das faculdades, por conta do Milagre Brasileiro, do que pela repressão. Por quê? Porque a universidade era uma elite. O país crescia aos saltos e os empregos para profissões universitárias cresciam em espantosa rapidez. A ditadura e o regime militar tinham uma política que favorecia essa ideia de consumo restrito extremamente alto e qualificado para um pequeno setor, e, para a massa em geral, um arrocho salarial brutal. Ninguém estava preocupado com o consumo de massas, mas com o sujeito que trocava de carro todos os anos. Esses setores egressos da universidade rapidamente tiveram uma melhoria de vida que os retirou, em grande parte, deste movimento. Por outro lado, talvez

muitos deles, em condições normais de democracia, mesmo ganhando melhor, tendo um emprego melhor, tivessem ficado em um partido político. Mas isso não existia.

A repressão e o autoritarismo fazem com que, em qualquer sociedade, haja um refluxo. O temor da delação, de informantes, a desconfiança generalizada de todos em relação a todos. Eu era professor. Imagina, dentro de uma sala de aula... Era um autopolicimento, uma autorrepressão permanente. Como eu poderia saber se, em meio a quarenta alunos, não havia um ou dois informantes? Eu dei aula em cursos pré-vestibulares e cursos supletivos até 1971, quando fui preso. Depois fui, por um longo período da ditadura, professor universitário. Quando saí da cadeia, em 1973, voltei a sobreviver como professor. Voltei a dar aula em cursinhos pré-vestibulares e, a partir de um mestrado em Ciência Política, feito em Campinas, comecei a trabalhar na universidade, na Unisinos, em uma época em que o ingresso não era tão difícil quanto é hoje. Hoje é preciso ter mestrado, doutorado. É o exemplo que estou dando de que o crescimento verificado na época abria as portas. Comecei a trabalhar lá em 1977 e fui até 1991.

Esse é um processo que se vive em condições que não se escolhe. Não era só o problema das dificuldades de reorganização da esquerda. Era a ausência do debate, da crítica, da liberdade para discutir qualquer tema, pois tínhamos que estar sempre nos cuidando. Chega um ponto em que isso vai fazendo com que as pessoas não decoleem, não cresçam. Minha briga na sala de aula era permanente. Tinha que ficar sacudindo os alunos, que já entravam com receio (assim como eu) do informante, da delação, de até perder o emprego. A ditadura cria um clima e uma cultura que é uma desgraça para qualquer sociedade.

A luta da resistência, a partir de 1974, mostrou uma mudança sensível na esquerda, que até então defendia o voto nulo, a denúncia do

bipartidarismo. Viu que havia uma nova conjuntura e que a derrota sofrida pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA) nas urnas, mostrava que a legitimidade não estava passando de dez anos do golpe. Já havia um clima completamente diferente. Não que fosse acabar no dia seguinte, mas que estava "virando a tortilha". Estava se dando um novo quadro. Parte da esquerda começa a ocupar o espaço permitido da ARENA e do MDB, principalmente dentro deste, que passa a ser o guarda-chuva protetor de várias correntes no campo da esquerda, do centro, dos democratas, dos republicanos. Era uma grande frente. Um grande movimento democrático brasileiro. Não era um partido, mas uma resistência legal e permitida pelo regime militar. Esse espaço permitia com que você puxasse mais para cá, mais para lá. Em uma cidade, um vereador ou um deputado empurrava a cerca mais para cá, mais para lá. Essas coisas foram criando uma nova situação.

Daí se criou uma reversão do papel da Igreja. Ela começa a assumir a luta pela Anistia. Alguns bispos mais corajosos, como Dom Evaristo Arns e outros, engajaram-se nela. Grupos de intelectuais se reuniram para lutar pela Anistia. Não era contra o regime militar, não era contra a burguesia. Era difícil de reprimir. Setores da OAB começaram a assumir a luta. Essas lutas de retorno a prerrogativas individuais diante de um regime militar que continuava garganteando que era democrático e defensor da democracia contra o comunismo não era fácil, afinal não era um regime totalitário. A ditadura brasileira não foi um regime totalitário, fascista, assim como não foi neoliberal, como foram os militares argentinos. Estes foram, tipicamente, de um regime liberal. Tinham uma visão de voltar à Argentina da divisão internacional do trabalho do século XIX. Isso fez muita diferença para o futuro, para a situação de hoje do Brasil, da Argentina. As consequências para os países foram muito diferentes na formação dos partidos, na reorganização desses partidos

políticos. A Argentina continua até hoje dominada pelo fantasma do peronismo. Mais urbanizada do que o Brasil, com uma média cultural e experiência sindical superiores às nossas e não consegue sair daquela contradição entre o radicalismo e o peronismo e não construiu um projeto alternativo, distinto, diferente, como se constituiu, de certa forma, a Frente Amplia uruguaia e, com mais nitidez, o PT brasileiro.

A luta pela Anistia desembocou na reorganização partidária, na volta do exílio, o que gerou um outro quadro. Nós que participamos no Movimento pró-PT e que nos considerávamos herdeiros dessa disputa teórico-programática dos anos 1960, achávamos que estávamos nos reencontrando na construção de um sujeito político histórico capaz de ser coletivamente responsável por mudanças e por transformações, que é o que deve ser um partido político. Era um partido de base sindical, operária, que não se subordinava a uma ideologia burguesa, que não queria alianças, que queria crescer com suas próprias pernas, que enfrentou, nos primeiros anos, todos os desafios e problemas para sua sobrevivência. Isso marcava um caminho inédito. Isso nunca havia ocorrido na política brasileira. Só que o Brasil já tinha 500 anos. 30, 40 anos na história são um agora, um hoje. Foram tão marcantes os problemas da esquerda em fazer sua autocrítica dos anos 1960 que, no PT, quando levantamos a bandeira da Constituinte, como a bandeira que melhor globalizava a disputa com a ditadura, não tínhamos força dentro do partido. Esse debate levou anos até o PT assumi-lo. No partido, havia uma corrente muito forte que dizia que a luta pela Constituinte era uma luta burguesa, que não cabia aos trabalhadores, que significava voltar ao reformismo do Partidão. Como se fosse a mesma coisa da visão estalinista, da subordinação ideológica, programática a um partido de centro ou populista. Tenho guardados documentos no arquivo do partido de correntes que diziam que o trabalhador não come Constituinte, que

não se interessava por essas bobagens, porque o trabalhador quando tomasse o poder iria instituir a ditadura do proletariado. Essa visão sobreviveu dentro do PT até quase o final dos anos 1980. Depois de 1985, a derrota das Diretas Já permitiu criar dentro do partido uma postura majoritária de assumir a bandeira da Constituinte. E fomos, de novo, derrotados. Não houve Constituinte. Houve um Congresso Constituinte. Assim como não houve as Diretas, mas um Colégio Eleitoral; a conciliação das elites brasileiras, inclusive dos setores democráticos, do próprio MDB com o Colégio Eleitoral e com a transição lenta, gradual e segura. E isso marcou.

Não tivemos uma Assembleia Constituinte, pois não foi exclusiva, onde os constituintes são constituintes. É isso em qualquer lugar do mundo. Não tem constituinte deputado ou senador. É constituinte. Depois de criar as instituições e as regras, ele se subordinará, de novo, a essas regras criadas. Mas ele, primeiro, tem que voltar para casa. Aqui, não. Foi um acordo em que o Congresso Constituinte conciliou com o Senado do jeito que era, com senador bônico, com tarefas legislativas idênticas às da Câmara, sem critérios de proporcionalidade apesar das brutais diferenças entre os estados. Com semelhantes funções legislativas, isso se transformou numa trampa, em um negócio completamente antidemocrático. Houve pessoas eleitas, através de critérios diferentes, legislando sobre as mesmas coisas. Os novos estados criados pela ditadura se mantiveram com pisos de representação completamente desiguais (representação de oito deputados sem eleitores proporcionais para tanto). O que prejudicou enormemente a democracia.

Os avanços conquistados pela Constituinte em relação a prerrogativas e direitos individuais são bons, ótimos, mas não foram, como em outros países, conquistados em uma luta mais histórica, secular, que tenha lhes dado base e sustentação para que essa luta lhes permitisse

batalhas políticas e sociais futuras, na sequência de seu crescimento de representação. Misturaram-se conquistas e prerrogativas individuais com conquistas sociais sem uma sustentação suficiente e que acabaram não se realizando. Elas não se realizam apenas na lei. Ou se realizam porque expressam uma determinada relação de forças da sociedade ou culturalmente, ou na relação de forças políticas. Até hoje, em determinadas regiões do Brasil, persiste o clientelismo, o patrimonialismo. Há figuras que ainda têm uma visão do país patrimonialista. O clientelismo é praticado como direito divino, como direito de pertencer a uma oligarquia.

Temos, ainda, muito fundamentalismo religioso, preconceitos recrudescidos, o que mostra que não há uma linearidade de que o homem, por natureza, só evolui. Ele pode ter evoluído biologicamente, mas culturalmente e ideologicamente pode ter grandes refluxos e retrocessos como estamos vivendo hoje, sob vários aspectos. A crise na Europa e em outros países leva ao ressurgimento de tendência xenófobas, de emprego para os nacionais e não para os estrangeiros, e isso é a expressão de coisas que, com a globalização, pareciam superadas. Não estão superadas.

"CAPITÃO, VAMOS TRABALHAR JUNTOS?"*

*Emílio Neme***

A Brigada Militar no Movimento da Legalidade

O momento mais grave da Legalidade ocorreu no dia em que havia a ameaça de um ataque militar ao Palácio Piratini, com uma multidão concentrada em frente, na Praça da Matriz. Preocupado com essa ordem vinda de Brasília – dos militares que estavam tentando dar o golpe em João Goulart –, o governador Brizola determinou que a Casa Militar tomasse providências para defender o Piratini e a população.

Para montar a defesa, nós primeiros percorremos os quartéis da Brigada Militar e perguntamos aos oficiais se pegariam em armas para defender o governador Brizola. Por unanimidade, todos responderam que sim.

Levamos para o governador a conclusão e passamos a posicionar a Brigada nos pontos essenciais para a defesa. Colocamos metralhadoras no topo da Catedral Metropolitana e do Palácio Piratini, preparadas para abater aviões. Eram armas produzidas na Tchecoslováquia, muito eficazes. Brizola foi conferir tudo pessoalmente e concluiu que estávamos prontos para enfrentar militarmente a ameaça de bombardear o Palácio Piratini.

* Depoimento publicado em GONZÁLEZ, Sérgio; RUAS, Tabajara. Um brasileiro chamado Brizola: tempos de luta. Porto Alegre: Extensão Cultural, 2009.

** Coronel reformado da Brigada Militar. Ex-chefe da Casa Militar do governo Brizola.

Para deter um ataque que poderia vir por Santa Catarina, posicionamos a Brigada Militar em Torres, perto da divisa. E um destacamento protegendo as torres da Rádio Guaíba, emissora que liderava a Cadeia da Legalidade. Para sustar algum possível ataque pelo Rio Guaíba, utilizamos as lanchas do Corpo de Bombeiros com os soldados fortemente armados. Um capitão do Exército, que na época comandava a Companhia de Guardas, contou-me depois que, ao receber ordens de atacar a Rádio Guaíba para silenciar a voz do Brizola, respondeu: *"Mas general, essa minha gente não enfrenta a Brigada. São uns recrutas, agora é que eles estão aprendendo a lidar com arma. E um soldado da Brigada vale uns cem dos nossos"*.

Foi assim que a Brigada Militar deu sustentação militar ao governador Leonel Brizola no Movimento da Legalidade.

A tentativa de golpe contra o presidente João Goulart fracassou. Mas os golpistas continuaram com as mesmas intenções de 1961. Enquanto Jango governava, principalmente a partir da volta do presidencialismo, em 1963, eles tramavam. E aconteceu o que ficou tristemente marcado na História contemporânea do Brasil como o "golpe de 64". Foi quando novamente eu estava ao lado de Leonel Brizola, na época deputado federal pelo Rio de Janeiro, em defesa das instituições democráticas.

O golpe de 64 e a dolorosa fuga para o exílio

Quando ocorreu o golpe militar de 1964 e Brizola já se encontrava em Porto Alegre para tentar a resistência, estávamos saindo da sua residência quando a imprensa chegou. Ele *?cou* na calçada dando entrevistas. E o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) passando por perto de Kombi. Eu então o alertei: *"O senhor não pode ?car*

falando aqui na calçada. Eles podem matá-lo. Ou o senhor entra e dá entrevista lá dentro ou vamos embora". Ele se deu conta e encerrou a entrevista.

Sobre o exílio, lembro bem das palavras dele: "*Neme, eu não quero sair do Brasil. Mas estão me forçando a sair daqui. Eu quero ?car aqui, eu quero ir para a Assembleia agora e me opor ao golpe militar*".

[Neme respondeu] "*Mas de que adianta? Eles vão lá e o matam. Porque a ordem contra o senhor é de matarem, não é de prenderem*".

Era uma situação em que ele tinha que decidir entre sair do Brasil ou ser morto. Ir para o interior também não adiantava, pois dois destacamentos militares estavam percorrendo todo o estado atrás dele.

Quando Brizola concluiu que ? car seria um ato insano, consegui um uniforme de soldado da Brigada Militar para ele passar pelas barreiras militares. E foi disfarçado de brigadiano que ele entrou no carro do Ajadil de Lemos, que era dirigido por sua esposa. O Ajadil na frente e Brizola, de soldado da Brigada, atrás. Assim o carro passaria pelas barreiras. Mas pensando na possibilidade de reconhecerem o Ajadil e pararem o carro, Brizola pediu para ele descer. Conseguiram chegar à praia do Quintão. Lá, o aviãozinho do Jango, levado pelo piloto Maneca Leões, aterrissou. Brizola entrou, e o piloto manteve o avião voando a 30, 50 metros de altura sobre o mar para escapar dos radares, até perto do Uruguai. Foi assim a saída dele para o exílio. Nesse episódio Brizola exerceu o direito político universal de procurar asilo para não ser morto.

Em 1958, quando foi eleito governador, Brizola colocou a mão no meu ombro e me disse: "*Capitão, vamos trabalhar juntos?*" E sua mão nunca saiu do meu ombro. Nem depois que ele morreu. Porque eu conheci como era, de fato, o Brizola como homem público. E como ele era, de fato, como homem comum.

GRUPOS DOS ONZE: LEMBRANÇAS QUE CONTAM A VERDADE HISTÓRICA

*Sérgio Gonzalez**

Os homens fazem a História. Mas nem sempre poderemos saber exatamente a verdade histórica. Certamente muitos homens que a contam a distorcem e relatam conforme suas idiossincrasias, desconhecimento ou inconfessáveis interesses. E passam isso às gerações que se seguem, fomentando falsos conceitos. É o que ocorre com grande parte das referências aos Grupos dos Onze.

E o que posso contar de verdade sobre os Grupos dos Onze?

A origem e razões dos Grupos dos Onze

Meu caso de amor com os Grupos de Onze foi simples, verdadeiro, profundamente honesto e idealista, assim como dos meus dez companheiros de luta. Saudosos companheiros que nunca mais vi e nem sei onde foram parar. A verdade daquilo que faz parte das minhas vivências da juventude é que os Grupos dos Onze foram organizações de cunho político e social inspiradas por Leonel Brizola. Mais inspiradas do que comandadas fascistamente como querem fazer crer os seus detratores.

Foi criado em agosto de 1963, quando Brizola era deputado federal pelo Rio de Janeiro (na época, estado da Guanabara), eleito com

* Publicitário, jornalista e designer. Co-autor de *Um brasileiro chamado Brizola: tempos de luta*. Participou dos Grupos dos Onze.

260 mil votos. Proporcionalmente ao número de eleitores, a maior votação obtida por um candidato a deputado federal no Brasil.

Ninguém precisava fazer "juramento de obediência irrestrita ao chefe" e nem seguir qualquer decálogo ideológico para ser membro de um Grupo dos Onze. Lógico que eram todos de esquerda. Defendiam o trabalhismo de Alberto Pasqualini, base ideológica do PTB de Getúlio Vargas, o socialismo europeu e, os mais radicais como eu, o marxismo, que estudei por orientação do meu pai.

Tinha apenas de ser alguém desejoso de trabalhar com o objetivo de evitar que o Brasil saísse dos trilhos da democracia, e levar adiante os avanços econômicos, sociais e políticos iniciados por Getúlio Vargas, seguindo sem solução de continuidade no governo do presidente João Goulart com as Reformas de Base.

Além, é lógico, de começar a campanha para levar Brizola à presidência da República nas eleições de 1965, quando enfrentaria um adversário poderoso eleitoralmente e economicamente: o ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Quando o golpe de 64 começou a mostrar suas garras afiadas

O cenário do país era de grande efervescência política.

O programa de reformas do presidente Goulart havia acentuado a radicalização política, crescente desde 1961. De um lado, os que queriam as Reformas de Base. De outro, aqueles que achavam que tudo devia ficar como estava.

Para que reforma agrária? Reforma bancária? Reforma educacional? Para que a reforma tributária? A Lei de Remessa de Lucros penalizando as pobres multinacionais? Para que estender os direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais? Promover o desenvolvimento do

país em bases nacionalistas, como pretendia o presidente João Goulart, com o apoio dos sindicatos, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), da União Nacional dos Estudantes (UNE), do PTB, dos socialistas e comunistas?

Contra isso, os grupos que condenavam as Reformas de Base organizavam-se e tramavam. A fauna era formada por espécimes das mais diversas origens entranhadas na História do Brasil desde o Império e a Velha República: empresários, fazendeiros, setores militares, imprensa e parte da classe média manipulada pela Igreja conservadora e influenciada pela mídia que defendia os interesses dos grandes anunciantes, na maioria, poderosas multinacionais. No Congresso, o presidente encontrava forte oposição da UDN e do PSD. A resistência ao governo era apoiada pelos Estados Unidos, cujos interesses poderiam ser prejudicados pela política reformista de Jango.

Mesmo enfrentando essa parafernália de opositores, tudo parecia ir bem. Os movimentos populares se sentiam fortes o suficiente para pressionar o Congresso e as elites. Menos Leonel Brizola.

Na sua intuição – e Brizola era um homem intuitivo –, ele captava algo no ar que não eram os "aviões de carreira", como diria o Barão de Itararé. A mesma intuição que o fez se antecipar à tentativa de golpe em 1961 por meio do Movimento da Legalidade.

Brizola sentia que os perdedores não tinham humildemente aceitado a derrota, como um digno *boxeur* nocauteado pelo adversário que cumprimenta o vencedor do embate.

E estava certo. Os golpistas de agosto de 1961 estavam tramando nos porões mal cheirosos dos inimigos do povo a forma de atacar novamente.

Desta vez pelas costas.

Pressentindo isso é que Brizola inspirou, articulou e mobilizou os jovens, como eu e meus companheiros idealistas, para organizarem os Grupos de Onze.

Dessa forma seria formada uma rede nacional de brasileiros preparados politicamente para enfrentar qualquer tentativa de golpe.

Como entrei para um Grupo dos Onze

Meu pai, Demóstenes Gonzalez¹, com quem eu havia participado do Movimento da Legalidade, foi quem me instruiu sobre os Grupos dos Onze e me apresentou a um jovem chamado Pedro Etchbarne. A missão do Pedro consistia em organizar um grupo de onze jovens ligado ao Movimento Nacionalista Brasileiro.

Eu tinha uma dívida política com o "velho" e aquele era o momento de resgatá-la.

Ocorre que na época em que morávamos em São José do Rio Preto, interior de São Paulo, fui cooptado por um professor do Instituto de Educação Pública do município a entrar para o Movimento Águia Branca, ligado ao integralismo de Plínio Salgado, candidato a presidente da República nas eleições de 1955.

O Movimento Águia Branca operava organizado em centros culturais. O meu chamava-se Centro Cultural de Farias Brito, filósofo brasileiro de caráter espiritualista cuja obra era básica na concepção ideológica do integralismo.

Eu tinha 15 anos. Entusiasmado pelas ideias de Plínio Salgado, passei a ler seus livros que compunham a biblioteca do Centro Cultural: *A Voz do Oeste, Vida de Jesus, Reconstrução do Homem, O Integralismo*

¹ Demóstenes Gonzalez – jornalista, compositor, escritor. Um dos autores do Hino da Legalidade, com Lara de Lemos e Paulo César Pereio.

Perante a Nação, Direitos e Deveres do Homem, O Conceito Cristão de Democracia, A Doutrina do Sigma e vai por aí.

Tudo bem. Mas meu pai, comunista convicto, membro do PCB, não gostou da ideia de ver o filho participar da campanha de Plínio Salgado. Ele, como os comunistas, apoiavam estrategicamente Juscelino Kubitschek naquela eleição. Contudo, deixou-me à vontade com as minhas peripécias juvenis. Certamente viu naquela posição coisa de um adolescente. Passaria com o tempo. E passou.

Bastou sair de Rio Preto, ir para a capital e logo depois para Porto Alegre.

Alguns companheiros de saudosa lembrança

Quando entrei para o Grupo dos Onze eu era o mais jovem. Mas já estava casado e com um filho de seis meses.

Não lembro do nome de todos os meus companheiros.

Não mantínhamos relações cotidianas. Todos trabalhavam. Tinham responsabilidades com suas famílias e estavam em início da vida profissional. Só nos encontrávamos nas reuniões para articular nossas ações.

O Pedro Etchbarne, chamado de Pedrinho por ser baixote e gordinho, era o coordenador do grupo e com quem cheguei a estabelecer relações mais próximas. Sei que ele morreu ainda jovem, nos anos 80.

Lembro também do Henrique. O mais culto e radical politicamente e também o mais perseguido após o golpe de 64, pois havia passado um ano estudando na então Tchecoslováquia. Com ele ocorreu um episódio tragicômico. Contou-me em uma manhã de abril, no interior da Igreja do Rosário, onde às vezes nos encontrávamos rapidamente logo que era aberta, às 6 horas, quando eu estava morando,

ou melhor, escondido, no apartamento "kitinete" do desenhista publicitário Nilo Costa e Silva, que ficava na Galeria do Rosário, em frente à Igreja.

Preso em plena avenida Borges de Medeiros, alguns dias depois do golpe militar, Henrique foi conduzido aos safanões à presença de um coronel que comandava a repressão aos que ainda tentavam atuar corajosamente nas periferias da cidade, conscientizando a população quanto aos inconfessáveis e verdadeiros objetivos do golpe.

Henrique, sempre de terno e gravata, carregava uma imensa pasta preta. O coronel deduziu que devia estar recheada de material subversivo e, quem sabe, de alguma bomba tipo coquetel molotov. Os policiais que haviam prendido o "perigoso agitador" abriram a pasta na frente do impetuoso e astuto coronel. Surpresa e frustração. A pasta estava cheia de bíblias. Inofensivas bíblias que Henrique vendia para a Casa Publicadora Brasileira. Era o seu meio de vida.

Foi solto depois de declarar que era evangélico. Uma liberdade efêmera. Dias depois foi novamente preso e levado para um lugar incerto e não sabido. Nunca mais o vi. Nunca mais tive notícias do seu paradeiro.

Outro companheiro que me recordo chamava-se Zenon. Um codinome, hoje suponho, pois era ele que nos orientava sobre questões militares. Estudante de Engenharia cursava o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e ia às reuniões sempre rigorosamente trajando o uniforme militar.

Mas o que pretendíamos nós, onze jovens, em vez de tocarmos a vida e buscarmos o sucesso profissional?

Preparamos-nos para as guerrilhas, embalados pelo exemplo de Ernesto "Che" Guevara?

Tomarmos o poder e ajudarmos a implantar o comunismo no Brasil?

Nada disso. Nossa trabalho consistia em pesquisar a situação social das periferias de Porto Alegre, detectando os problemas sociais e formando um quadro real das carências das populações pobres, suas necessidades e aspirações.

Atuávamos muito na área rural, no chamado Cinturão Verde, implantado por Brizola, quando prefeito da capital gaúcha, no âmbito da então Secretaria Municipal da Produção e do Abastecimento, também criada por ele em 1956.

Ao mesmo tempo em que fazíamos esse trabalho, sempre nos finais de semana, conscientizávamos o povo para a situação brasileira e a necessidade de união entre todos para pressionarmos o Congresso para a aprovação das Reformas de Base.

Utilizávamos, para isso, os *Cadernos do Povo Brasileiro*, coleção produzida a partir de 1962 pela editora Civilização Brasileira, cujo editor, Énio Silveira – de modo corajoso e pioneiro –, viabilizou um empreendimento dessa ordem, em colaboração com o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB).

Os *Cadernos do Povo Brasileiro* eram pequenos livros, formato bolso, vendidos a preço acessível às camadas populares e de conteúdo inteligível à população menos intelectualizada, visando a esclarecer o povo acerca dos problemas mais candentes do Brasil.

A maioria dos títulos era de autoria de historiadores, sociólogos e políticos membros do ISEB, outros de intelectuais engajados com interesses no mesmo campo político, como Barbosa Lima Sobrinho e Francisco Julião. Recordo de alguns: *Que são as ligas camponesas?* (Francisco Julião), *Quem é o povo no Brasil* (Nelson Werneck Sodré), *Quem faz as leis no Brasil* (Osny Duarte Pereira), *Por que os ricos não fazem greve?* (Álvaro Pinto), o profético *Quem dará o golpe no Brasil* (Wanderley Guilherme dos Santos), *Quais são os inimigos do povo?* (Theotônio

Junior), *Como seria o Brasil socialista?* (Nestor de Holanda), *Que é a revolução brasileira?* (Franklin de Oliveira), *O que é reforma agrária?* (Paulo Schilling), *Como atua o imperialismo ianque?* (Sylvio Monteiro), *De que morre o nosso povo?* (Aguinaldo Nepomuceno), *Por que existem analfabetos no Brasil?* (Osny Duarte Pereira), *Desde quando somos nacionalistas?* (Barbosa Lima Sobrinho), *Revolução e contrarrevolução no Brasil* (Franklin de Oliveira).

A coleção dos *Cadernos do Povo Brasileiro* fazia parte da pequena biblioteca do nosso grupo, entre outros livros, revistas e impressos que eram guardados em uma sala que ocupávamos no Edifício Marechal Mallet. Ficava na esquina da Rua dos Andradas (Rua da Praia) com a Rua Caldas Júnior, onde hoje está o Shopping Rua da Praia.

A sala era cedida pelo Movimento Nacionalista Brasileiro, organização presidida pelo professor Antônio de Pádua Ferreira da Silva.²

Na noite de 31 de março de 1964, ocorreu o último episódio das atividades do nosso Grupo dos Onze. Está publicado no livro *Um brasileiro chamado Brizola: tempos de luta*.³

O fato ocorreu comigo. Em memória do velho companheiro Pedro, artífice da minha entrada para os Grupos de Onze, o coloquei como personagem da história que narrei e que reproduzo para encerrar estes despretensiosos apontamentos resgatados das minhas peripécias da juventude.

² Antônio de Pádua Ferreira da Silva – na época, professor de matemática do Colégio Júlio de Castilhos. Atualmente é membro do PDT.

³ *Um brasileiro chamado Brizola: tempos de luta* – Livro escrito por Tabajara Ruas e Sérgio Gonzalez, editado no âmbito da Lei Rouanet de Incentivo à Cultura e patrocinado pela Eletrobrás e Grupo CEEE, com o apoio da Fundação Mário Soares e da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

A noite em que o Brasil entrou na sombra da ditadura

Noite de 31 de março de 1964. Pedro Etchebarne saiu apressado da Escola de Belas Artes da UFRGS, onde estudava. Pelo radinho de pilha que sempre carregava, ficou sabendo que a situação em Brasília estava tensa. O comício das reformas na Central do Brasil tinha assanhado os safados da elite brasileira que faziam oposição ao presidente Jango e tremiam de medo do Brizola. Aquele banqueiro governador de Minas, o Magalhães Pinto,⁴ era um dos piores. Ladino, tinha até usado um grupo de mulheres católicas em uma manifestação para impedir que o deputado Brizola falasse em Belo Horizonte. Um canalha. Até o Adhemar de Barros, que vivia puxando o saco do Getúlio, estava na trama. Aquela tal de marcha da família que a mulher dele montou em São Paulo e foi na frente com um rosário na mão mostrou que a direita estava organizada e tinha muito dinheiro doado por empresários retrógrados.

Pedro era membro de um Grupo dos Onze. Tinha sido convocado para uma reunião de urgência na sala da organização, no Edifício Mal. Mallet, Centro de Porto Alegre. Caminhava rápido pela Rua dos Andradas, quando foi puxado pelo braço. Era o professor Antônio de Pádua, dirigente do Movimento Nacionalista Brasileiro. Pedro nunca se esqueceu do que o professor disse: "Avisa aos companheiros que vocês não devem se reunir na sede. Tirem de lá todos os arquivos, livros e impressos. Preparem-se para uma emergência. A situação é grave. O general Kruel traiu o Jango".

O alerta do professor salvou Pedro de ser preso naquela noite. Passava da uma hora da madrugada quando, de uma Kombi que

⁴Magalhães Pinto – além de político, era dono do Banco Nacional de Minas Gerais, que fundou em 1944. Após o golpe de 1964, sua fortuna se multiplicou e incorporou mais seis bancos. Após a redemocratização do país, o banco quebrou de forma fraudulenta e foi incorporado pelo Unibanco. Os Magalhães Pinto, seus filhos que estavam na direção do Nacional, foram condenados por formação de quadrilha e crime de colarinho-branco. IstoÉ Dinheiro, São Paulo, 2 abr. 2003, [s.p.].

estacionou bruscamente, desceu um grupo soturno de homens que entrou no prédio. A sala foi arrombada e os poucos móveis revirados. Só encontraram jornais e revistas velhas.

Enquanto, isso as tropas do general Mourão Filho já tinham se deslocado de Minas Gerais. Era o golpe previsto por Brizola. Um golpe para depor João Goulart e prender Brizola e todas as lideranças e pessoas que tinham ligações com ele.

Jovens e idealistas, Pedro e os companheiros do Grupo dos Onze, se prepararam para a resistência. Sabiam como agir nessas situações. Sereno Chaise era prefeito de Porto Alegre e com a vinda de Brizola a população seria mobilizada. Entretanto, a imprensa havia feito uma solerte lavagem cerebral na consciência do povo. Principalmente da classe média, que morria de medo do fantasma do comunismo. Uma grande besteira, Brizola e Jango eram trabalhistas e democratas.

A população não saiu de casa. Isso deixou Pedro decepcionado e sem perspectiva. O grupo se dispersou por segurança. A caça aos jovens ligados a Brizola era impiedosa. Muitos já estavam presos. Pedro nunca mais os viu. Ficou três meses escondido. Enquanto isso, o dono da agência de propaganda em que trabalhava – onde já tinham ido ao seu encalço – agia junto a Tarso Dutra, seu amigo e político de confiança dos militares, para que interviesse. Pedro ficou sabendo que estava fichado no DOPS porque era do Grupo dos Onze e estava inscrito para uma bolsa de estudos na Tchecoslováquia. Tarso Dutra conseguiu livrá-lo de ser preso. Mostrou que tinha força junto aos militares golpistas. Pedro era importante e não sabia.

Depois desse episódio, somente voltou a ver Brizola em 1979, na chegada do exílio. As ideias eram as mesmas, com uma diferença: Brizola retornou ao Brasil reconhecido pela Internacional Socialista como grande líder político da América Latina.

Ironias do curso da vida depois do sonho desfeito

Um ano após esses acontecimentos, em 1965, voltei para São Paulo. Ingressei como diretor de arte na J. Walter Thompson, a maior multinacional de publicidade do mundo, agência da *Ford Motors Company* e de outras empresas símbolos do capitalismo norte-americano.

O presidente da Thompson no Brasil era o escritor Renato Castelo Branco. Foi minha sorte. Homem desprovido de preconceitos políticos e aberto intelectualmente, as minhas peripécias e conceitos políticos somaram pontos a meu favor. Para ele, como me disse no primeiro dia de trabalho, não poderia esperar outro comportamento de quem mexia com criatividade e arte. Mesmo em se tratando de publicidade.

MEU PRIMEIRO COMÍCIO

*Wladymir Ungaretti**

Ainda hoje lembro do meu primeiro comício. Foi na Central do Brasil, quando o presidente João Goulart anunciou algumas das Reformas de Base. Estudava na Escola Técnica Nacional, nas proximidades do Maracanã, no Rio de Janeiro. Nas horas que antecederam o comício participei da preparação de cartazes no Sindicato dos Têxteis, próximo da Praça da Bandeira. Pelo que consigo lembrar, cumpria assim uma tarefa do Comitê Secundarista do PCB (Partido Comunista Brasileiro). Fui para a Central do Brasil carregando uma faixa: "Estudantes secundaristas pedem a legalização do PCB". E, do episódio do derramamento de combustível, na pista da Presidente Vargas (descrito em matéria do *Correio da Manhã*), tinha uma vaga lembrança de que na confusão fiquei imprensado contra um carrinho de pipocas. Retomei toda a cena do episódio quando li o livro *Um jornal assassinado*, de Jefferson de Andrade, em colaboração com Joel Silveira, editado pela José Olympio. Nessa época, frequentava o prédio da UNE, na Praia do Flamengo, e estava lá quando alguém entrou correndo na sala da UNETI (União Nacional dos Estudantes Técnicos e Industriais) anunciando que Kennedy tinha sido assassinado. Já éramos todos cubanos.

*Jornalista. Professor da Faculdade de Comunicação/UFRGS.

Transformou-se numa autêntica festa popular o comício realizado ontem na Praça Cristiano Ottoni. Ao encontro do presidente da República, uma incalculável multidão deslocou-se desde as primeiras horas da tarde, entoando cantos e trazendo faixas e cartazes alusivos às suas reivindicações e indicativos do apoio com que pode contar o presidente Goulart nas medidas que vêm tomando na defesa dos interesses nacionais. [...] Pacifica e ordeiramente, o povo compareceu ao diálogo democrático com o presidente da República e disse-lhe, pela voz dos seus líderes autênticos e pela eloquência dos seus cartazes e faixas, o que deseja que seja feito para o bem da Nação. [...] Foi portanto o comício de ontem uma extraordinária demonstração de pujança do regime democrático, com o povo brasileiro unido ao seu presidente em praça pública, em festivo ato de pleno exercício da democracia.¹

Meu primeiro curso de formação política foi com Apolônio de Carvalho. Estudava na Escola Técnica Nacional, no Rio de Janeiro, e iniciava minha militância no Partidão (Partido Comunista Brasileiro). Estávamos em 1963/64 e o cursinho de formação era realizado em uma das salas do partido, no centro do Rio, Edifício Santos Vales ou Marquês do Herval (não consigo recordar em qual dos dois), tinha como fachada um escritório do deputado Hércules Corrêa dos Santos. As aulas eram sobre as Reformas de Base do governo João Goulart e algumas noções básicas de marxismo. Nesse mesmo período, pertencia ao Comitê Secundarista do Partido, onde militavam os seus filhos René e Raul, ambos pertenciam à base do Colégio Pedro II. Dos velhos dirigentes que conheci (entre eles, Prestes), sem dúvida nenhuma, Apolônio de Carvalho, nascido em 1912, em Corumbá, hoje Mato Grosso do Sul, e falecido no dia 23 de setembro de 2005, era um dos que mais impressionavam. Corriam histórias sobre seu passado de luta na Guerra

¹*Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964.

Civil Espanhola e na Resistência francesa contra a ocupação nazista e sobre o fato de que tinha casado com uma francesa (Reneè) que conheceu na Resistência. Ingressou no PCB em 1937 e rompeu em 1967 para criar o PCBR. Foi um dos fundadores do PT, em 1980. Participou da Intentona Comunista, em 1935, na cidade de Bagé (RS), onde servia como segundo-tenente. Pertenceu a um Comitê Central do PCB que era integrado por Prestes, Mário Alves (também um dos fundadores do PCBR), Carlos Marighella (fundador da ALN), Jacob Gorender (ainda vivo e também um dos fundadores do PCBR). Do início da minha militância política, Apolônio e seus filhos, René e Raul, foram figuras marcantes. E assim continuam, passados todos esses anos.

Guerra civil, fechamento do Congresso, constituinte e até implantação da socialização crescente da economia do País foram os elementos essenciais utilizados pelos oradores do comício de ontem pela reformas de base, do presidente João Goulart ao deputado Leonel Brizola; do presidente da Supra ao representante da CGT. O Sr. João Goulart antecipou o quadro de revolução civil, ao creditar àqueles que se opõem às reformas um possível derramamento de sangue no País. O deputado Leonel Brizola pediu o fechamento do Congresso, seguido de constituinte e de plebiscito para as reformas de base que o parlamento não terá votado ao cabo da atual legislatura. [...] Falando à Tribuna logo após o comício da Central, o governador Carlos Lacerda acusou o Sr. João Goulart de ter, desta vez, furado a barreira da Constituição [...].²

Ao descobrir o jornalismo como profissão simultaneamente comecei a imaginar o dia em que teria uma máquina de escrever Remington. A ideia do lidar com as palavras do texto, da minha língua, do escrever (definitivamente) me colocou em relação direta com o mundo. E, num dado momento, agora perdido na memória, descobri que

²*Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964.

também se fazia jornalismo com fotos. Pela primeira vez ouvi falar em Rolleiflex e Leica. Também está perdido num canto qualquer da minha memória quando, pela primeira vez, ouvi o nome de Henri Cartier-Bresson e de Robert Capa. Acho que a foto de um republicano, sendo atingido por um tiro na Guerra Civil Espanhola, de Capa, é decisiva. No meu primeiro salário, ainda não trabalhando como jornalista, comprei minha primeira máquina de escrever. Uma Remington usada toda de ferro. Por isso mesmo é para mim um clássico *A máquina de escrever: na era da mania do ferro*, de McLuhan. Talvez o primeiro emprego mais próximo de todo este universo tenha sido como laboratorista de uma agência de publicidade, onde tinha como principal atividade fazer cópias fotográficas para os anúncios. É possível que mais próximo ainda do universo do jornalismo tenha sido escrever e mimiografar pequenos jornais, para distribuição em portas de fábricas, no final da década de 60/70, como o *Resistência Operária*. Ou ainda os panfletos dos tempos do Colégio Júlio de Castilhos (Porto Alegre). Sempre imaginei que um dia também teria uma Leica. Pois passados alguns anos – já exercendo a profissão de jornalista – comprei uma, modelo 1937. E ainda hoje, quando faço uso desta câmera, fico imaginando como era possível fazer fotojornalismo com uma máquina que exige tantas regulagens manuais. Saudades de Cartier-Bresson e dos comícios da minha juventude.

Para atender a velhas e justas aspirações populares, em maré montante que ameaça conduzir o País a uma convulsão talvez sangrenta, sinto-me no grave dever de propor ao exame do Congresso Nacional um conjunto de providências a meu ver indispensáveis, para serem, afinal satisfeitas as reivindicações de 40 milhões de brasileiros. Assim submeto à apreciação de Vossas Excelências, a quem cabe privativamente a reformulação da Constituição da República, a sugestão dos seguintes princípios básicos para a consecução da Reforma

Agrária: – a ninguém é lícito manter a terra improdutiva por força do direito de propriedade. Poderão ser desapropriadas, mediante pagamento de títulos públicos de valor reajustável, na forma que a lei determinar: a) todas as propriedades não exploradas; b) as parcelas não exploradas de propriedades parcialmente aproveitadas, quando excederem a metade da área total. Nos casos de desapropriações, por interesse social, será sempre ressalvado ao proprietário do direito de escolher e demarcar, como de sua propriedade de uso lícito, área contínua com dimensão igual à explorada. O Poder Executivo, mediante programas de colonização promoverá a desapropriação de áreas agrícolas nas condições das alíneas 'a' e 'b' por meio do depósito em dinheiro de 50% da média dos valores tomados por base para lançamento do imposto territorial nos últimos cinco anos, sem prejuízo de ulterior indenização em títulos, mediante processo judicial [...]. Só por esse meio será possível empreender a reorganização democrática da economia brasileira, de modo que efetue a justa distribuição da propriedade, segundo o interesse de todos e com o duplo propósito de alargar as bases da Nação, estendendo-se os benefícios da propriedade a todos os seus filhos [...]. Todas as áreas destinadas ao cultivo sofrerão rodízio e a quarta cultura será obrigatoriamente de gêneros alimentícios para o mercado interno [...].³

Logo após o golpe de primeiro de abril de 1964 retorno para Porto Alegre. É minha primeira atividade política, já integrado à base do PCB, no Colégio Júlio de Castilhos, foi participar do enterro do sargento Manoel Raimundo Soares, um paraense nascido em 15 de março de 1936 e morto no dia 13 de agosto de 1966, no episódio que ficou conhecido como o caso das mãos amarradas. Daí em diante foi só a escuridão.

Sou o mesmo e sou um outro. Continuo movido pelos mesmos sonhos. E, mais do que nunca, acredito que jornalismo é subversão.

A ditadura militar acabou. A ditadura midiática comanda o espetáculo. A luta continua. Ousar lutar, ousar vencer.

³Trechos da mensagem propondo a reforma agrária.

MEMÓRIAS DE UM COMUNISTA*

*João Aveline***

João Aveline foi, sem dúvida, uma das personalidades mais importantes de nosso passado recente; sua história de vida se confunde com a própria história do Rio Grande do Sul e do país. Em sua trajetória como militante político, foi membro do Partido Comunista Brasileiro, participou das principais batalhas travadas pela esquerda no Brasil, resistiu à ditadura, foi preso, perdeu companheiros, lutou pela abertura política e participou da construção da democracia na chamada "Nova República". Em sua carreira como jornalista, atuou nos mais importantes veículos de comunicação do Rio Grande do Sul, como a Rádio Gaúcha e os jornais Tribuna da Imprensa, Última Hora e Zero Hora. Nas redações de jornais ou nas portas das fábricas, fez das letras e da militância uma trincheira.

A entrevista que segue foi realizada em junho de 2005, alguns meses antes de seu falecimento. Sua inclusão nesta série de livros que buscam resgatar a história e as memórias acerca da ditadura no Rio Grande do Sul se justifica não só pela significativa contribuição que traz para a compreensão de tal período, mas porque se constitui em uma homenagem à sua história de luta e a tudo que Aveline representou.

– João Aveline, pode contar um pouco sobre a sua vida, como começou a militância, como te aproximaste do Partido Comunista? Um panorama sobre a sua experiência.

* A presente entrevista foi concedida a Alessandra Gasparotto, na cidade de Porto Alegre, em junho de 2005. A realização da mesma se deu durante a pesquisa para a elaboração de sua dissertação de Mestrado, defendida junto ao PPG - História / UFRGS. [Nota dos Organizadores]: A entrevista foi reproduzida em seu formato original, buscando, na medida do possível, manter a maior fidedignidade ao áudio e seguindo a ordem das perguntas realizadas. O texto apenas sofreu algumas alterações para facilitar a leitura, sendo que alguns vícios de linguagem e repetições (comuns em entrevistas orais) foram suprimidos. Alguns fragmentos específicos da entrevista, que tratavam de questões delicadas envolvendo os processos de retratação pública de ex-militantes de esquerda – tema da dissertação acima referida –, foram extraídos.

**Jornalista. Membro do PCB.

– Olha, eu fui influenciado, particularmente, por dois fatores: primeiro foi a participação da então União Soviética na Segunda Guerra Mundial, que teve uma atuação destacada contra o nazi-fascismo, sendo o primeiro exército a chegar na cidadela nazi-fascista, na Alemanha, e perdeu 20 milhões de pessoas na Guerra... Vinte milhões de jovens foram mortos na Segunda Guerra Mundial... Soviéticos! Os alemães haviam invadido até os subúrbios de Moscou, haviam tomado cidades como Stalingrado. Quando estive em Moscou, conheci um rapaz, meu guia, de cuja família morreram dezoito pessoas, de fome, no cerco de Stalingrado. Este foi um fator que me influenciou: a exuberância de um regime socialista. Eu só tinha um pequeno senão à relação da União Soviética com o Brasil: que a mesma não fosse de dependência.

O segundo fator foi o [Luís Carlos] Prestes. A sociedade, às vezes, demora um século para produzir um homem como o Prestes, um homem que esteve nove anos na cadeia, incomunicável. Não foram oito dias, nem um mês; foram nove anos! Só podia falar com as irmãs e com o Sobral Pinto, que era o advogado dele. Com as irmãs, o contato era muito restrito. E ele não pôde ir ao enterro da mãe, porque o governo Vargas não deixou. O Prestes era um homem muito ilustre. Percorreu o Brasil de norte a sul, de leste a oeste, duas vezes, com a Coluna que levou o nome dele. Ele não era o comandante da Coluna, o comandante era um camarada chamado Miguel Costa, da Força Pública de São Paulo, mas Prestes era o chefe do Estado-Maior, pela sua personalidade e sabedoria do ponto de vista militar, e sua capacidade de persuasão.

Foram esses dois fatores que me levaram a entrar para o Partido Comunista. Em 1943 eu participei da primeira reunião do partido e fui

militando de lá até aqui. Passamos por diversas fases, o partido nasceu em 5 de março de 1922, no primeiro congresso composto por nove pessoas, entre as quais um camarada chamado Abílio de Nequete, um dos delegados do Rio Grande do Sul. O partido participou da Segunda Guerra Mundial, através da pressão ao governo Vargas, no sentido de mandar uma força expedicionária para a Europa, no pressuposto de que, primeiro, era importante que o Brasil participasse da luta contra o nazi-fascismo. Era até um dever que o continente americano contribuísse com a tropa brasileira.

Segundo, do ponto de vista tático e político, essa força expedicionária que fosse defender a democracia na Europa, ao voltar ao Brasil, não iria ter mais condições de conviver com a ditadura Vargas. A ditadura cairia, e foi o que aconteceu. O partido participou de todas as campanhas populares que tinham interesse nacional: "Campanha pela paz"; "Campanha contra o envio de tropas à Coreia"; "Campanha pela luta para comprar o estatal de petróleo"; "Defesa da triticultura nacional"; "Defesa da emancipação nacional"; etc. O partido participou de todas essas campanhas.

– Mesmo quando estava na ilegalidade?

– Mesmo na clandestinidade ele nunca deixou de participar ativamente e era o pioneiro dessas campanhas. Na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, para o envio de uma tropa expedicionária, ele liderou uma campanha nacional, de norte a sul, dizendo: "o governo Vargas se dividiu em duas fatias, uma fascista – nazi-fascista – integrada pelo general Dutra e o Filinto Müller, ministro da Guerra e o chefe de polícia, e outra corrente liderada pelo Oswaldo Aranha, que era ministro das Relações

Exteriores, que se opunha ao nazi-fascismo e propunha que o governo se aliasse aos americanos na luta pela democracia".

Nós nos aliados ao Oswaldo Aranha, fizemos uma campanha de norte a sul, em todo o Brasil, para o envio de uma força expedicionária; alguns comunistas foram como soldados e até como oficiais. Um camarada chamado Salomão Malina, que foi dirigente do partido por muitos anos, foi para a guerra como aspirante e voltou como primeiro-tenente. Era um especialista em desativar minas. Foi promovido e recebeu a Cruz de Combate Primeira Classe. Somente três medalhas foram entregues no Brasil: a dois generais e a ele, um comunista.

Essa foi a vida do Partido Comunista. Numa primeira eleição, em 1945, elegeu 14 deputados e um senador, que foi o Prestes. Teve alguns anos de vida e foi cassado logo em seguida, em 1947, quando o Tribunal Superior Eleitoral cassou seu registro, por três votos contra dois. Entre os argumentos, uma aberração jurídica: os crimes que o partido cometeria se um dia ascendesse ao poder.

– Esse foi um dos argumentos utilizados?

– Esse era um dos argumentos e está no acórdão, na sentença. Então, o partido foi para a clandestinidade, mas continuou atuando; tinha períodos de semilegalidade e períodos de clandestinidade absoluta, dependendo dos humores de quem estava no governo.

– Nos períodos de clandestinidade absoluta, como vocês seguiam militando?

– Nos períodos de clandestinidade, nós tínhamos uma organização ultrarregulada, que reunia normalmente seus dirigentes. No Rio Grande

do Sul, eram o Comitê Estadual, os Comitês Municipais em todas as cidades do interior, as Organizações de Base de Militantes (as *células*); em Porto Alegre, tinha em Teresópolis, na Glória, no Partenon, no Navegantes, em São João. E havia as Organizações de Base das fábricas, de grandes fábricas, e as do movimento estudantil, porque era um partido enraizado na sociedade.

Ao mesmo tempo, participávamos de campanhas em organizações de massa que criávamos para participar, porque chamar alguém a militar no Partido Comunista era impossível, pois era uma organização clandestina. Por isso criamos organizações de massa, abertas, com sede, como a União da Juventude Farroupilha, os Comitês de Luta pela Defesa do Petróleo e os Conselhos estaduais e municipais de Luta em Defesa do Petróleo. Estes funcionavam legalmente e tinham como participantes pessoas do Partido Comunista, mas predominavam os não comunistas. Eram patriotas que se integravam à campanha porque queriam o monopólio estatal do petróleo. Nesse sentido, havia uma aliança muito ampla, até com participação de militares, inclusive alguns generais nacionalistas. "O petróleo é nosso" era o *slogan* da campanha. Nós percorremos todo o Brasil, em todos os municípios brasileiros tinha um Comitê de Defesa do Monopólio Estatal do Petróleo.

Os americanos defendiam a tese, e alguns setores do governo concordavam com eles, de que o petróleo não podia ser estatal, tinha de ser explorado por empresas privadas. Tinha a *Esso*, a *Standard Oil* e outras empresas que exploravam o petróleo.

Nossa tese era a seguinte: o petróleo é um combustível de primeira ordem que conduz, praticamente, ao monopólio. As empresas que controlam o

petróleo agem por monopólio. Então, um conglomerado de empresas mantinha o controle do petróleo e dominava países inteiros. Os países que tinham petróleo eram dominados, como até hoje acontece no Iraque; essa guerra que aconteceu no Iraque não foi por outra coisa senão pelo petróleo que existe no solo do Iraque. E, diga-se de passagem, um petróleo de muito mais fácil extração e, consequentemente, mais barato, porque o petróleo está quase à flor-da-pele, ao passo que no Brasil, por exemplo, o petróleo está bem lá embaixo. A vantagem do Brasil é que tem petróleo também no mar, no subsolo do fundo do mar, a Petrobras tem perfurado e tem encontrado.

Então, o partido participava dessas campanhas e enfrentava a tese oposta, que defendia, sem muito pudor, que o petróleo deveria ser entregue a uma companhia internacional. Quem era a favor do petróleo era tido como comunista, porque existia a Guerra Fria, e tudo que ocorresse de ruim era atribuído aos comunistas. Supostamente, a campanha do petróleo era coisa ruim, cuja autoria era dos comunistas, para deixar na defensiva aquelas pessoas que lutavam em favor do petróleo. Por isso, nós tínhamos muita dificuldade, e morreu gente por causa do petróleo.

– Durante essas campanhas?

– Durante a campanha morreram os mártires de DuPont, de São Paulo, em função da luta pelo petróleo. Outra luta que o partido defendeu aqui no Rio Grande do Sul foi a Defesa da Triticultura Nacional, com o pressuposto de que o pão é o elemento principal na alimentação do ser humano. Quem tem o trigo tem o pão, e o nosso propósito era fazer com que o Brasil se tornasse autossuficiente na produção de trigo.

– *O Brasil importava?*

– O Brasil importava e até hoje importa. Porque depois a campanha esmaeceu, a campanha não foi totalmente vitoriosa, mas atingimos grandes metas, conseguindo atingir grandes extensões de terra. Com o plantio do trigo, a triticultura nacional se desenvolveu. Tínhamos a nosso favor o fato de que a manufaturação do trigo em farinha também tinha de ser no moinho nosso. Existia todo um esquema através do qual o estrangeiro tinha na mão o plantio e a produção de trigo. A muito custo nós fomos transformando isso, reunimos triticultores... e olha que o triticultor era um lavoureira. Era o latifúndio contra nós. Lembro que uma vez participamos de um congresso de triticultores, em Passo Fundo, congresso que nasceu sob inspiração nossa e que reuniu todos os triticultores do estado. Nós fizemos toda a cobertura pelo nosso jornal, *A Tribuna Gaúcha*. Os jornais daqui, *Correio do Povo* e *Diário de Notícias*, principais jornais da época, e o *Jornal do Dia*, só davam pequenas notinhas. E o Chateaubriand, através de sua cadeia de jornais, inclusive o *Diário de Notícias* daqui do Rio Grande do Sul, dizia que, em vez de plantar trigo, os gaúchos deveriam plantar capim e importar mulheres francesas...

– *Que coisa horrível!*

– Era isso que ele propunha para os gaúchos. Mas com toda essa adversidade nós conseguimos reunir os triticultores, conversar com eles. Depois de terminar o congresso, o único jornal que deu toda a cobertura do teor do congresso foi o *Tribuna Gaúcha*. Eu telefonava de noite de lá, quando terminavam as reuniões do dia. Eu dava por telefone a cobertura do congresso, o que se fazia com a maior dificuldade, porque, naquele tempo, as comunicações eram muito difíceis. Mesmo assim a gente

conseguia falar por telefone e transmitir o resultado das plenárias do congresso.

— *Nessa época, já atuava como jornalista também?*

— Eu atuava como jornalista do *Tribuna Gaúcha*. Quando aquele congresso chegou ao final, eu e um camarada chamado João Adelino Fuscella, também jornalista, procuramos os triticultores para pedir recursos financeiros para o *Tribuna Gaúcha*. Argumentávamos o seguinte: *"Vocês têm uma posição política e ideológica diferente da nossa, mas em relação à política do trigo temos uma posição igual. Vocês, porque pretendem que o Brasil seja autossuficiente, que iniba a importação do trigo e mantenha o mercado à disposição de vocês. E nós, porque achamos que o desenvolvimento da triticultura significa emancipação nacional. E quanto melhor for a emancipação de nosso País, maior será o seu progresso e o fortalecimento da classe operária. O único jornal que cobriu o congresso foi o nosso. É justo, portanto, que nós peçamos a vocês que nos ajudem financeiramente"*. Eu voltei de lá, naquela época, com 190 mil cruzeiros.

— *Bastante dinheiro para a época.*

— Para a época era muito dinheiro! Tudo em dinheiro! Dinheiro vivo. Eu coloquei tudo em uma pasta e peguei um avião, um DC3, e vim para Porto Alegre, diretamente à casa de nosso tesoureiro, a quem entreguei o dinheiro.

Na Campanha da Emancipação Nacional da Indústria foi a mesma coisa. Fizemos uma campanha em defesa da emancipação nacional da indústria. Fizemos reuniões e uma visita, em Caxias do Sul, a industriais,

porque era o foco do desenvolvimento industrial, junto com Porto Alegre. Visitamos um dos principais homens da indústria de Caxias, metalurgia, em nome do Partido Comunista. Quando nos anunciamos, nos recebeu e disse, de pé: *"Eu quero saber que razão levou os senhores a me procurarem, porque eu não tenho nada em comum com os senhores, consequentemente acho estranho que tenham me procurado"*. Aí eu disse: *"Olha, em primeiro lugar, eu gostaria que o senhor, em nome da hospitalidade gaúcha, nos recebesse e nos deixasse falar. Quando o senhor nos deixar falar vai ver que existem razões para nós estarmos frente a frente"*. Ele respondeu: *"Então sejam breves, porque eu não tenho tempo a perder"*. Então expliquei a mesma coisa que disse para os triticultores, num outro plano: *"Nós temos interesse no desenvolvimento industrial, sabemos do seu patrimônio e já sabíamos que o senhor não é comunista, não tem a menor inclinação para a doutrina comunista. Mas sabemos que é industriário, há de querer o desenvolvimento da indústria brasileira para livrá-la do mercado internacional, que traz produtos manufaturados para cá. Nós sabemos que o desenvolvimento industrial é uma das metas de vocês, em busca de melhores lucros, de mercado maior. Nós queremos o desenvolvimento industrial do País por outros motivos em particular. Em primeiro lugar, através desse desenvolvimento teremos um surto de desenvolvimento nacional. Nossa País precisa se desenvolver. Em segundo lugar, fábricas e fábricas deverão nascer, o número de operários aumentará e, aumentando o número de operários, as fileiras do nosso partido também irão aumentar. Consequentemente nós estaremos mais perto de uma vitória eventual"*. Aí ele baixou um pouco a crista, conversou bastante conosco e tal. No final das contas disse, já delicadamente: *"Qual é a pretensão dos senhores?"* Aí o meu colega, tesoureiro do partido, colocou logo: *"Nós queremos 20 mil cruzeiros do senhor."* Ele disse: *"Muito bem, os senhores não vão receber hoje, mas vão*

receber na próxima semana através de um metalúrgico e artista plástico de Caxias, chamado Bruno". Ele sabia que era comunista também. *"Eu vou mandar entregar esse dinheiro para ele. Está bom?"* Dissemos: *"Está certo"*. Nós nos despedimos dele e ele disse: *"Eu não sou comunista!"* Eu disse: *"Nós sabemos disso"*. Quer dizer, o partido desenvolvia essas campanhas e mantinha um bom relacionamento com algumas figuras da burguesia brasileira. Não um relacionamento subordinado, mas uma relação através da qual a gente expunha o nosso pensamento e, de modo geral, se identificava com o objetivo deles.

– Então, fazendo ações conjuntas para determinados objetivos.

– Para determinados objetivos, definidos do ponto de vista deles e definidos em relação a nós: o deles com um objetivo menos remoto e o nosso mais remoto, mas mesmo assim nos servia. Essa era a política que o partido desenvolvia.

O Ferreira Gullar, poeta do Maranhão, membro do partido, quando o partido fez 50 anos disse o seguinte: *"Quem quiser falar da história do Brasil nos últimos 50 anos e não tocar no Partido Comunista, não está falando a verdade ou está forçando a verdade"*. Tal era o envolvimento do partido nas campanhas que desenvolvia. Na luta pela democratização do País, após o golpe de 64, o partido teve uma atuação destacada. Logo que o País sofreu o golpe, as oposições se dividiram em duas posições. Uma parte dizia o seguinte: os militares só sairiam do poder se enfrentados pela via armada. Isso era o que dizia uma parte importante da sociedade e da esquerda. A outra parte, liderada pelo Partido Comunista, dizia que não, que o caminho para enfrentar a ditadura militar não podia ser o caminho das armas.

Por quê? Primeiro, porque tu só chama alguém para ir às armas, à luta pelas armas, quando não existir mais nem um fio de esperança do ponto de vista democrático. Enquanto houver uma fresta, enquanto a sociedade vislumbrar, ainda que remotamente, que ela pode vencer sem usar esse caminho, ela vai procurar o caminho pacífico, até por uma questão de bom senso.

O Guevara, num de seus livros, *Guerras de guerrilhas*, diz exatamente isso, *enquanto houver uma fresta de luz, não chamem o povo para a luta armada, porque ele não vai*. Então essa era a primeira razão. No Brasil havia uma aresta de liberdade, porque os golpistas tiveram a preocupação de manter o Parlamento aberto. Não manter um ditador permanente, mas manter um ditador que se revezava através de eleições, que eram uma farsa, mas que existiam! O voto não era direto, era indireto. Um colégio eleitoral espúrio. Mas fizeram isso, um simulacro de democracia.

A segunda questão referia-se a que nunca se deve atacar o inimigo onde o inimigo é forte. Do ponto de vista material os militares eram fortes. Eles tinham as armas, homens mobilizados, armas sofisticadas e o poder de praticar "terror de Estado", que era, por exemplo, chegar em uma casa, de madrugada, prender o chefe de família, a mãe, o sobrinho, o filho, uma filha, sem que se soubesse para onde essa pessoa iria. Nos jornais, não dava a prisão no outro dia, porque a imprensa estava censurada. Então, nesse terreno, nós não poderíamos enfrentar a ditadura militar. A nossa capacidade de prática armada era mínima.

– *O senhor partilhava da ideia do Partido Comunista de ser contra a luta armada?*

– Eu era membro do Partido Comunista e identificado com essa ideia. O Partido Comunista defendia essa tese com uma certa autonomia e com uma certa hegemonia, porque as outras forças democráticas que viam essa mensagem reconheciam a autoridade do partido, a autoridade de querer armar e de ser um partido violento, até pela tradição que tinha, a participação na Revolução de 1935. As pessoas pensavam sobre isso e davam razão a nós. E nós mobilizamos todo o mundo.

O partido convocou o VI Congresso, com a participação de toda a militância, em plena clandestinidade, para robustecer essa tese. Esse congresso foi precedido por um ano de debates, com teses defendidas sobre como deveria ser e como não deveria ser a vida do partido. Enfim, o partido fez um congresso tendo em vista a sua organização para traçar uma política para ele em tempos de crise, com os militares no poder.

O congresso começou em fins de dezembro de 1967 e terminou nos primeiros dias de 68. Realizou-se nesse período de Natal e Ano-Novo, porque nas festas as coisas ficavam mais fáceis, qualquer coisa, podíamos alegar que estávamos participando de uma ação de Natal e Ano-Novo. Nessas condições, o partido tinha condições de realizar essa reunião, pois o controle dos órgãos da repressão era mais ameno. O congresso se realizou durante cinco ou seis dias. As pessoas começaram a entrar no congresso 10 dias antes e saíram 10, 15 dias depois, saindo aos poucos, um a um, dois a dois, três a três. Dele participaram uns 100 delegados.

O partido adotou uma resolução política propondo o caminho que deveria seguir naquela etapa da história de nosso País. Nela destacava quatro itens para que o Brasil saísse da crise e pudesse afastar os militares do poder e derrotar a ditadura. Esses quatro itens consistiam: primeiro,

na convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte; segundo, em eleições diretas em todos os níveis, particularmente para presidência da República e governador de Estado, as quais eram, até então, indiretas; terceiro, na anistia ampla e irrestrita para todos os presos e perseguidos políticos; quarto, na liberdade de organização de todos os partidos políticos, inclusive o Comunista. Esses quatro itens eram proposta do partido e foram vitoriosos. Houve a Assembleia Nacional Constituinte, houve a Anistia, os partidos políticos tiveram liberdade de se organizar e os presos políticos foram libertados. Essa era a proposta do Partido Comunista.

Como nós não tínhamos uma organização para levar essa proposta à sociedade, tivemos que nos apoiar nas organizações de massa, entre elas o MDB, nós tivemos que optar por esse caminho... Assim, destacamos alguns quadros para militar no MDB, que era o grande estuário das forças de resistência legais. Todas aquelas forças que haviam sido banidas, como o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Socialista, o Partido Social Progressista, que era do Adhemar de Barros, foram para o MDB. Os partidos da direita foram para a ARENA. A criação do MDB e da ARENA foi um artifício que a ditadura encontrou para gerar um sistema bipartidário no Brasil. Um dos objetivos deles era tornar o Brasil uma república norte-americana.

Enfrentamos isso através daquelas organizações, com as nossas palavras de ordem: Anistia, Liberdade dos Presos Políticos, Liberdade à Organização dos Partidos Políticos e Convocação da Assembleia. Muitas das pessoas com as quais nós lidávamos não aceitavam isso. Acharam que Constituinte era uma palavra de ordem burguesa. Lembro que em um congresso de jornalistas, na Assembleia Legislativa, defendi a proposta

de apresentarmos uma moção de apoio à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, que foi aprovada, mas alguns camaradas, dos quais muitos são hoje do PT, vieram e disseram: *Olha, nós não acreditamos nisso. Essa é uma palavra de ordem burguesa, pequeno burguesa. Mas em consideração a ti, que tem uma atuação de luta, nós aprovamos, mas não acreditamos.*

Na campanha das Diretas, nós participamos numa aliança com o PMDB, com Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Aécio Neves, Leonel Brizola... Em suma, foi uma campanha de norte a sul. No dia do voto, toda a imprensa era a favor do voto. É bom que se diga que a imprensa brasileira desde o seu nascedouro é uma imprensa que está sempre a serviço das classes dominantes, assim foi no tempo da abolição da escravatura, assim foi no tempo da República, assim foi durante a Revolução de 30, assim foi em 45, quando o Partido Comunista veio para a legalidade, assim foi no golpe militar... A imprensa sempre pegou o lado pior. Faz parte da história da nossa imprensa isto: pegar o lado mais negativo.

— Aveline, mas parte do PCB, durante toda essa discussão, teria rachado, não é? Uma parte do PCB foi em direção à luta armada...

— Quando o partido se definiu pelo caminho pacífico, pelo caminho de somatório de forças através do debate político, algumas forças expressivas do Partido Comunista se retiraram: Marighella, Jacob Gorender, Aloísio Alves... Não é Aloísio, é outro nome... Não chegaram a rachar o partido, mas elas romperam com ele. Mas o Partido Comunista continuou íntegro no seu Comitê Central e preencheu as vagas, houve reformulação nas direções. Essas pessoas que saíram, que optaram pela via armada,

eram muito sérias, não eram aventureiros, mas se equivocaram na sua avaliação política.

– *Qual é a sua visão, hoje, sobre a luta armada daquela época?*

– A visão que a gente faz deles [dos combatentes] é a seguinte: pessoas honestas, sérias, que achavam que os militares só poderiam ser derrotados pelo caminho armado. Era uma superestimação da força física do inimigo e uma subestimação da capacidade de articulação política. Por um lado superestimava a força física do inimigo, achando que isso era tudo. Não levavam em conta que o inimigo no plano político era fraco. E, por outro lado, a subestimação da nossa capacidade de articular uma mensagem política. Uma certa dificuldade em avaliar a sociedade brasileira.

A resistência começou, apesar das dificuldades, logo no primeiro dia do golpe, logo que o golpe estoura. Essas pessoas, com a sua autoridade, influenciaram fortemente setores muito importantes da sociedade, inclusive o setor universitário, por exemplo, fortemente atingido por isso. Nós respeitamos essas pessoas porque elas pagaram com a vida lutando por um objetivo no qual acreditavam, através de um processo de luta em que eles acreditavam. Perderam a vida. Então a gente tem por eles o maior respeito. Mas, ao mesmo tempo, não se pode negar, do ponto de vista histórico, que houve um equívoco. A ditadura não foi derrubada pela luta armada, não foi. Isso é histórico, todo mundo sabe, não precisa ter muita saliva para explicar que a ditadura não foi derrotada pela luta armada: a ditadura foi esmagada no plano político, exaurida na sua capacidade de se manter no poder sem mensagem. Foi isso que aconteceu com a ditadura militar no Brasil. Houve muitos equívocos.

Quando nós participamos da campanha das Diretas, tinha tudo contra ela, inclusive a imprensa. A imprensa só foi se sensibilizar com a campanha das Diretas quando dois milhões de pessoas participaram na Central do Brasil, no Rio. Dois milhões tomaram toda a Avenida Getúlio Vargas, em frente à Candelária, e tomaram conta das ruas do Rio de Janeiro. Aí *O Globo* noticiou, no *Jornal Nacional*, e daí em diante parecia até que ele era o dono da campanha, publicando tudo sobre a campanha. Mas a campanha foi derrotada, porque, quando foi a votação no Congresso da Emenda Dante de Oliveira, não houve quórum. A Emenda passou, mas não houve quórum, tinha um quórum privilegiado de 50% [...], se não me engano. Ela teve quórum majoritário, mas não atingiu isso. Tinha gente que chorava em palanque. Muita gente boa que qualifica os salões da República hoje chorava no palanque.

Nós, comunistas, junto com outras pessoas, dizíamos que a luta tinha de continuar, a luta não parava aí. Nós tínhamos que ir ao Colégio Eleitoral, mesmo sendo um organismo espúrio, criado pela ditadura para eleger o presidente da República. *Vamos ao Colégio Eleitoral, tinha um calendário eleitoral, marcaram que ia haver eleições... Mas o Colégio Eleitoral é uma arma do inimigo. Mas se é uma arma do inimigo, nós vamos usar a nosso favor.* Os candidatos eram Tancredo Neves e Paulo Maluf. *Diante de Tancredo Neves e Maluf não precisa ser gênio para escolher o Tancredo. Então, vamos ao Colégio.* O Brizola fez uma metáfora muito inteligente: *Um ladrão bate em nossa porta, arromba nossa casa, chega com revólver na mão para nos assaltar. Se a gente puder tirar essa arma desse ladrão e usar contra ele, nós vamos usar. É isso que nós vamos fazer no Colégio Eleitoral, nós vamos usar a arma do inimigo contra ele.* Foi o que aconteceu, o Tancredo ganhou!

– Aveline, em uma entrevista de 1999, falando sobre a militância, o senhor falou que, depois de 64, a militância era diferente da que se fazia antes do golpe.

Como foi a militância no Partido Comunista depois de 64?

– É o seguinte: quando ocorreu o golpe, houve afluxo e refluxo, muitos setores da militância recuaram. Muitas pessoas que tinham a militância normal, um trabalho de massa ostensivo, não suportaram uma vida clandestina, uma militância clandestina absoluta. Não suportando isso, houve uma modificação na militância. O partido passou a ser mais um partido de quadros e menos um partido de massa. O Partido Comunista adotou a medida de restringir as direções, do ponto de vista numérico, para ter maior mobilidade. Porque um partido na clandestinidade rigorosa tinha de ter uma certa mobilidade. Uma direção muito grande, de 20, 30 membros, não podia ser. Então, os comitês ficaram reduzidos numericamente. O Comitê Municipal, a executiva do municipal, por exemplo, ficou restrita a quatro pessoas: eu; um camarada chamado Paulo Silveira; um outro camarada chamado Carlos Aveline, meu primo; e um outro camarada chamado Osvaldo.

Nós, dentro desse processo, mesmo sendo mais um partido de quadros do que de militância, de massa, apoiávamos campanhas de grande envergadura, como a Campanha das Diretas, mas também realizávamos atos localizados. Aqui no estado, por exemplo, não sei se tu já ouviste falar de uma crônica "Macaco subversivo desafiou a ditadura", que eu escrevi em um livro.¹ É o seguinte, nós propúnhamos a luta pacífica, o somatório de forças, mas isso não significava que não devesse haver ações de massas. Tinha que haver ações de massas, legais. Para isso, tínhamos de colocar a

¹ Aveline refere-se ao livro da sua autoria, Macaco preso para interrogatório. Porto Alegre: AGE, 1999.

cabeça a funcionar para levar à prática esse tipo de política, que não era fácil. Tu te esconderes atrás de uma trincheira para uma luta, com arma na cintura e apontando para o inimigo, aparentemente, é mais fácil. O mais difícil é tu ires para a praça pública brigar com a palavra, com o argumento como artifício.

Então, o Comitê Municipal de Porto Alegre fez uma reunião na rua Protásio Alves, no apartamento do Paulo Silveira, e começamos a discutir sobre algum ato público, o que fazer em relação à ditadura do ponto de vista de massa, de ação de massas. Aí surgiu a ideia dos "macacos". Por que "macacos"? Porque o macaco era associado ao "gorilismo", e eram os gorilas que estavam no poder. A expressão "gorila" era uma expressão que começara na Argentina identificando militares golpistas; depois veio para cá. Então o "macaco" foi escolhido pela associação ao gorilismo.

Nós decidimos o seguinte: soltar dois macacos, um na Praça XV, um na Praça da Alfândega. Os macacos tinham na cintura uma plaquinha: *Eu não disse que ia baixar o custo de vida?* Mensagem com a qual a ditadura acenava para ter apoio do povo: *baixar o custo de vida*, que era muito elevado. Destacamos dois companheiros carpinteiros; eles fizeram as gaiolas com portas falsas; quando o macaco se mexesse, a porta se abria. Eles levaram os macacos, de manhã, um para a Praça da Alfândega e o outro para a Praça XV. O macaco da Praça XV logo que foi solto acabou em cana.² Diziam que o macaco não tinha vocação para a tarefa. *[risos]* O da Praça da Alfândega, ao contrário, era um macaco vermelho, grande, possante, raçudo e muito bravo, uma fera! O camarada sentou, colocou a

² Assim é relatado no livro: "[...] nem bem a gaiola havia sido posta no chão, saiu a passos como se fosse um desocupado qualquer. Foi logo em cana. Um brigadiano o pegou pelo pescoço, levando-o aos safanões para o camburão. Decididamente era um macaco sem a menor vocação para a tarefa". In: AVELINE, João, op. cit., p. 11.

caixa do lado do banco e abriu o jornal para ler esperando que o macaco se mexesse. Daqui a pouco, quando o macaco se mexeu ele saiu. Ele fora alertado para que não tivesse muita preocupação com a questão da segurança, porque, no momento em que o macaco saísse da gaiola, todas as atenções iam convergir para o macaco e não para ele. Foi o que aconteceu, todo mundo "grilou" no macaco. O macaco subiu na árvore, aqueles jacarandás grandes que há na praça, e lá começou a fazer piruetas. A massa lá de baixo acompanhava. A polícia foi para lá. Veio um corpo de bombeiros com escada Magirus, espichou a escada e, lá em cima, um bombeiro jogava água no macaco. E o Estado-Maior da Segurança do estado, gente do Terceiro Exército, gente da polícia, gente da Polícia Federal, da Brigada, todos reunidos para estabelecer uma tática de como fariam e tal.

E tinha todo um aparato para saber como tinha sido, qual era a origem daquilo, se não podia ser um macaco selvagem que tinha chegado ali, se alguém tinha colocado... começaram a especular.

O prefeito de Porto Alegre, um camarada que já morreu, chamado Célio Marques Fernandes, reuniu a imprensa; isso aconteceu durante toda a tarde. A praça lotada de gente, o macaco lá em cima da árvore e o bombeiro querendo derrubá-lo. O Célio convocou a imprensa e deu entrevista coletiva para dizer que o macaco não era próprio do município. Queria tirar qualquer suspeita em relação a ele, preocupado com a carreira política dele. O macaco foi preso no fim da tarde, ali pelas 18 horas. Foi solto de manhã, às 11 horas.

A *Folha da Tarde* disse que havia umas 10 mil pessoas na Praça da Alfândega e adjacências, Rua da Praia, Rua Sete de Setembro e Largo dos

Medeiros. A praça ficou lotada de gente. Prenderam o macaco e levaram-no depois de muita luta. No outro dia, os órgãos de segurança emitiram uma nota pública advertindo as pessoas e casas especializadas que vendiam animais silvestres de que todas as pessoas que quisessem comprar macacos tinham que apresentar carteira de identidade.

Veja o ridículo a que ficou exposta a ditadura. A ditadura ficou nua na praça. Foi um ato público de massa que serviu para desmoralizar a ditadura. Toda a televisão noticiou de noite, os jornais todos noticiaram, todo mundo ficou sabendo que tinha havido um ato contra a ditadura no centro de Porto Alegre. Os jornais do Rio de Janeiro publicaram também, em repercussão nacional, e na França dois jornais publicaram, o *Le Monde* e o *L'Humanité*. O *L'Humanité* chamou na capa: *No Brasil, não sei o que... macaco na rua contra o golpe militar.*

Então, esse tipo de ação era uma ação de massa eminentemente política e com condições de fazer. Era só vontade de fazer, não tendo outro caminho, porque o caminho da luta armada não era promissor, não levaria a lugar nenhum. Pelo contrário, a luta armada servia para a ditadura justificar os crimes que ela praticava, para tomar as atitudes que tomava, criminosas, de banditismo, em relação à militância política e ao povo brasileiro, com base no fato de que aconteciam coisas daquele tipo. Isso não significa que as pessoas que participavam da luta armada tivessem consciência disso, as pessoas não se davam conta que esse tipo de ação dava armas para a ditadura.

Então essa foi a luta do Partido Comunista durante esse período, período de luta muito duro. Na nossa avaliação o golpe militar de 64 foi o que de mais nefasto, do ponto de vista político, ocorreu no século passado, no Brasil. Pelo menos a minha opinião é essa. Nos fatos históricos de nossa

vida política dois se destacam, o golpe militar de 64 e a escravatura, que durou trezentos e poucos anos. O Brasil foi o último país a abolir a escravatura.

—Aveline, o senhor chegou a ser preso, não é?

— Eu fui preso pelo seguinte: um camarada foi preso em São Paulo. Ele tinha uma ligação aqui e, por infelicidade nossa e dele, terminou falando sobre algumas coisas que aconteceram no Rio Grande do Sul. Dentre elas, uma ligação que tínhamos com o Partido Comunista Argentino. Essa ligação nem era feita pelo Comitê Estadual do Rio Grande do Sul com os argentinos, era feita lá em cima pelo Comitê Central com o Comitê Central argentino e consistia na saída de pessoas do Brasil, via Argentina, que de lá iam para a Europa, porque viajar diretamente daqui era muito difícil. Para alguém como o Prestes, por exemplo, sair do Brasil e pegar um avião no aeroporto, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Pernambuco ou em Porto Alegre, era muito difícil. Então, a gente tinha de sair, clandestinamente, de automóvel, numa viatura individual trazida por alguns companheiros, atravessar a fronteira, pegar um avião e ir para a Europa. Foi assim que ele e outros saíram. Para operar essa ligação, eles usavam o Comitê Central e colocavam alguns companheiros nossos à disposição. Nós, aqui, cedemos alguns quadros para isso, alugamos casa na fronteira; em Porto Alegre tínhamos uma casa na qual ficavam as pessoas que vinham do Rio de Janeiro. Depois, eram transferidas para a fronteira e, dali, para Buenos Aires e Montevidéu. Uma das pessoas que mais se destacou nesse papel de levar gente foi um camarada chamado Leopoldo, um cantor nativista, advogado, um companheiro muito bom com o qual convivi muito, até me emociono quando falo o nome dele. O Leopoldo foi uma das pessoas que teve um papel saliente nesse trabalho.

Nós fomos presos sob alegação de que estávamos revendendo dólares de Moscou via Argentina. Foi essa a acusação. Esse negócio de dólares de Moscou me faz lembrar do "ouro de Moscou". Sobre o ouro de Moscou, durante o tempo da Guerra Fria, o Barão de Itararé [Apparício Torelly] foi acusado de ter recebido ouro de Moscou, processado e levado ao Tribunal de Segurança Nacional, que era presidido por um camarada chamado Himalaia Virgulino. Como foi absolvido, o Barão pediu a palavra e o Tribunal atendeu o pedido. O Barão disse assim: *"Olha, eu fui acusado e absolvido de ter recebido ouro de Moscou. Eu, efetivamente, não recebi este ouro. Por isso o tribunal me absolveu, porque não tinha prova nenhuma que eu tivesse recebido. Mas pelo que eu sei, pelas acusações da polícia, que é uma polícia séria, esse ouro deve estar aqui no Brasil para mim. Deve estar nos escaninhos do Correio, que não mandou me entregar. Então, peço ao tribunal que providencie a entrega, porque estou muito necessitado"*. Isso também está no meu livro. Então, foi isso que aconteceu, nós fomos presos, mas acabamos absolvidos pela inconsistência das provas.

– *Ficou muito tempo preso?*

– Fiquei dois meses preso. Sessenta e um dias.

– *Isso foi em que ano?*

– Em 75. Eu fui preso em 18 de março de 75 e saí em maio.

– *Aveline, em uma outra entrevista sua achei muito interessante que vocês, enquanto militantes, sentiam-se cheios de responsabilidades, como se o futuro da Revolução dependesse de vocês, das ações que praticavam. Isso tem muito a ver também com aquela disciplina do militante, bem dura. Poderia falar um pouco sobre como era essa coisa da militância?*

– A disciplina do partido era muito dura. Quando o partido, em 1947, foi para a clandestinidade, cometeu o erro de aceitar a clandestinidade. Aceitando a clandestinidade passou a se comportar como se o País estivesse ocupado, dado o rigor da clandestinidade e da disciplina.

Para se ter uma ideia, vou citar um fato de disciplina militar e de rigorismo, do ponto de vista até moral. O Comitê Estadual, certa vez, estava reunido para preencher uma vaga, pois um camarada tinha morrido. Foi indicado, então, um nome para ser o titular da vaga. Os membros do Comitê votaram, mas um se absteve: *Fulano votou, fulano sim, fulano sim, fulano sim... fulano... eu me abstendo!* Aí o sujeito que estava presidindo os trabalhos suspendeu a reunião. O secretariado do Comitê Estadual se reuniu com o camarada que se absteve e perguntou: *"Tu deves conhecer algum fato muito grave do companheiro para não ter votado nele. Não tem fato nenhum, não tenho, eu simplesmente me abstive. Não, tem que haver alguma coisa. Nós não podemos nos dar ao luxo de colocar alguém no Comitê Estadual sobre o qual há alguma suspeita. Se tu não votaste nele é porque alguma coisa existe"*. O camarada disse que não, que não, e negou até o fim. No fim admitiu que se absteve de votar por negligência. *"Então tu não tens nada contra ele, então tu vais modificar o teu voto"*. Abriu a reunião novamente, o plenário pôs em votação e ele votou a favor. Tu vês, aí se caracterizam algumas coisas, primeiro, o purismo; segundo, [um caráter] antidemocrático; terceiro, a imposição... Além de não ter democracia, era imposição.

Os casamentos eram feitos pelo Comitê Estadual. Dois jovens comunistas, por exemplo, se aproximavam um do outro, o Comitê casava, juntava os dois. Juntava e separava também, entendeu? Dava chancela, porque, às vezes, acontecia de um camarada clandestino namorar uma

menina que não fosse clandestina, que tinha vida legal. Namoravam. Aí surgia um problema: ao relacionar-se com uma pessoa que tinha atividade pública, colocava em risco a atividade dele como clandestino. Quando surgia esse tipo de problema, casavam. Aí ela passava para a clandestinidade com ele, ou ele passava para a vida legal. E quando havia desavença entre o casal, quando ficava insuportável a convivência, a direção do partido, no pressuposto de que isso prejudicava a militância, separava, embora, depois, procurava conciliar.

Uma outra hipótese era evitar casamentos. Uma vez nós passamos uma noite reunidos com um jovem militante muito ativo, membro da Comissão de Organização do Comitê Estadual, cargo muito importante na organização do partido no interior do estado. Ele viajava por todo o estado e namorava uma companheira, filha de comunistas também. A direção do partido no estado, através do secretário-geral do partido, Pedro Camargo, um cara muito honrado, muito sério, mas muito sectário e rigoroso, decidiu interferir. Meteu na cabeça que, se aquele militante casasse com aquela companheira, acabaria se afastando da militância partidária. Também pensava que ela era fútil e não aguentaria os rigores da militância clandestina.

— *Era uma interferência bem grande.*

— Era uma interferência rigorosamente fora da realidade. Nós passamos uma noite inteira discutindo isso. Quando terminou a reunião, no outro dia, em torno das 6 horas da manhã, começamos a sair da casa. A primeira coisa que o jovem companheiro fez foi ir na casa da guria falar com os pais dela. Pediu a certidão de nascimento dela e foi num cartório tratar do casamento, determinado a casar e viver toda a vida junto, não há

problema nenhum. Mas era um equívoco do secretário-geral imaginar que o casamento seria um desastre para ele. Ela era membro de uma família comunista, muito militante, muito ativa, com lotes de assinaturas contra o envio de tropas à Coreia e campeã de assinaturas pelo apelo de paz contra a bomba de hidrogênio. O jovem camarada, no outro dia, com medo de vacilar, foi lá, e o pai da moça: *"Aconteceu alguma coisa? Por que tu queres casar com essa rapidez?"* Naquele tempo, relação sexual antes de casar não existia. *"O que houve? Alguma coisa houve! Porque tu queres..."* E diz: *"Não, não houve nada! Não é o que vocês estão pensando. Depois, mais tarde, vocês vão saber por que eu estou querendo..."* Depois a família soube.

Bom, esse era o rigorismo do partido. O salário dos militantes e funcionários eram pagos de forma muito irregular. Ninguém recebia integralmente o salário que tinha. Os salários só foram corrigidos, aqui no estado, quando veio para cá Salomão Malina, herói na Segunda Guerra Mundial. O Malina morou aqui e corrigiu essa situação de salário pago pela metade. Décimo terceiro salário não existia, férias não existiam. *Um militante profissional vai ter que ter essas coisas normalmente. Vai ter que ter férias para repousar, décimo terceiro, vai ter que ter isso.* Mas, de modo geral, durante muitos anos, vigorou isso. Muita gente não aguentava. Por que isso acontecia? Porque na nossa concepção, a Revolução era um negócio muito próximo.

– *Que iria acontecer.*

– Que iria acontecer rapidamente. Se isso era verdade, havia razão para a gente ter aquele rigorismo, não só na observância da disciplina como no cumprimento das tarefas. A gente fazia loucuras com base no fato de que

estava sendo feito em função do nosso objetivo imediato, que era a tomada do poder. Na nossa cabeça havia uma frase que dizia o seguinte: *"Cumpre as tuas tarefas com tal entusiasmo, como se delas dependesse o futuro da Revolução"*. Então, todo mundo se atirava nas tarefas feito umas feras! Eu passei um bom período da minha vida colocando a minha família em plano secundário. Até quando a minha mulher morreu, num sábado... não deu tempo de colocar convite para o enterro. Só na segunda-feira coloquei um aviso de falecimento. E eu me despedi dela dizendo o seguinte: *"Em nossa contabilidade matrimonial, se tivesse que ser feita, eu devia muito mais a ela do que ela a mim"*. Porque durante um período muito grande eu fui um pai ausente, e as tarefas domésticas, a vida de nossa casa, praticamente eram comandadas e executadas por ela. Por isso eu devia isso a ela. Muita gente abandonou a família, no sentido de não ser presente, passar a maior parte do tempo longe da família, longe de casa. Eu saía de casa seis e meia, sete horas para cumprir tarefas, ir para portas de fábricas. Lá, no bairro Navegantes, por exemplo, as portas das fábricas abriam às sete horas da manhã. Então, na entrada das fábricas, nós, às vezes, íamos fazer comícios-relâmpagos contra o envio de tropas para a Coreia ou em função da luta pela paz.

Eu viajava para o interior em função da campanha da Defesa da Cultura Nacional. Quando eu viajava, minha mulher não sabia aonde eu ia nem quando voltava. Por que isso acontecia? Porque, na nossa concepção, esse sacrifício valia a pena, pois a Revolução estava aí. Era só questão de mais um empurrãozinho.

—Aveline, queria perguntar sobre um ponto específico, o caso dos que a ditadura chamava de "arrependidos". Um deles foi Gay da Cunha, não é? Ele era um líder comunista aqui no Rio Grande do Sul também...

– O Gay da Cunha... quando falo no Gay da Cunha, apesar disso tudo, falo com respeito à memória dele. Ele foi um comunista histórico. Na Espanha comandou uma Brigada Internacional. Mas esse problema não é um problema de valentia pessoal, porque valentia pessoal ele tinha.

– *Ele foi herói, não é?*

– Ele comandou uma Brigada Internacional por ser o mais competente não só do ponto de vista de tática militar, mas do ponto de vista de coragem física, coragem pessoal. O Gay, depois de passar por essa peripécia toda, foi expulso do Exército; formou-se como advogado e foi ser advogado na Caixa Econômica Estadual. Ele era uma das pessoas com as quais a gente contava para a passagem dos caras para irem para a Argentina. Às vezes, um militante parava na casa do Gay, em Ipanema. Uma vez que veio para cá um camarada chamado Dinarco Reis, que tinha lutado com ele na Espanha, ele disse: *Eu quero parar na casa do Gay*, porque os dois se davam. Um dia, estando o Gay na Caixa Econômica, de repente, chegaram dois caras e disseram para ele: *Dr. Gay, somos da polícia. Estamos atrás do senhor para saber o seguinte: o senhor tem a carteira de identidade do seu filho? Tem a fotografia do seu filho?* Ele disse: *Por quê?* Disseram: *Seu filho sofreu um acidente.* Aí ele saiu desesperado... Disseram: *O senhor precisa nos acompanhar, porque ele está lá, foi acidente de automóvel.* O Gay vestiu o paletó correndo, saiu até na frente dos carros. Chegou lá no carro e, quando ele sentou, disseram-lhe: *Não houve nada com o seu filho, o senhor está preso.* Quer dizer, o fato de colocarem para o Gay que tinha acontecido um troço com o filho dele já desmanchou o Gay. O camarada Giocondo Dias, do Comitê Central do Partido Comunista, pessoa de muito respeito, dizia o seguinte: *Numa prisão o*

sujeito pode até morrer fisicamente, por morte física e, às vezes, pode ser quebrado politicamente, anulado politicamente na base da tortura". O que aconteceu com alguns desses companheiros foi isso. O Gay se desmontou. E é um terror ideológico, porque o Gay era um cara valente. O terror ideológico levou-o à derrocada. Deve ter demonstrado tal fragilidade que os caras devem ter feito proposta para ele fazer uma declaração pública de que tinha sido ludibriado [pelo partido]. E ele terminou se prestando a isso. Isso aconteceu com outras pessoas também, pessoas que foram fisicamente quebradas, derrotadas, política e ideologicamente esmigalhadas e que terminaram claudicando. Eu mesmo, quando estive preso no DOI-CODI, vestido somente com uma camisola e um capuz. Só! Fiquei oito dias assim. Logo que cheguei, perdi um pivô. Tinha um cabo que me deu um soco porque fiz uma bobagem. Como o Geisel estava falando [na época] em distensão lenta e gradual, admitindo que o golpe militar estava em distensão lenta e gradual, eu disse: "Eu não sei por que vocês estão fazendo isso com a gente [...], como estou sendo preso de capuz e cadeado se o presidente da República disse isso?" O cara ficou tão indignado quando eu disse que o governo se dividia em duas metades, uma que estava se entregando e outra que era a linha dura, dos porões, que me deu um soco e me arrancou um pivô; um outro me jogou no rosto um negócio que eu não sabia bem o que era, mas depois percebi que era uísque. Ele estava tomando uísque e me jogou um copo de uísque na cara. Encharcou o capuz.

Nesses oito dias que estive lá, praticamente não comi. Não sei se os caras se assustaram comigo ou se imaginaram que aquilo fosse protesto. Não sei o que imaginaram. Um dia chegou um cara para mim, eu de capuz, e fez a seguinte pergunta: "Você não tem comida aí, não tem? O que está

havendo?" Eu disse: *"Ah, é o seguinte, eu não tenho fome e eu não tenho condições de comer de capuz"*. Para beber tinha que esticar o capuz. Eu sei que tomei água e leite. Tinha que esticar o capuz, não podia tirar o capuz para comer, nem para beber água. Eu bebi água e, uma vez, tomei um copo de leite. Água eu bebia para não desidratar, porque água é tudo. Água tu bebes tendo ou não tendo vontade. Comida, tu não tendo vontade, tu não comes. Então ele disse assim: *"Quem sabe você quer fazer uma declaração pública aí de que você tem algum problema com os seus comandantes políticos?"* Eu disse: *"Olha, eu não tenho nenhum tipo de problema dessa natureza e, se eu tivesse, não ia ser nessa hora... se eu tivesse algum tipo de divergência com a qual eu não pudesse conviver, não ia ser na prisão que eu ia me declarar"*. Aí ele disse: *"Está bem!"* Como quem diz: *"Tu queres, então está bem!"* E ficamos assim. As pessoas que foram para a televisão foram com o texto escrito pelo torturador, pelos torturadores, escrito para eles lerem.

– *Como foi a repercussão, na época; como vocês estavam vendo isso exatamente?*

– Os casos que eu tomei conhecimento aqui, quando aconteceram, eu estava preso. Fui saber depois. *Ah, sabe que o Gay... o que aconteceu com o Gay?* Houve assim um sentimento de, não sei se... não é de pena... como é que eu posso dizer? É de frustração! Um sentimento assim, de frustração. A mim não fez bem, porque eu conhecia muito o Gay, me dava muito bem com ele. A mim me fez mal. Não fiquei revoltado contra ele, não fiquei aborrecido... eu não vi nenhuma manifestação de repúdio à atitude dele. O que todos nós sabemos é que foi um mal, os caras desmontaram com ele. E nós temos que levar em conta o que ele fez no passado, na Guerra Civil Espanhola, da qual ele participou, nas

contribuições que ele deu ao processo político brasileiro, ao desenvolvimento da sociedade brasileira, a ação dele. Ele fez tantas coisas que não vai ser um negócio desse tipo que vai aniquilar totalmente a biografia dele, embora a gente gostaria que isso nunca tivesse acontecido.

– *Aveline, nas minhas pesquisas vi que foram à televisão, mais ou menos, 20 militantes políticos, não é? O Gay teria sido o último, em 75. Lembra de mais alguma coisa sobre esses casos, de como as pessoas que militavam se sentiram diante disso?*

– Essas pessoas ficaram política e pessoalmente arrebentadas. Nunca mais tiveram convivência com a gente, se retraíram totalmente. E a imprensa, safadamente, deu esse título de "renegado", mas é um título falso, como se eles tivessem se arrependido. O único caso de safadeza que tem nesse tipo de coisa é o do cabo Anselmo, que renegou mesmo e passou para o outro lado. Há quem diga que ele passou para o outro lado na prisão, porque não teria resistido à tortura e passou para o outro lado. E há quem diga que não, que ele teria começado muito antes. Aquele negócio dos marinheiros de entregar as armas, aquele tipo de provocação que foi feita, aquilo já fazia parte da condição dele de agente imperialista, de agente da CIA. Há quem diga. Eu não posso afirmar nada sobre isso porque eu não tenho conhecimento concreto disso.

– *Aveline, o senhor tem mais alguma coisa para colocar?*

– Não, não... valeu!

LIÇÕES DE 1964

*Pedrinho Guareschi**

Um convite para escrever sobre 1964, por mais que me vigie, desperta em mim um mundo complexo e, até certo ponto, confuso, de ideias, sentimentos, paixões, emoções e, infelizmente, ainda de alguns sofrimentos. Mas, como sempre procuro ouvir o que os parceiros(as) me dizem e pedem, vou arriscar aqui algumas reflexões.

Após dedicar algum tempo à relembrança de algumas circunstâncias e fatos, inclinei-me a tecer alguns comentários, dando ênfase, principalmente, a uma finalidade pedagógica e crítica sobre a complexidade implicada num acontecimento como esse e, de modo muito especial, sobre a dificuldade de se poder ter consciência e discernir quando se está envolto no turbilhão dos acontecimentos. Uma coisa é falar de 1964 agora, 45 anos depois. Outra, bem diferente, é colocarmos nas circunstâncias em que esses fatos aconteceram e ver quais as reações, conflitos, confusões, contradições e dificuldades de discernimento presentes naquele exato momento. Por isso, é necessário cuidado e paciência no julgamento daqueles atores. Mas, ao mesmo tempo, a análise desse momento pode oferecer-nos preciosos elementos que serão muito úteis na análise de outros acontecimentos, como os que

* Atualmente é professor convidado da UFRGS. Doutor em Psicologia Social, atuando principalmente nos seguintes temas: mídia, ideologia, representações sociais, ética, comunicação e educação.

se nos são apresentados hoje. É nesses possíveis elementos que gostaria de me concentrar: aprender como agir nessas circunstâncias.

Vou imprimir, pois, a essa reflexão um cunho didático. Procurar analisar alguns momentos ligados ao que chamaria "os anos do golpe", que se prolongariam até inícios da década de 1970. Tentar mostrar como é difícil, em meio ao fogo cruzado, poder conservar a capacidade de discernimento. E o mais difícil, que para mim isso continua sendo a questão crucial, como manter a luta no momento presente, esperando que as coisas se esclareçam e se confirmem muito tempo depois. Trago, para isso, ao final, além dos fatos daqueles idos, outros que se deram mais tarde, para concluir com um desafio para o momento presente: há situações, hoje, em que se pode vislumbrar a força e os interesses escusos e mistificadores de determinados grupos, e diante das quais é preciso continuar a lutar e denunciar. O objetivo didático e pedagógico consiste em sublinhar que o que sucedeu naqueles tempos, repete-se, sob outras aparências, nos dias de hoje. Naqueles momentos se tentou lutar e se criaram estratégias para ir minando o poder, denunciando as forças discricionárias e autoritárias. Hoje, *mutatis mutandis*, vivemos situações parecidas. A análise daqueles fatos pode, creio eu, ajudar-nos a lidar com eles e a lutar contra eles no momento presente. É preciso desenvolver uma consciência crítica diante de situações complexas e confusas, e aprender a discernir diante desses momentos de crise. Que critérios adotar para se poder fazer uma análise mais realista e acertada do fenômeno em questão?

Em meio ao fogo cruzado

Fazia meus estudos superiores em São Paulo, numa instituição de ensino superior. É importante dizer que era em São Paulo, pois isso

tem muito a ver. E digo logo o porquê: só quem experimentou, sabe das ridicularizações e deboches pelos quais passava quem era gaúcho, como eu, por ocasião da tentativa de desestabilizar o governo após a renúncia de Jânio Quadros, em 1961. Não fosse a resistência de Brizola, outros teriam sido os destinos do Brasil. A aristocracia do tempo só aceitou Jango de volta após a instalação de um regime parlamentarista que vingou, miseravelmente, por alguns meses. Mas foi o preço que se teve de pagar para que Jango retornasse. Pois naquela ocasião a "ideia geral" dos colegas (os gaúchos eram uns dez, dentro de mais de uma centena) era exatamente que tanto Jango, como Brizola, eram "comunistas disfarçados". E ai de quem mostrasse um mínimo de simpatia para com eles. Mas pelo fato de sermos gaúchos, como Brizola, tínhamos certa "empatia" para com ele, e essa empatia nos ajudava a não aderir totalmente ao pensamento "dominante".

O que quero enfatizar é a existência de um pensamento "dominante", de uma opinião pública profundamente arraigada na população, mesmo entre pessoas de nível superior, de que o governo de Jango e a linha de atuação da maioria de seus ministros era de extrema-esquerda – leia-se comunistas ou simpatizantes das nações comunistas, como China, Cuba, etc. É somente a partir desse contexto que se pode entender por que a população em geral, e a maioria das instituições, como as igrejas, as universidades, as associações, chegaram a apoiar tão prontamente ao golpe.

Analizando esse fato em retrospecto, é possível encontrar algumas razões que podem ajudar a compreendê-lo. E uma delas, para mim a mais importante, é a influência da mídia. Vários estudos estão revisando hoje a maneira como a mídia hegemônica, de maneira praticamente uniforme, colocou-se contra o governo da época. Mino

Carta¹ traz algumas considerações ilustrativas de quem via e lia a mídia daqueles dias. As manchetes eram diárias e definitivas. *"Basta!"*. Principalmente as manchetes, mas também os editoriais, que não deixavam dúvida sobre a não legitimidade dos governantes e da necessidade de tirá-los do poder.

Mas qual teria sido a estratégia empregada pela mídia e pela aristocracia para incentivar, fundamentar e legitimar a derrubada do governo? Para quem vivia no meio do povo e escutava os grupos e as pessoas, como era meu caso, creio que a estratégia mais central e importante foi a capacidade dessa aristocracia e desses meios de comunicação de conseguir ligar o governo, e as pessoas do governo, ao comunismo. Vejo agora, trabalhando com representações sociais, como foi importante e estratégica a criação dessas representações, e a força que elas mostraram em fazer com que as pessoas agissem dessa maneira. E a representação que se criou sobre os perigos, os danos, os crimes do comunismo foi profundamente bem elaborada.

Como um exemplo, gostaria de trazer aqui o extraordinário trabalho realizado pelo Consulado Americano na formação dessa representação social anticomunista. O consulado (ou algum órgão ligado a ele, mas para nós era o "consulado americano") oferecia filmes gratuitamente para as instituições que quisessem mostrá-los à população. Lembro que na instituição em que vivia, todos ficávamos felizes quando corria voz de que à noite haveria sessão de "filmes do consulado". Importante assinalar que naquele tempo, no início da década de 1960, eram raras as famílias que tinham televisão, e que os filmes exerciam uma atração extremamente forte nas pessoas, principalmente entre os de classe média baixa e baixa. Nós não tínhamos ainda capacidade de perceber, por detrás desses filmes, a ideologia sutil do anticomunismo.

¹CARTA, Mino. Saudades da marcha. *Carta Capital*, São Paulo, 2 set. 2009, p.16.

Lembro de um desses filmes, pois o assisti diversas vezes, um deles projetado em praça pública, numa cidade do interior de São Paulo (o "consulado" oferecia até mesmo projetores para quem quisesse mostrar esses documentários). O filme mostrava os horrores que o comunismo chinês estava causando em muitos países da Ásia, principalmente em relação aos católicos. Nesse filme havia uma cena que mostrava a celebração do Natal em uma pequena aldeia de um país da Ásia. Numa técnica de *flashback*, o filme começa a reproduzir, como em sonho, o conteúdo de uma carta que um dos presentes à cerimônia de Natal tinha recebido de um parente seu que vivia num país sobre o "tacão" do comunismo. A carta contava os horrores que os comunistas faziam ao povo, as torturas, as perseguições, as mortes brutais, etc. E a cena terminava narrando como soldados comunistas estavam perseguindo o piedoso sacerdote da aldeia e como o tinham assassinado, à queima-roupa, com um tiro na testa... E, nesse momento, a pessoa acorda, assustada, como se o tiro tivesse sido dado em sua cabeça e vê que era apenas um sonho, que aqui onde ele estava, um país não comunista, as pessoas tinham liberdade, podiam celebrar o Natal, felizes, bem ao contrário dos locais onde predominava o regime de terror do comunismo.

Esse é apenas um exemplo. Vi esse "documentário" inúmeras vezes, em lugares do interior, projetado em todo lugar e até hoje está marcado em minha mente. Era impressionante a estratégia de propaganda do "consulado". E junto com essa propaganda, devemos somar ainda a mídia impressa, a difusão feita pelas rádios, etc.

Por que estou trazendo esses exemplos de propaganda anticomunista? Analisando o golpe hoje, vejo com muita clareza que, na ocasião, criou-se uma espécie de círculo férreo, uma argumentação lógica clara, que legitimaria qualquer ação contra o governo. O silogismo era

assim construído: a premissa maior – o comunismo é ateu, criminoso, diabólico. A premissa menor – os atuais governantes são comunistas. E a conclusão era evidente, inevitável: logo, esse governo não pode continuar! Se não houvesse essa premissa geral, essa representação social, fortemente arraigada entre a população de que o comunismo traria o terror, creio que, unicamente a partir de razões políticas e econômicas, não teria sido possível o apoio da população para a execução do golpe.

Gostaria de ressaltar mais uma vez a centralidade do elemento religioso para a fortificação e legitimação do golpe e a ligação entre religioso e anticomunismo. Olhando em retrospecto, pode-se afirmar, com forte evidência, que o principal argumento para a derrubada do governo foi o fato de ele ser comunista, e o comunismo é ateu, criminoso, perseguidor da igreja, etc. Não fosse o emprego da dimensão religiosa, dificilmente dar-se-ia o golpe, ou ao menos ele não teria sido tão bem aceito pela população. E uma das táticas empregadas pela aristocracia e opositores do governo foram as assim chamadas marchas da família com Deus pela liberdade. A família foi outro elemento empregado, e ele se coaduna intrinsecamente com a religião (Deus), e tudo o que vai contra isso, nega a liberdade.

E assim o golpe se deu. A adesão por parte da população foi muito grande. Ninguém ousava discordar. Mesmo os que tivessem mostrado alguma simpatia para com o governo, diante da avalanche dos que celebravam a "revolução", recolheram-se cuidadosos.

Foi somente aos poucos que foi possível ir examinando mais detalhadamente o que acontecera. Era como que ir acordando de um sono. E começou-se a refletir. Que momentos difíceis. Mas a reação foi começando aos poucos.

Creio, paradoxalmente, que a primeira reação foi exatamente por parte da própria igreja que se tinha prestado, ao menos tacitamente, à legitimação do golpe. Algumas lideranças foram percebendo que tinham sido enganadas e ludibriadas. Algumas até se sentiram envergonhadas. Em 1966, os bispos da região Centro-Oeste publicaram um documento, "Eu ouvi os clamores de meu povo", em que se questionava a ação do governo, principalmente as perseguições e torturas que começavam a se disseminar. Mas o documento mais importante que, para mim, foi o que marcou a reação contra o golpe, foi um artigo de D. Cândido Padim, bispo de Bauru e ligado à CNBB, intitulado "A Ideologia da Segurança Nacional".² Era feita nele uma análise bem aprofundada e crítica do que representava mesmo o golpe, e que "Segurança Nacional" não passava de uma ideologia legitimadora do capitalismo internacional, a pretexto de querer proteger a América Latina e o Brasil dos perigos (sic) do comunismo internacional (Rússia, Cuba, etc.). Afirmava nele que o golpe era um movimento fascista, para "unir o povo contra aqueles que queriam entregar o Brasil ao comunismo..." e, consequentemente, a favor dos interesses americanos no país. D. Padim tinha sido assistente nacional da JUC (Juventude Universitária Católica), e esse grupo possuía uma consciência bem mais aprofundada e crítica sobre política internacional e não aceitava que a religião fosse instrumentada para favorecimento do capitalismo.

O regime começou, então, a guerra contra esses grupos de igreja, até mesmo contra a CNBB, para mostrar que eles estavam infiltrados de comunistas. E essas ideias atingiam, infelizmente, muitas pessoas, até mesmo padres e bispos que continuavam ainda a defender a legitimidade do golpe.

² PADIM, Cândido. A ideologia da Segurança Nacional. In: *SEDOC – Serviço de Documentação. SEDOC Especial*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1977. p.432-444.

O fato que segue é, para mim, um ótimo exemplo do que gostaria de refletir nessas memórias. Em 1969, lecionava na PUCRS, no curso de pós-graduação em Sociologia, e falei em aula de um documento que dizia que muitos militares brasileiros eram treinados no exterior, como na Academia de Polícia de Washington, em Fort Braggs, Canal do Panamá, etc., em táticas de抗 guerrilha e tortura. Na ocasião, fui fortemente contestado, até mesmo por autoridades da universidade, e fui intimado a me retratar, sob pena de perder o emprego. Mas há alguns anos, foram divulgados documentos que comprovavam esses fatos, exatamente como tinham sido apresentados na ocasião.

Pois aqui está um ponto que para mim é o fundamental e que gostaria de sublinhar: a dificuldade de se poder discutir, pesquisar e agir em situações onde a repressão, e muitas vezes a tortura, se fazem presentes. A simples denúncia de fatos, mostrados como verdadeiros 30 anos depois, é razão para que se sofram represálias, repressões e descriminações. Mas essa é a difícil tarefa de quem quer ser coerente com seus valores e ideais: descriminação e tortura. As pessoas têm de ser corajosas para não desanimarem e se entregarem. São poucos os que conseguem sobreviver. Mas são esses que conseguem mudar situações de injustiça e governos ditatoriais. Esses constituem o que Moscovici chama de "minorias ativas", responsáveis pela transformação de uma sociedade.³

No caso brasileiro, creio que os fatos que mais diretamente contribuíram para minar a credibilidade do sistema e, posteriormente, sua queda, foi o emprego da tortura. O livro de D. Evaristo Arns, *Brasil: Nunca Mais*,⁴ que já circulava clandestinamente antes de sua publicação oficial, constituiu-se num marco decisivo de início do fim do regime. A prova disso é que, economicamente, o Brasil crescia significativamente,

³ MOSCOVICI, Serge. *Psicología de las minorías activas*. Madrid: Morata, 1991.

⁴ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

apesar de ser através de empréstimos que o endividaram profundamente. Mas o que ninguém podia aceitar eram as agressões e torturas contra pessoas e grupos. A consciência nacional começou a reagir. Foi o começo do fim.

Duas questões para refletir

O que venho tentando ressaltar, nessas memórias, por um lado, é a dificuldade de discernir com relativa segurança, em meio aos acontecimentos; e, por outro, como poder tornar críveis e divulgar situações e acontecimentos que, no momento, são taxados como absurdos, até mesmo ridículos, mas que depois vão se confirmar. Este foi o caso do preparo de militares brasileiros em centros de treinamento e tortura dos Estados Unidos, ou mesmo a participação ativa e concreta dos Estados Unidos no golpe, algo que foi negado durante muito tempo, até que se divulgasse os documentos que confirmavam as intervenções. Quem afirmasse tais fatos poderia até mesmo ser preso e processado. Rememorando esses acontecimentos, fica-se com certa sensação de impotência, senão, de desânimo. Mas esse é o preço que têm de pagar os que pensam na transformação, ontem, como hoje.

Nessa perspectiva pedagógica, gostaria de acrescentar mais duas situações que, no meu entender, podem ser úteis a quem deseja desenvolver seu senso crítico e de discernimento em meio a situações mantidas forçosamente na penumbra, e a quem pensa numa perspectiva de mudança.

A primeira tem a ver com a luta árdua e constante de inúmeros grupos sociais comprometidos com uma sociedade com mais justiça e bem-estar, como foi, e em parte está sendo, a luta contra o neoliberalismo

e suas práticas nefastas. Quanta discussão, pesquisa, argumentação e esforço para poder denunciar e alertar que a irracionalidade da especulação financeira, por exemplo, não poderia prolongar-se por muito tempo. Quem há algum tempo tentasse trazer o assunto à baila era imediatamente taxado de leviano, sonhador, fora do mundo, sem fundamento na realidade, etc. As práticas neoliberais eram consideradas como naturais e as únicas verdadeiramente sadias, "científicas", de gente de bem. Lembro-me, muito bem, de um artigo de Roberto Campos, um dos *think tanks* do pensamento conservador, intitulado de "O neobobismo dos jesuítas", publicado em vários jornais (*Folha de São Paulo, Zero Hora*, etc.).⁵ Ele fazia referência a um documento publicado por um grupo de jesuítas, no qual alertavam para as irracionalidades do neoliberalismo. Pode-se ver logo o tom "respeitoso" do ilustre pensador e "cientista". Afirmava, sem pejo, que todos os que fizessem ressalvas às práticas financeiras e políticas neoliberais não passavam de pessoas despreparadas, agitadores, ignorantes: numa palavra, de "bobos".

Perguntamos: como fica a situação agora, quando toda essa irracionalidade veio à luz, exatamente como era denunciada? Depois da queda do segundo muro, da Wall Street, quem seriam os "neobobos"? E como devolver o devido crédito aos que lutaram, sofreram vexames e represálias, por tentarem mostrar que essas irracionalidades não se sustentariam? Eis um exemplo da pressão do poder sobre as mentes e as práticas dos desprovidos de recursos e oportunidades de poderem fazer ouvir sua voz.

A segunda questão que arrisco trazer à consideração é, entre tantos outros, um problema candente que se desenrola diante de nossos olhos, aqui e agora: a sangrenta batalha que, por muitos anos, já vem se travando nas questões referentes à terra.

⁵CAMPOS, Roberto. O neobobismo dos jesuítas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 6 abr. 1997, p.22.

Quem prestar um mínimo de atenção à mídia impressa, falada e televisionada, pode constatar a execração e a criminalização dos que se arriscam em questionar o "direito sagrado de propriedade", ou a tentar discutir a questão da democratização da posse e uso do solo, urbano ou rural. As principais vítimas desse bombardeio são, evidentemente, os assim chamados sem-terra e sem-teto. Revistas de circulação nacional produzem regularmente matérias espantosas, extremamente agressivas, divulgando até mesmo invenções e inverdades sobre esses deserdados da sorte. Nesses próprios momentos em que vivemos, que tremenda pressão sobre essa gente, responsáveis, segundo a mídia, por forçar o presidente a assinar a regulamentação sobre os índices de produtividade. Quando, na verdade, são as próprias instituições governamentais (IBGE, INCRA), ou da sociedade civil (ABRA), que há anos vêm mostrando essa urgente e importante tarefa.⁶

Que significa isso? Como discernir a respeito dessa verdadeira guerra?

Essa questão é importante, pois a questão da terra é uma questão fundamental. Em todos os momentos de nossa história, como ainda hoje, quando o problema é a terra, quem entra em jogo são as forças repressivas, até mesmo o Exército! Desde o Contestado, chegando até a Encruzilhada Natalino. A terra passa a ser problema de segurança nacional. Para quem? Evidentemente, para quem possui a terra. Lembro-me dos tempos em que se discutia a realização da Constituinte, em 1988. Trabalhava na CNBB nacional, em Brasília. Naquela ocasião, fizeram-se abaixo-assinados sobre possíveis proposições que poderiam constar da futura constituição. Uma delas era redigida mais ou menos assim: "Terra

⁶ MANDELA, Luís Cláudio. A galinha dos ovos de ouro. 9 set. 2009. Disponível em: <<http://www.caritas.org.br/artigos.php?id=141&filtro=2>>.

para quem nela trabalha". Foram ao redor de cinco milhões de assinaturas. Ajudei a D. Luciano Mendes de Almeida a carregar essas assinaturas para a Câmara (num carrinho de supermercado). Mas, conseguiu-se alguma coisa? Praticamente nada. Como poderiam latifundiários e outros proprietários aprovar uma lei desse teor? O máximo que se conseguiu foi uma proposição um tanto vaga, de que a terra deve ter uma função social. E como comprovar que ela tem uma função social? É aqui que se coloca a questão dos "índices de produtividade", foco da discussão que se trava hoje. Estamos vivendo um capítulo central dessa batalha, que se concentra, hoje, na grande polêmica dos "índices de produtividade".

É impressionante ver e ouvir na mídia, principalmente na televisão, a voz de comentaristas de peso, altamente legitimados, lendo editoriais veementes e candentes, com ameaças até mesmo ao presidente, afirmando que se tal lei for assinada, será o fim da nação e a guerra estará declarada. O tom não fica longe disso.

O que está por detrás, contudo, e que poucos percebem, é que tal lei poderá, ainda que de maneira indireta ou longínqua, fazer com que os grandes latifundiários de nosso país percam alguns de seus incontáveis privilégios. E isso porque poucos se dão conta também de que nossa mídia tem "donos", contra a própria Constituição, que diz claramente que a mídia eletrônica é uma concessão. E poucos ainda percebem que esses "donos" da mídia defendem as mesmas ideias (quando não são os mesmos) dos donos dos grandes latifúndios. Não se pode entender de outro modo esses editoriais tão extremos e catastróficos.

Por que trago essa questão ao final dessas memórias sobre os idos de 1964? Pois vejo muita coisa em comum. As elites, como em 1964, percebem que estão perdendo "alguns" privilégios. Naquele tempo, o

inimigo era o "comunismo ateu" e alguns líderes, de inspiração marxista, estavam "iludindo" as massas; hoje são os "fora da lei", os que "mandam e obrigam o governo a fazer as coisas", como dizia, exatamente assim, um editorial de uma grande rede de televisão.

Concluindo

É fundamental recuperar a história, para que esses acontecimentos não se repitam. Alguém já disse que a história só pode ser repetida de duas maneiras: ou como tragédia, ou como farsa. Nenhuma delas nos convém.

Sugiro duas lições que poderiam nos ajudar:

– A importância da mídia é crucial. É ela que constrói as representações sociais dentro das quais a população se movimenta, tanto ontem, como muito mais nos dias de hoje. Nossa infelicidade, no Brasil, é que a mídia tem "donos", como vimos acima. Razão tinha nosso querido Betinho (o sociólogo Herbert de Souza), de que enquanto não houver participação da população na comunicação, não haverá democracia numa sociedade. E brincando seriamente afirmava: teremos democracia quando o presidente da Rede Globo for escolhido por eleição direta. A construção de um anticomunismo exacerbado, principalmente através da mídia, foi decisivo para os interesses das elites. O único trabalho que tiveram foi ligar o governo ao comunismo. O resto foi apenas consequência.

– O fator religioso, no caso brasileiro, foi de suma importância. A religião foi instrumentalizada para dizer que o comunismo era ateu e materialista. Muitos religiosos estão hoje não só envergonhados, mas arrependidos, de terem servido de massa de manobra para interesses

escusos das elites nacionais. Mas essa estratégia não foi totalmente abandonada. Resta ainda pessoas e grupos que não se dão conta dos verdadeiros interesses dos detentores do poder, principalmente dos donos das terras.

Desculpem os leitores, mas não posso deixar de revelar, bem aqui ao final, um possível "critério" que poderia, creio eu, nos ajudar no discernimento dos fatos, presentes e futuros. Não pretendo que seja um critério absoluto. Mas para mim ele se revelou extremamente útil e eficaz no exercício de minha prática cidadã. Fazia parte de minhas convicções, mas o encontrei, posteriormente, nos escritos de um pensador peruano, Ricardo Antoncich, onde ele escrevia: "Tanto na atividade teológica, como científica, o principal fator desideologizante fica sendo a opção pelos pequenos e pobres".⁷ Em outras palavras: você quer ter relativa segurança de que está no caminho certo, tanto na interpretação dos fatos, como na ação cidadã? Tente colocar-se na perspectiva dos pobres, dos perseguidos, dos execrados do poder. Pois eles não têm nada a esconder. Não precisam justificar seus interesses e privilégios. Eles desnudam toda e qualquer ideologia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONCICH, Ricardo. *Ensino social da Igreja*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

CAMPOS, Roberto. O neobobismo dos jesuítas. *Zero Hora*, Porto Alegre, 6 abr. 1997, p.22.

⁷ANTONCICH, Ricardo. *Ensino social da Igreja*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992. p.61.

CARTA, Mino. Saudades da marcha. *Carta Capital*, São Paulo, 2 set. 2009, p.16.

MANDELA, Luís Cláudio. A galinha dos ovos de ouro. 9 set. 2009. Disponível em:<<http://www.caritas.org.br/artigos.php?id=141&filtro=2>>.

MOSCOVICI, Serge. *Psicología de las minorías activas*. Madrid: Morata, 1991.

PADIM, Cândido. A ideologia da Segurança Nacional. In: *SEDOC – Serviço de Documentação. Sedoc Especial*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1968. p. 432-444.

O CRUZEIRO

ANO XXXII - N.º 40 - 10 DE SETEMBRO DE 1961

O CADERNO "extra" de "O Cruzeiro", que destaca a chegada do vice-presidente da república, João Goulart, ao Brasil, deve ser destacado para que o anúncio da Willys Overland do Brasil S/A não seja prejudicado.

EXTRA

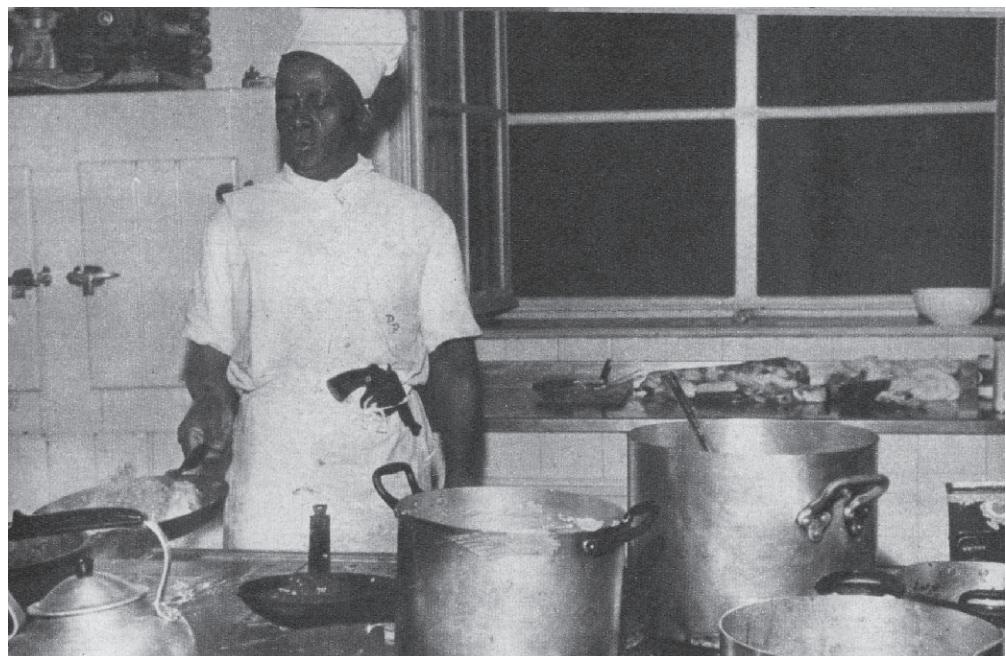


JANGO É ABRAÇADO POR BRIZOLA, NA NOITE DE SUA CHEGADA AO BRASIL.
NO ALTO, À ESQUERDA, O RETRATO DO GENERAL JOSÉ MACHADO LOPES.

O governador Leonel Brizola, o vice-presidente João Goulart e o capitão da Brigada Emílio Neme na Campanha da Legalidade. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 16 set. 1961. Acervo pessoal de Emílio Neme.

Ante a ameaça dos aviões da FAB, que já haviam realizado voos rasantes, bombardearem o Palácio Piratini, várias metralhadoras foram instaladas no terraço. Temia-se também pela sorte da Cúria Metropolitana (ao fundo). *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 16 set. 1961. Acervo pessoal de Emílio Neme.





Todos, na sede do governo gaúcho, se preparam para lutar defendendo a sua causa. Até mesmo o cozinheiro do Palácio Piratini passou a preparar a comida com panela na mão e revólver na cintura. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 16 set. 1961. Acervo pessoal de Emílio Neme.



O Sr. João Goulart, cuja posse como Presidente da República é motivo do mais sério impasse na vida nacional durante os últimos tempos, recebeu numerosas manifestações de carinho de todo o povo gaúcho e deu a sua primeira entrevista em solo brasileiro, afirmando que tudo deveria ser resolvido pacificamente. Na foto, o vice-presidente João Goulart e o capitão da Brigada Emílio Neme. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, 16 set. 1961. Acervo pessoal de Emílio Neme.



Condecoração do coronel Emílio Neme, pelo governador Olívio Dutra, por serviços prestados ao Rio Grande do Sul. Acervo Pessoal: Neme.

Tropas da Brigada Militar para a fortificação do Palácio na resistência durante a Campanha da Legalidade, 27 ago. 1961 Arquivo do Palácio Piratini, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa / Setor de Fotografia.



Tropas da Brigada Militar para a fortificação do Palácio na resistência durante a Campanha da Legalidade, 27 ago. 1961. Arquivo do Palácio Piratini, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa / Setor de Fotografia.



Passeata em defesa da Legalidade Democrática em frente ao Palácio Piratini, 27 ago. 1961. Arquivo do Palácio Piratini, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa/ Setor de Fotografia.



Povo defronte ao Palácio Piratini na chegada do presidente João Goulart, 1 set. 1961. Arquivo do Palácio Piratini, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa/ Setor de Fotografia.

Golpe em Porto Alegre, 1964. Autor desconhecido, Acervo do Museu Joaquim Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.



Golpe em Porto Alegre, 1964. Autor desconhecido, Acervo do Museu Joaquim Felizardo/Fototeca Sioma Breitman.



Manifestação popular durante o golpe, 1964. Autor desconhecido, Acervo do Museu Joaquim Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.

Chegada de João Goulart em Porto Alegre. Após, Jango partiria para o exílio no Uruguai. Jango chegou: reagirei contra o golpe. *Última Hora*, Porto Alegre, 2 abr. 1964, p. 1. Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa/ Setor de Imprensa.

Jango Chegou

GOLPISTAS CALARAM RÉDE NACIONAL: SÓ UH GAÚCHA CIRCULA

ULTIMA HORA do Rio Grande do Sul é a única órgão do Brasil que circula simultaneamente em todo o país. Orgão nacionalista e democrático, defensor das ideias de Getúlio Vargas e da reação à lei e à ordem constitucional, a imprensa fundada por Samuel Walker não podia ser considerada circulando livremente nas regiões em que o totalitarismo e o golpe assassinaram o país, embora o fizessem temporariamente. O atentado contra a imprensa livre brasileira em Belo Horizonte, reproduzido em São Paulo e Curitiba e Rio de Janeiro, caiu em torno da Gaúcha e Belo.

OS ATENTADOS

Na Gaúcha, a Policia do governador Carlos Lacerda invadiu enterro a redação da UH. Tornou-se a única imprensa clandestina que não recolhe. O preito caiu na noite anterior, dia 19 de Abril, que antecedeu todo a manchete de falecimento do jornal. Em São Paulo, o governador Athos da Silveira encerrou **ULTIMA HORA** na noite do atentado, impedindo-o de circular. Em Pernambuco, onde o general Justino Alves Hasteu comandou, com metralhadoras e tanques, a votação na Assembleia que decretou o "impedimento" do governador Arzua, **ULTIMA HORA** foi fechada e encerrada. Em Curitiba, nascida o mesmo dia em Belo Horizonte, como indicamos acima, a redação foi encerrada e seus redatores detidos e depois libertados.

REAGIREI CONTRA O GOLPE



Última Hora

ANO V • PORTO ALEGRE, 5.º FEIRA, 2 DE ABRIL DE 1964 • N.º 1258

3 MINISTROS E 2 GENERAIS ACOMPANHARAM O PRESIDENTE

MAZZILLI COLOCADO NA PRESIDÊNCIA



Governador Ildo Meneghetti discursa na cidade de Passo Fundo, quando da transferência da capital do estado para esse município. Passo Fundo, 1 abr. 1964. Czamanski, Acervo do Museu Joaquim Felizardo/ Fototeca Sioma Breitman.



Marcha da Família com Deus pela Liberdade saúda o governador Ildo Meneghetti. Porto Alegre, 3 abr. 1964. Arquivo do Palácio Piratini, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa/ Setor de Fotografia.



Em visita ao Rio Grande do Sul, presidente Castelo Branco é saudado no Palácio Piratini pela Marcha da Família com Deus pela Liberdade, 22 maio 1964. Arquivo do Palácio Piratini, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa/ Setor de Fotografia.



Presidente Castelo Branco é recebido no Aeroporto Salgado Filho pelo governador Ildo Meneghetti, 22/05/1964. Arquivo do Palácio Piratini, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa/ Setor de Fotografia.

Desfile do presidente Castelo Branco na Rua dos Andradas, 22/05/1964. Arquivo do Palácio Piratini, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa/ Setor de Fotografia.





Presidente João Belchior Marques Goulart. Acervo pessoal de Christopher Goulart.



João Goulart e seu neto Christopher Goulart em Londres, 1976. Acervo pessoal de Christopher Goulart.



O jornalista João Aveline. Foto: Luiz Abreu.



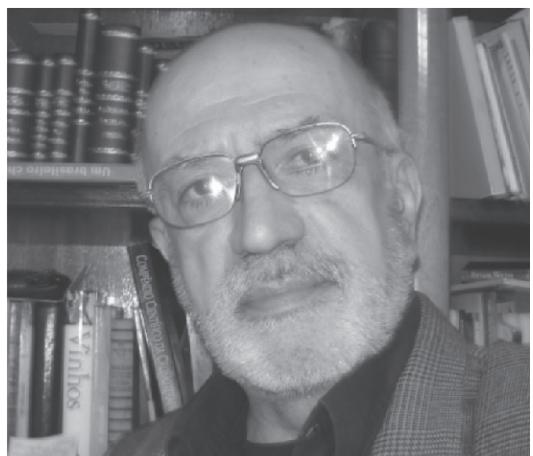
O professor Pedrinho Guareschi. Acervo pessoal de Pedrinho Guareschi.



O jornalista Luiz Cláudio Cunha. Acervo pessoal de Luiz Cláudio Cunha.



O jornalista Wladmyr Ungaretti.
Foto: Adriano Santos



Sergio Gonzales. Acervo pessoal de Sergio Gonzales.



Raul Pont, Marcos Júlio Fuhr, entre outros, em campanha para a direção do Sinpro/RS. 1986

O deputado estadual Raul Pont.
Acervo pessoal de Raul Pont.



SOBRE JOÃO GOULART*

*Christopher Goulart***

No ano passado [2008], em 6 de dezembro, completaram-se 32 anos do falecimento do meu avô, João Belchior Goulart. Essa é a minha idade. Eu nasci em outubro de 1976, e meu avô faleceu em dezembro de 1976. Eu queria fazer um evento que reverenciasse essa data. E estou fazendo uma peregrinação por todo o estado do Rio Grande do Sul, contextualizando as Reformas de Base. Costumo dizer, pelos lugares pelos quais tenho passado, que é uma espécie de reflexão sobre a biografia e a trajetória política de João Goulart.

Começo em 1919, quando meu avô nasceu em Iguariaçá, no interior de São Borja, e, fazendo um paralelo, falo no coronel Vicente, cito a situação da Segunda Guerra Mundial e depois a Guerra Fria, passando pela quartelada de 64 até o assassinato de meu avô no exílio em 1976.

Eu tenho orgulho de ter tido um avô que evitou duas guerras civis no Brasil. Tenho orgulho de ter tido um avô que, em 1961, tinha essa preocupação e percepção com extrema propriedade e sapiência. Este fato está narrado em depoimentos, no livro *O governo João Goulart*, de Moniz Bandeira,¹ quem registrou um depoimento pessoal do meu avô no exílio.

* Síntese dos discursos proferidos em 31 de março e 1º. de abril de 2009, no evento "45 anos do golpe de 64, a noite que durou 21 anos", realizado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

** Presidente do Instituto João Goulart. Neto do ex-presidente.

¹ [Nota dos Organizadores]: Refere-se à obra de Luiz Alberto Moniz Bandeira, *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

Jango disse com todas as letras: *"Em 1961, eu aceitei aquela condição de parlamentarismo"*. E aceitou pelo seu perfil conciliador, pelo seu perfil pacífico. Naquele momento, a Campanha da Legalidade já havia tomado conta de todo o país, com a articulação e a energia do governador Leonel Brizola – que é meu tio-avô –; certamente aqui se evitara aquele golpe branco, como diziam Almino Afonso, que foi ministro do Trabalho, e tantos outros.

Evitou-se uma guerra civil. Em 1964, o massacre seria enorme. João Goulart certamente sabia, por exemplo, daquela *Operação Brother Sam*, que consistia no envio de uma frota de navios dos Estados Unidos pela costa do Brasil.

A primeira historiadora que narrou isso foi a americana Phyllis Parker,² que trabalhou com documentos desclassificados pelo governo dos Estados Unidos. Qual é a imagem que vinha, então, naquele momento? Por exemplo, a das tensões entre Coreia do Sul e Coreia do Norte e da guerra do Vietnã.

A guerra civil que se evitou no Brasil provavelmente seria um massacre. Num primeiro momento, poderia haver algum tipo de resistência, mas certamente depois ocorreria um massacre. Isso é um fato que deve ser considerado por todos nós aqui.

Quando meu avô assumiu a presidência no governo parlamentarista, em 7 de setembro de 1961, o que ele falou naquele dia para toda a Nação, para testemunho de todos? Ele disse: *"Prefiro harmonizar a estimular ódio. Prefiro pacificar a estimular ressentimentos"*.

Esse era o seu perfil. Essa foi a condição, as características peculiares que o conduziram à presidência da República em 14 anos [de vida política]. Ele saiu lá de São Borja, onde era fazendeiro bem-

²[Nota dos Organizadores]: Refere-se à obra de Phyllis R. Parker, *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

sucedido. Não tinha, em princípio, quando jovem, interesse em entrar na política. Mas entrou pela mão de Getúlio Vargas, em 1947. Sempre leal, sempre com toda a devoção àquilo que Getúlio Vargas lhe ensinou com muita sapiência, que era o anteparo entre trabalho e capital.

É necessário pensar em todas as teses, todas essas questões de comunismo, protocoladas pelo IBAD, pelo IPES e pela Escola Superior de Guerra, que era amparada pelo *National War College*, lá dos Estados Unidos.

Esse é um fato. Outro fato a considerar diz respeito a quantas vidas o meu avô salvou. Quantas vidas poderiam ter sido perdidas no Brasil, não fosse um gesto de grandeza, desapegado de qualquer vontade excessiva de poder? Evidentemente, nem ele imaginava que a ditadura demoraria 21 anos. Isso é fato. Todavia, talvez tenha pensado que poderia ocorrer algo similar ao que aconteceu em 1945, quando Getúlio se autoexilou em Itu e depois voltou pelas urnas em 1950.

São fatos que deixamos para uma reflexão sobre aquele que, quiçá, tenha sido um mártir da democracia brasileira, e, dessa forma, deve ser reconhecido pelo povo brasileiro: o presidente João Goulart.

MÁXIMAS E MÍNIMAS: OS VENTOS ERRANTES DA MÍDIA NA TORMENTA DE 1964

*Luiz Cláudio Cunha**

Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 dez. 1968.

Rio 40 graus.

O mundo inteiro sabe que o verão carioca é tórrido. Assim, o leitor mais atento da primeira página do *Jornal do Brasil* daquele sábado, 14 de dezembro de 1968, estranhou o quadro da previsão do tempo, publicado no canto superior esquerdo, ao lado do logotipo do mais influente jornal do país naqueles idos tão estranhos:

Tempo negro. Temperatura sufocante. O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos. Máx.: 38°, em Brasília. Mín.: 5°, nas Laranjeiras.

*Jornalista, autor de *Operação Condor: o sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

No canto superior direito, outra informação inusitada: "Ontem foi o Dia dos Cegos". A explicação para tal cegueira estava abaixo, na manchete sobre o fato do dia: "Governo baixa Ato Institucional e coloca Congresso em recesso por tempo ilimitado". Acontecera na véspera o golpe dentro do golpe de 1964, com a edição do AI-5, que escancarou a ditadura no Brasil. O locutor Alberto Curi, sentado ao lado do ministro da Justiça, Gama e Silva, no Palácio das Laranjeiras, no Rio, leu o texto do ato em cadeia nacional de rádio. A fala do locutor ainda ecoava no ar quando cinco oficiais uniformizados do Exército – um major e quatro capitães – invadiram a redação do *JB* no Rio de Janeiro para censurar o noticiário.

Diante da ocupação, o editor-chefe Alberto Dines começou a trabalhar com o chefe de redação Carlos Lemos para encontrar maneiras de driblar o controle militar. O editorial censurado da página 10 foi substituído por uma foto vertical de arquivo em que um enorme campeão mundial de judô, numa brincadeira familiar, se deixava derrubar pelo filho pequeno e franzino. Uma fina alegoria que enganou a tesoura do censor. Mas Dines queria mais, para contornar o bloqueio da primeira página. Chamou o copidesque Roberto Quintaes e lhe pediu que recriasse a previsão do tempo com dois números cabalísticos: o 38, número do Ato Complementar que fechou o Congresso, e o 5, marca do ato que enterrou a liberdade. E assim nasceu, para a história do jornalismo brasileiro, a curiosa previsão de tempos em que o Brasil daquele verão esquisito oscilava dos 38° em Brasília para os 5° das Laranjeiras, sede do palácio carioca onde foi anunciado o AI-5. A nova versão do clima turbulento foi enxertada nas oficinas, quando o jornal já tinha sido censurado e a nota cifrada escapou da revisão dos militares para ganhar um espaço eterno na memória da luta contra a ditadura.

No dia seguinte, domingo, 15 de dezembro, Dines nem precisou se ocupar da edição. O *Jornal do Brasil* não foi impresso, como protesto pela ordem de prisão contra um de seus diretores, embaixador José Sette Câmara, ex-governador da Guanabara e aliado de Juscelino Kubitscheck. Era uma edição gorda de Natal, cheia de anúncios, que nem saiu da gráfica. Solidários, os anunciantes transferiram toda a propaganda para as edições seguintes.¹

A meteorologia política do país piorou muito. O AI-5 durou 10 anos e, do olho do furacão autoritário, ventaram mais 12 atos institucionais, 59 atos complementares e oito emendas constitucionais. "Salvamos a democracia, voltando às origens do poder revolucionário", discursou o general Arthur da Costa e Silva, falando ao país em cadeia no réveillon de 1968. Duas semanas mais tarde, em 13 de janeiro de 1969, o então coronel João Batista Figueiredo, futuro presidente da República, foi bem mais sincero e preciso. Escrevendo ao capitão Heitor Ferreira, anos depois secretário particular dos generais Geisel e Golbery no Palácio do Planalto, Figueiredo chegou a antecipar o julgamento da história: "Os erros da Revolução [de 64] foram se acumulando e agora só restou ao governo partir para a ignorância".²

O peso maior da ignorância militar golpeou a classe política. O Congresso ficou fechado até outubro de 1969, quando reabriu para chancelar a escolha pelo Alto Comando das Forças Armadas do general Garrastazú Médici como sucessor do general Costa e Silva, vítima de um derrame. Cassou para isso quase três centenas de mandatos (111 deputados federais, cinco senadores, 162 deputados estaduais, 22 prefeitos, 23 vereadores), além de 28 funcionários do poder Judiciário.

¹ DINES, Alberto. AI-5, quarenta anos. Uma história para não esquecer. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 dez. 2008.

² PORTAL Folha de S. Paulo – Especial 40 anos do AI-5. Site produzido pelos integrantes da 46ª turma do Programa de Treinamento em Jornalismo Diário da Folha. Dezembro, 2008.

Antes de completar um mês, o AI-5 decapitou três ministros do Supremo – Hermes Lima, Vítor Nunes Leal e Evandro Lins e Silva – e aposentou até um dos conspiradores de 64, o general Pery Constant Bevilacqua, ministro do Superior Tribunal Militar: "Dava *habeas corpus* demais", justificou uma fonte do Palácio do Planalto. Sessenta e seis professores foram expulsos das universidades, entre eles Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

A primeira vítima da área cultural, sempre visada nos surtos autoritários, apareceu no dia seguinte à edição do AI-5. Na noite de sábado, 14 de dezembro, o comediante Ary Toledo fez uma piadinha no final do seu espetáculo, o show *A criação do mundo segundo Ary Toledo*, que estreava no Teatro de Arena, em São Paulo.

— Pessoal, este é um espetáculo subdesenvolvido. Não tem garotas de bunda de fora. No palco, somos eu e meu violãozinho, e só. Como diz o ditado popular: 'Quem não tem cão, caça com gato. Quem não tem gato, cassa com o ato...'

Todo mundo riu, menos dois homens da plateia, que foram até o camarim pedir explicações. Eram agentes do DOPS, o Departamento de Ordem Política e Social, que levaram Toledo para a delegacia, na Praça da Luz. Ali ficou detido durante cinco horas, até ser liberado por um delegado que era seu fã, mas que antes lhe passou uma descompostura pela gracinha. Ditadura, como se sabe, é coisa séria.

A censura desembarcou com mais força nos jornais e revistas de Rio e São Paulo, centro político e econômico do país. No lugar de notícias, comentários e editoriais, começaram a proliferar versões de Camões n'*O Estado de S. Paulo*, receitas de bolo no *Jornal da Tarde* e imagens de diabos e da árvore símbolo da Editora Abril nas páginas da revista *Veja*. Era proibido deixar espaços em branco, a censura censurava a

revelação sobre a censura. Preferia versos, receitas e imagens diabólicas nas páginas esquartejadas. O semanário *Opinião* sentiu a violência antes mesmo de estrear nas bancas. Em novembro de 1972, quando preparava seu número zero, a edição experimental, bastou a notícia do lançamento para alertar o governo. O decreto-lei 1.077, de 26 de janeiro de 1970, estabelecia a censura prévia para matérias ofensivas "à moral e aos bons costumes". Não reconhecia a censura política, que era inconstitucional. Ela existia apenas nos telefonemas discretos ou nos bilhetinhos sem assinatura enviados pelos funcionários quase anônimos do Sigab, o Serviço de Informação do Gabinete do Ministro da Justiça, um órgão secreto que fazia a ligação direta entre o ministro e a Polícia Federal.

Um telefonema do Sigab convocou o editor do *Opinião*, Fernando Gasparian, à sede da Polícia Federal no Rio. O major Braga tentou despistar:

— Eu quero avisar ao Sr. que aqui no Brasil não existe censura prévia, a não ser por problemas morais. O Sr. pode publicar o que quiser.

E tirou da gaveta uma lista com 210 assuntos que a imprensa não podia publicar – por censura prévia ou autocensura. Gasparian pediu uma cópia para avaliar, o major negou.

— Ela é secreta.³

Assim, secretamente, o regime asfixiou o semanário a partir do oitavo número. Primeiro, mandando recados. Depois, com o censor dentro da redação. Por fim, exigindo a remessa do jornal impresso para Brasília, antes de liberar a venda nas bancas. Em quatro anos e meio, *Opinião* sofreu ameaças, prisões, apreensões de edições inteiras, processos judiciais, o lançamento de uma bomba na redação e um decreto presidencial, baseado no AI-5, ratificando a censura prévia que o jornal

³ PINHEIRO MACHADO, José Antônio. *Opinião x Censura. Momentos da luta de um jornal pela liberdade*. Porto Alegre: L&PM, 1978. p.23.

tinha derrubado, como ilegal, no Tribunal Federal de Recursos. Foram publicadas 5.796 páginas, mas quase o dobro – 10.548 páginas – precisou ser produzido para suprir a falta do material vetado. Gasparian cansou da censura e, em 1º de abril de 1977, mandou para as bancas uma edição diferente da que enviara a Brasília para revisão. Corajosamente, incluía um editorial avisando ao regime que aquele seria o último número sob censura. Na semana seguinte, na edição nº 231, com uma ilustração do presidente e a manchete "Geisel, o AI-5 de novo" na primeira página, o jornal trazia um carimbo abaixo do título de *Opinião*: "Livre". A primeira edição sem censura foi apreendida. O jornal nunca mais voltou às bancas.

Estes são alguns dos momentos dignos de reação da imprensa brasileira à violência da ditadura, exacerbada a partir do AI-5. Mas o passado condena, na remissão das origens da conspiração que levou ao golpe de Estado de 1964. Nele está a digital da mídia que ajudou, por atos, fatos e versões, na criação do clima político que aguçou posições e lançou o país num abismo autoritário de 21 anos. A revisão da imprensa, a partir da radicalização do AI-5, que a fez engolir versos e receitas de bolo, não apaga seu envolvimento original no golpe militar. Ninguém disse cou isso melhor do que o professor uruguai René Armand Dreifuss (1945-2003), doutor em Ciências Políticas pela Universidade de Glasgow, Reino Unido. Em 1981, aos 36 anos, ele publicou no Brasil sua tese de doutorado produzida nos cinco anos anteriores na Escócia. O livro *1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe* (Ed. Vozes) é um trabalho literalmente de peso. Em suas 814 páginas, Dreifuss produziu um clássico de pesquisa histórica que confirma uma tese dos golpistas: 1964 não foi uma simples quartelada, muito menos um movimento improvisado de um general impulsivo que de repente botou os tanques nas ruas de Juiz de Fora, na madrugada de 31 de março.

Como na loucura de Hamlet, havia método na ditadura. E muita organização, preparo, cálculo, frieza, tática, estratégia e dinheiro, muito dinheiro. A história do golpe remonta ao fracasso do golpe anterior, o de 1961, quando os ministros militares tentaram vetar a posse constitucional do vice-presidente João Goulart, alçado ao poder pela renúncia de Jânio Quadros. A reação popular e a firme resistência do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, quebrando a unidade militar, fizeram vitoriosa a 'Campanha da Legalidade'. Jango tomou posse e os generais compreenderam que, sem o apoio da opinião pública, o golpe não passaria. Três anos antes dos tanques rolarem sobre Juiz de Fora, os militares começaram a tramantar com os recursos e a organização do empresariado brasileiro o golpe final que os levaria ao poder por duas décadas. E a grande imprensa estava lá, na trincheira da conspiração.

A releitura de Dreifuss, mais do que revelar, permite relembrar fatos decisivos que o tempo e a memória vão apagando. Em novembro de 1961, três meses após a renúncia de Jânio, nasceu no Rio o IPES, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais. Reunia a nata do empresariado, nacional e multinacional, com todos os nomes, sobrenomes e siglas que ainda hoje enfeitam as listas das maiores empresas do país. Um empresário de origem americana no Rio, Gilbert Huber Jr., dono das Listas Telefônicas, articulou-se com um empresário de uma multinacional em São Paulo, João Batista Leopoldo Figueiredo, ex-presidente do Banco do Brasil no governo Jânio e tio do futuro presidente Figueiredo. Acabaram recrutando militares da reserva, um deles o general Golbery do Couto e Silva. Parecia um inocente clube de homens de negócios. Mas, na sua face oculta, sob siglas e codinomes, o IPES concentrava a execução metódica de um pensado plano da burguesia nacional para combater, de forma clandestina, os seus três principais

inimigos: o governo Jango, a aliança nacionalista do PTB e o comunismo, que aparentemente resumia tudo aquilo. O braço político ostensivo do IPES era o IBAD, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, que apesar do nome tinha ligações com o MAC, Movimento Anticomunista, e com a organização da direita católica Opus Dei. O fundador do IBAD em 1959 foi o integralista Ivan Hasslocher, dono da *Promotion*, uma agência de publicidade que promovia o *lobby* do IBAD e seu braço parlamentar, a ADP – Ação Democrática Popular, um núcleo conservador de 160 parlamentares da centro-direita no Congresso reunido em torno da UDN, PSD e PSP. A ADP fazia contraponto à Frente Parlamentar Nacional, que orbitava no universo do PTB e dos aliados da esquerda. Segundo Dreifuss, a ADP tinha sua ação política patrocinada pela estação no Rio de Janeiro da CIA, a agência de inteligência americana focada em campanhas políticas e grupos de pressão.⁴

Homens da mesma linha de pensamento e com igual propósito juntaram, a partir de 1962, as duas entidades: nascia o complexo IPES/IBAD, matriz ideológica e operacional da conspiração que daria o golpe e, depois, forneceria os quadros e dirigentes do aparato estatal que sustentou o regime militar. O IPES operava como centro estratégico, e o IBAD, como uma unidade tática. O gaúcho Raul Pilla, líder do Partido Libertador que integrava a ADP, definiu o complexo: "Duas instituições muito úteis foram organizadas... levando-as a cumprir seus deveres patrióticos".⁵ O monstro crescia junto com a conspiração. Em 1963, os 80 membros originais do IPES pularam para 500. Eram sócios 26 dos 36 líderes da FIESP, a maior federação industrial do país. A entidade se espalhava pelas capitais do país. Em Porto Alegre, a versão local tinha o

⁴ DREIFUSS, René Armand. 1964: *a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1981. p.103.

⁵ PILLA, Raul. A influência do dinheiro. *O Globo*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1963.

nome de IPESUL e sobrenomes ilustres como o lojista Fábio Araújo Santos, da rede JH Santos, José Zamprogna e Ary Burger, diretor do Grupo Gerdau.

A articulação dos empresários com os militares era feita pelo Grupo de Levantamento da Conjuntura (GLC) do IPES, comandado pelo general Golbery, que atuava sobre o I (Rio) e III (Porto Alegre) Exércitos. A "ordem de serviço com calendário" do GLC, que definia a estratégia de ação, tinha uma edição limitada de 12 exemplares, que não eram registrados nas atas do IPES. A equipe de Golbery distribuía nos quartéis uma circular bimestral mimeografada, sem citação da fonte, avaliando a atividade "comunista" no país, apontando o dedo para subversivos infiltrados no governo e mapeando suas ações. Só no Rio de Janeiro o GLC de Golbery tinha três mil telefones grampeados.⁶ O grupo do general ocupava quatro das 13 salas que o IPES havia alugado no 27º andar do Ed. Avenida Central, na Av. Rio Branco, no centro da cidade. A conta do telefone era faturada em nome do general da reserva Henrique Geisel, irmão de Ernesto. Em Porto Alegre, o IPESUL operava no quarto andar do Ed. Palácio do Comércio, na Praça da Alfândega.

O GLC escrutinava a produção diária da imprensa do país, um total de 14 mil edições no ano, e produzia mensalmente cerca de 500 artigos, disseminados pelos jornais ou divulgados em forma de palestras. O Grupo de Atuação Parlamentar (GAP) do IPES tinha vergonha do que fazia. Proibia qualquer menção à sigla, que era camuflada como "Escritório de Brasília". Ele coordenava a campanha anti-Jango na capital, mas quem aparecia publicamente era o IBAD e o fazendeiro baiano João Mendes, deputado udenista e líder ostensivo da Ação Democrática Parlamentar. O plano era simples e mortal: o IPES, através

⁶DREIFUSS, op. cit., p.188.

do IBAD e da ADP, emparedava o governo no Congresso, criando um beco sem saída parlamentar e um ponto morto do Executivo. A inércia legislativa levaria ao clamor popular pelo poder "moderador" das Forças Armadas, única instituição capaz de tirar o país daquele atoleiro fabricado pela conspiração no Parlamento.

Neste trabalho era fundamental manipular a expressão da sociedade. O objetivo central do Grupo de Opinião Pública (GOP) do IPES era disseminar seus objetivos na imprensa falada e escrita. Dissimulado, o grupo evitava o nome "opinião pública", preferindo as expressões "divulgação" e "promoção". O GOP era "a base de toda a engrenagem", definia o general Heitor Herrera, um dos líderes do IPES. José Luís Moreira de Souza, dono da Denison Propaganda, dizia que "conquistar a opinião pública" era a essência da ação política do grupo. O principal articulador do GOP era um ex-comissário de polícia, José Fonseca, que estreara como 'tira' no 16º Distrito Policial de São Cristóvão, um subúrbio operário da zona norte do Rio, no réveillon de 1952.

Ele tomava um copo de leite em Copacabana na noite de 5 de agosto de 1954 quando ouviu a cerca de 100 metros o som de tiros. Por pouco não viu o tiroteio da rua Toneleros, o atentado que deu um tiro no pé de Carlos Lacerda, matou o major Rubens Vaz e 19 dias depois disparou a bala fatal do suicídio de Getúlio Vargas. Quatro anos depois trocou a delegacia por um cargo de relações públicas da *Light*, a empresa americana de energia que se tornaria uma das líderes do IPES e da conspiração. Em 1963, um ano antes do golpe, o ex-comissário José Rubem Fonseca deu aos 38 anos seu primeiro tiro certeiro na literatura: lançou o livro de contos *Os prisioneiros* com o nome literário de Rubem Fonseca. O festejado autor de *Feliz Ano Novo*, *A grande arte* e *Bufo &*

Spallanzani tornou-se nas décadas seguintes o maior contista vivo do país, ganhador em 2003 do Prêmio Camões, uma espécie de Nobel para escritores da língua portuguesa.

Outros destaques do GOP no Rio eram os jornalistas Glauco Carneiro e Wilson Figueiredo, este do corpo editorial do *Jornal do Brasil*. Em São Paulo, o GOP atuava com Geraldo Alonso, dono da Norton Propaganda, e nomes ilustres de *O Estado de S. Paulo*, como Énio Pesce e Flávio Galvão. Contava ainda com Jorge Sampaio e Alves de Castro, os dois nomes centrais do *Repórter Esso* da TV Tupi, o equivalente ao *Jornal Nacional* de hoje, patrocinado pela *Esso* do Brasil, membro importante do IPES.

Em tempos sem e-mail ou *twitter*, o GOP se valia da tecnologia da época: enviava milhares de cartas e telegramas e fazia chamadas telefônicas, antecipando em décadas o advento do infame telemarketing. Em novembro de 1962 chegava a três mil nomes a lista de organizações de rádio e TV mobilizadas pelo GOP. Aliado a ele funcionava o GPE, Grupo de Publicações/Editorial, que disseminava material impresso pelo país. Esta campanha de guerra psicológica era tarefa do ex-comissário e contista Rubem Fonseca, que incluía intelectuais respeitados como Augusto Frederico Schmidt, Odylo Costa Filho e Rachel de Queiroz, prima do general Castello Branco, líder do golpe que derrubou Jango. Dez anos antes de Fonseca, a cearense Rachel foi a primeira mulher a ganhar o Prêmio Camões, reconhecimento a uma obra consistente que começou em 1930, aos 20 anos, com *O Quinze*, romance realista que mostra a luta do povo do sertão nordestino contra a miséria e a fome. Dois anos antes, antecipando seu viés literário, ela formava o primeiro núcleo do Partido Comunista em Fortaleza. Rachel de Queiroz foi presa no golpe do Estado Novo, em 1937, acusada de subversiva, e teve

seus livros queimados. Um quarto de século depois, a comunista de Fortaleza era uma intelectual engajada na equipe de propaganda de direita de Rubem Fonseca no IPES. O primo Castello Branco, já ex-presidente, morreu num acidente aéreo em 1967 quando retornava de um passeio à fazenda da prima Rachel.

Os propagandistas do GOP atuavam em três frentes: artigos para jornais e revistas, panfletos para circular entre estudantes, militares e operários, e livros que comparavam a democracia com a empresa privada. Em comum, eram todos anticomunistas, antitrabalhistas e antipopulistas. Nomes fortes do mercado editorial, como Saraiva, Cia. Editora Nacional e GRD Editora, colaboravam na publicação da chamada "literatura democrática".

Em janeiro de 1963 a demanda por recursos era tão grande que o comando do IPES decidiu aprovar uma contribuição anual padrão de $\frac{1}{2}$ por cento do capital de cada sócio. O caixa 2 ou "contabilidade paralela" da entidade já somava US\$ 4 milhões. O orçamento oficial do ano anterior estabelecia despesas mensais de 10 milhões de cruzeiros (US\$ 300 mil na época, cerca de R\$ 580 mil hoje) só no IPES carioca. A projeção do novo ano previa o dobro das despesas. Nesse total não estava incluído o gasto com atividades encobertas e sigilosas. Os valores eram bem mais respeitáveis. A CPI que investigou a ligação do IPES com o IBAD apurou que, nas eleições gerais de outubro de 1962, a ADP do complexo IPES/IBAD injetou algo entre 5 bilhões e 20 bilhões de cruzeiros (em termos atuais, uma fornida soma que varia de 260 milhões a 1 bilhão de reais) para financiar 250 candidatos. Foram eleitos 110.⁷

⁷O embaixador americano no Brasil Lincoln Gordon, bem mais modesto, disse que o valor investido não superara US\$ 5 milhões (cerca de 10 milhões de reais hoje). DREIFUSS, op. cit., p. 330.

No Rio Grande do Sul, a aliança de centro-direita da ADP era integrada por PSD, UDN, PL, PDC e PRP. O vitorioso Ildo Meneghetti, um dos oito governadores apoiados pelo IPES/IBAD no país, enfatizou que a indústria e o comércio locais – "sob a égide do IPESUL" – garantiram o resultado das urnas. Dois dos deputados eleitos pelo IPESUL eram Peracchi Barcelos (PSD) e Euclides Triches (PDC), mais tarde nomeados governadores do Rio Grande na safra de eleições indiretas da ditadura.

A escolha dos agraciados com o apoio financeiro obedecia a uma regra rígida, quase um contrato de compra e venda. Quem se habilitava a integrar a lista de "democratas convictos e anticomunistas de primeira ordem" passava pelo crivo dos analistas do complexo IPES/IBAD. Mais importante do que a filiação partidária era a orientação das ideias. Cada candidato era compelido a assinar um 'ato de compromisso ideológico', pelo qual prometiam lealdade ao IBAD acima da fidelidade ao seu partido, comprometendo-se ainda a lutar contra o comunismo e a defender o investimento estrangeiro. E eram compulsoriamente alistados na ADP liderada por João Mendes.⁸

Mas a mercadoria custava caro. O chefe do GAP (Grupo de Ação Parlamentar) do IPES, o banqueiro Jorge Oscar de Mello Flores, avaliava os candidatos pelo coeficiente eleitoral. De início, ele calculava que cada deputado "custaria" cerca de 6 milhões de cruzeiros (cotação atual: R\$ 317 mil), mas percebeu que esta seria a conta de nomes da Paraíba e outros estados menores. O preço aumentava no Ceará e ainda mais na Bahia. "Os candidatos de Rio e São Paulo eram muito mais caros", explicou Mello Flores a Glycon de Paiva, ao avaliar a conta *per capita* dos deputados no balcão do IPES: 15 milhões de cruzeiros

⁸DREIFUSS, op. cit., p.324.

(cotação atual: R\$ 792 mil). Paiva recomendava a escolha de "indivíduos de caráter, bons anticomunistas", enquanto Mello Flores imaginava um pacote inicial de 50 deputados.⁹ O orçamento de um candidato 'apagado', isto é, pouco conhecido e de limitada agressividade eleitoral, incluía despesas com equipamento de som, 40 mil cartazes, 600 faixas, fotografias, espaço em jornais, mensagens no rádio e TV, discos de jingle, gasolina, correspondência e pessoal de apoio... Tudo isso ao custo de uns 10 milhões de cruzeiros, o que não era pouca coisa. Dez milhões, que hoje valem R\$ 528 mil, equivaliam então à renda diária de 20 mil trabalhadores de salário mínimo.¹⁰

Outras empresas ligadas ao IPES colaboravam com seus serviços, como no caso das passagens aéreas gratuitas liberadas pela Panair, Cruzeiro do Sul e Varig, que faziam a conspiração voar alto pelo país. Uma única empresa estrangeira, a *Deltec*, do americano David Beaty III, sócio do IPES, abriu uma "caixinha" de US\$ 7 milhões de um fundo originário das ilhas Nassau. O IPES recebeu apoio financeiro de 297 corporações americanas. Passavam o chapéu entre empresas britânicas, suecas, alemãs. A Fundação Konrad Adenauer, órgão do Partido Democrata Cristão alemão, canalizava recursos pelo sólido complexo siderúrgico Mannesmann e pela gigante Mercedes Benz. O general Golbery encarregou-se pessoalmente do contato com o presidente da Mercedes.

A presença americana se faria sentir no momento dramático da troca de poder. Na noite de 2 de abril de 1964, em que o senador Auro de Moura Andrade declarou vaga a presidência da República, quando Jango ainda estava em Porto Alegre aguardando a evolução dos acontecimentos, alguns parlamentares golpistas foram ao Planalto. O

⁹Dreifuss, op.cit., p.328.

¹⁰Ibid., nota 243, p.356.

palácio estava na escuridão, causada por um corte de energia. Eles acompanhavam o ato que reconheceria Ranieri Mazzili, presidente da Câmara, como sucessor de Jango. Quando acenderam os fósforos naquele ambiente, o deputado baiano Luiz Viana Filho (UDN) viu ao seu lado Robert Bentley, o jovem secretário da Embaixada americana em Brasília.¹¹

Dois anos antes, os chefes supremos de Bentley já mostravam intimidade com o tema brasileiro em Washington. O presidente John Kennedy entrou no Salão Oval na segunda-feira, 30 de julho de 1962, e ligou pela primeira vez seu novo brinquedinho, instalado no fim de semana: o sistema secreto de gravação de voz da Casa Branca. A estreia prometia: era uma conversa cabeluda de Kennedy com o seu embaixador no Brasil, Lincoln Gordon, pavimentando o caminho para o golpe militar que derrubaria João Goulart dois anos depois. Começava pelo gasto não contabilizado de US\$ 8 milhões nas eleições de 1962, adubando secretamente candidatos apoiados pela CIA e simpáticos aos EUA. A conexão do mundo político com os militares golpistas era feita pelo discreto adido militar da Embaixada, coronel Vernon Walters, que chegaria a vice-diretor da CIA no auge do Caso Watergate, que derrubou Nixon.

A transcrição das fitas mostra, numa frase de Gordon para Kennedy, que o alvo central da conspiração era o próprio Jango:

— Para expulsá-lo, se necessário — disse o embaixador, esclarecendo:

— O posto da CIA no Brasil deixará claro, discretamente, que não somos necessariamente hostis a qualquer tipo de ação militar, em absoluto, se ficar claro que o motivo da ação militar é...

¹¹ VIANA FILHO, Luiz. *O governo Castello Branco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975. p.46.

— ... Contra a esquerda – completou o presidente Kennedy, dando o sinal verde para o golpe que aconteceria vinte meses depois.¹²

Na véspera da eleição de 1962, a *Promotion* de Ivan Hasslocher, líder do IBAD, arrendou o jornal carioca *A Noite* por 90 dias, ao custo mensal de 2 milhões de cruzeiros (cerca de R\$ 100 mil no câmbio atual) para propaganda direta. A revista *Repórter Sindical* também era operada pela entidade. O órgão oficial do IBAD, *Ação Democrática*, circulava mensalmente com 250 mil exemplares e textos de gente como o economista Eugênio Gudin e o líder udenista Aliomar Baleeiro. Era gratuita e, ainda assim, não tinha um único anúncio. No início de 1963, um manifesto de 500 profissionais de prestígio, organizados pelo Centro Democrático de Engenheiros, ligado ao IPES, foi publicado no *Jornal do Brasil* e em *O Estado de S.Paulo*. Manifestos variados, todos "democráticos", proliferavam na imprensa e eram retransmitidos pela dupla IPES/IBAD. Eles tinham uma agência de notícias, a Planalto, que redistribuía o material a 800 emissoras de rádio e jornais do país. Tudo gratuito, tudo pela pátria, tudo pela democracia.

Um milhão de cópias da *Cartilha para o Progresso*, feita pelo IPES, exaltando os benefícios da Aliança para o Progresso do governo americano, foi encartada como suplemento da *Fatos & Fotos*, revista de grande circulação da Editora Bloch. Em janeiro de 1963, na Faculdade de Direito de São Paulo, 22 mil pessoas se reuniram durante uma semana para o I Congresso Brasileiro para Reformas de Base, uma resposta da elite econômica ao que se discutia no governo de Jango. Dali nasceram 80 propostas de diretrizes que redefiniam o país no plano político, social e econômico. Mais do que uma proposta para chegar ao poder, era um autêntico programa de governo organizado pelos grupos de estudo do IPES de Rio e São Paulo. Oficialmente promovido pelos jornais *Correio*

¹² WEINER, Tim. *Legado de cinzas. Uma história da CIA*. Rio de Janeiro: Record, 2008. p. 219.

da Manhã e *Folha de S. Paulo*, o congresso teve seus 23 documentos finais publicados pelo *Jornal do Brasil*.

Num país de elevado analfabetismo, os golpistas perceberam a importância do rádio e da nascente televisão. O IPES gastou 10 milhões de cruzeiros para produzir 15 programas de TV para três canais diferentes. Eram entrevistas de questionários preparados pela entidade, com jornalistas de confiança e gente selecionada para responder sobre reforma agrária, custo de vida, democracia. Estavam escaladas neste time algumas personalidades gaúchas como o senador Mem de Sá, os deputados Daniel Faraco, Egydio Michaelsen e Raul Pilla, o prefeito Loureiro da Silva e o arcebispo Dom Vicente Scherer. Em 1962, o IBAD operava diariamente mais de 300 programas de rádio no horário nobre das principais cidades do país. A rede de mais de 100 estações ligadas a ele formava a 'Cadeia da Democracia', sob o comando do senador João Calmon, dos Diários Associados, que tinha o cuidado de ir ao ar no mesmo horário das transmissões do líder trabalhista Leonel Brizola, que os derrotara um ano antes com a 'Cadeia da Legalidade'.

O maior produtor de filmes comerciais do país, Jean Manzon, foi contratado pelo IPES para produzir filmes como *Que é a democracia*, *Deixem o estudante estudar*, *Uma economia estrangulada*, *Criando homens livres*. Eram filmetes de 10 minutos, projetados antes do vibrante faroeste exibido nas matinês do interior do país, onde se espalhavam três mil salas de cinema. As cópias ficavam sob guarda de Luiz Severiano Ribeiro, o maior distribuidor e proprietário de salas do Brasil. Quando a plateia não aparecia, o cinema ia até o público. O IPES montou o projeto do 'cinema ambulante' em caminhões abertos e ônibus com chassis especiais, que percorriam favelas, bairros populares e cidades distantes. Era um mutirão democrático: a Mesbla fornecia os projetores, a Mercedes Benz emprestava os caminhões e a CAIO montava a carroceria dos ônibus.

O IPES jogava seu charme também sobre as mulheres. Custeava, organizava e orientava politicamente as duas organizações femininas mais importantes do país: a CAMDE, Campanha da Mulher pela Democracia, no Rio de Janeiro, e a UCF, União Cívica Feminina, de São Paulo. O MAF, Movimento de Arregimentação Feminina, na capital paulista, tinha 6 mil filiadas em São Paulo e era presidido por Antonieta Pellegrini, irmã de Júlio de Mesquita Filho, dono de *O Estado de S. Paulo* e um dos principais patronos do IPES. Com um rosário nas mãos e um afiado discurso anticomunista na língua, as donas de casa foram à luta para mobilizar as esposas de militares, sindicalistas e funcionários públicos. Mais de 50 mil cartas atulharam o correio dos parlamentares no Congresso, em Brasília. A primeira reunião da CAMDE no Rio realizou-se no auditório de *O Globo*, que garantia espaço no jornal e na rádio para a agitação das mulheres. E, apesar dos colares de pérolas, dos penteados elegantes e do ar de velhinhas recatadas, elas sabiam agitar. Em janeiro de 1964, ao saber de um iminente congresso da CUT da América Latina em Belo Horizonte, a LIMDE, Liga da Mulher Democrata, ameaçou invadir o aeroporto da Pampulha e deitar as militantes na pista para impedir a reunião subversiva. O encontro foi transferido para Brasília. Em fevereiro, quando Leonel Brizola passou por lá para defender as reformas, o auditório da Secretaria da Saúde na capital mineira foi invadido por um pelotão de mulheres, com o terço nas mãos, slogans contra o belzebu vermelho e orações para exorcizar o anticristo do PTB. Brizola teve que se calar, diante do tumulto e dos objetos voando pelo salão, num episódio conhecido como a 'Noite das Cadeiradas'.

No comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, em 13 de março, duas semanas antes do golpe, Jango mirou nas mulheres: 'Não podem ser levantados os rosários da fé contra o povo, que tem fé numa

justiça social mais humana e na dignidade das suas esperanças', discursou, ao lado da mulher, Maria Tereza. O IPES traduziu calculadamente o ato como uma bofetada nas mulheres e em Nossa Senhora. Uma semana depois, 19 de março, a UCF paulista reagiu no dia de São José, santo protetor da família, com uma marcha na Praça da Sé com cerca de 500 mil pessoas, uma multidão cinco vezes maior do que o comício da Central. Eram puxadas pela reza fervorosa do padre americano Patrick Peyton, financiado pelo IPES, e bradavam sua graciosa palavra de ordem: "Vermelho bom, só batom". O sucesso da "Marcha da Família com Deus pela Liberdade", que originalmente deveria se chamar "Desagravo ao Santo Rosário", inflamou o movimento. Marcaram outra, maior ainda, para o Rio de Janeiro em 2 de abril. Mas o general Olympio Mourão Filho sacou primeiro em Juiz de Fora, 48 horas antes da marcha do Rio. E o ato de protesto virou a "Marcha da Vitória": quase um milhão de pessoas, lideradas pelo CAMDE e pelo IPES, tomaram a Av. Rio Branco em transe cívico, pontuado por rezas e cânticos, para saudar a nova ordem vitoriosa e a queda de Jango.

Na medida em que avançava a conspiração, crescia a presença militar sobre a base parlamentar. Era hora de sair do discurso para a prática. O IBAD cede seu lugar de destaque para outra sigla – a ESG, da Escola Superior de Guerra, de onde provinha o núcleo fardado do golpe. O novo complexo IPES/ESG alinhava 330 oficiais, de maiores a generais de Exército, fazendo a ligação do mundo empresarial com os quartéis. Sempre sob a liderança de Golbery, lá estavam nomes que, mais tarde, fariam parte do poder revolucionário, como ministros ou até presidentes. Orlando Geisel, Mário Andreazza e Walter Pires formulavam planos com Castello Branco, Ernesto Geisel e João Figueiredo.

Um grupo que Dreifuss nomeia como 'Extremistas de Direita' tem como destaque o coronel (depois brigadeiro) João Paulo Moreira

Burnier, veterano da fracassada revolta de Aragarças no Governo JK. São definidos como fanáticos anticomunistas e a favor da modernização industrial conservadora. Curiosamente, o grupo era mais ligado ao jornalista Júlio de Mesquita Neto, expoente da 'linha dura' paulista que pregava uma forte mensagem anticorrupção e contra a esquerda. Com Mesquita estavam seu irmão Ruy e os deputados Roberto Abreu Sodré e Paulo Egydio Martins, depois governadores indicados pelos quartéis em São Paulo. Foi Burnier quem montou o plano de proteção ao Palácio Guanabara do governador Carlos Lacerda, no dia do golpe, onde se refugiaram figuras como o homem de TV Flávio Cavalcanti e o jornalista Hélio Fernandes, diretor do jornal lacerdista *Tribuna da Imprensa*.

No início de 1962 oficiais das Forças Armadas, falando em nome de um trio histórico de conspiradores – o marechal Denys, o almirante Heck e o brigadeiro Grun Moss –, foram a São Paulo para um encontro com Júlio Mesquita Filho, a quem entregaram um documento sobre as normas que iriam orientar o governo militar após a queda de Jango. O grupo, integrado pelos generais Cordeiro de Farias e Orlando Geisel, foi mais explícito com o dono do *Estadão*: o regime discricionário teria de ficar no poder por pelo menos cinco anos. Animado com a conversa, Mesquita chegou ao ponto de sugerir oito nomes para o futuro ministério revolucionário, incluindo entre eles Mem de Sá, Roberto Campos, Dario de Almeida Magalhães e Milton Campos. Todos os quatro chegaram lá. Com o jurista Vicente Rao, advogado da mineradora americana *Hanna*, Mesquita chegou a fazer o rascunho de um Ato Institucional para fechar Senado, Câmara e Assembleias e cassar mandatos – o mesmo instrumento de força que a ditadura anos depois faria seu jornal engolir com o AI-5, na forma de versos e receita de bolo.¹³

¹³ STACCHINI, José. *Março 64: a mobilização da audácia*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

"Até ali [o AI-5], nós vínhamos divergindo em caso e número, mas não em gênero, porque sabíamos que o processo tinha que ser aquele, achávamos que devia ser aquele", reconheceria anos depois Ruy Mesquita, irmão de Júlio e também diretor de *O Estado de S. Paulo*.¹⁴

A velocidade da conspiração dava maior desenvoltura e ousadia aos golpistas. Em abril de 1963 o comando do complexo IPES/IBAD enviou um convite aberto para uma reunião pública no estádio do Pacaembu. Cerca de 400 figuras importantes do movimento anti-Jango estavam lá. Uma outra reunião, mais reduzida, aconteceu horas depois no apartamento de Júlio Mesquita Filho, encarregado de coordenar o apoio aos ativistas através da mídia. No final de junho, o encontro no estádio evoluiu para um comício, conhecido como 'Convenção do Pacaembu'. Levaram sindicalistas e estudantes de onze estados, com uma plateia de quase 4 mil pessoas, todos conspiradores. Entre os líderes maiores, lá estavam os governadores Carlos Lacerda (Rio) e Adhemar de Barros (SP). A festa acabou produzindo um efeito decisivo sobre os militares, que se viram abertamente apoiados pelo que imaginavam ser um bloco de trabalhadores, estudantes e classe média. Era o povo, enfim, que lhes faltara no fiasco golpista de 1961.

No Rio Grande do Sul, quartel-general da maior concentração de tropas do Exército brasileiro e foco principal da resistência de Brizola na 'Campanha da Legalidade', dois terços da oficialidade já estavam engajados na rebelião. O deputado Peracchi Barcelos (PSD), coronel da Brigada Militar eleito pela lista do IPESUL, tratava de sublevar a força pública do estado. O general da reserva Armando Cattani organizava grandes fazendeiros no interior em unidades paramilitares que seriam acionadas na hora precisa. Tudo sob as bências do governador Ildo Meneghetti, membro ilustre da lista vitoriosa do complexo IPES/IBAD.

¹⁴VENTURA, Zuenir. *1968: o ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

Na dura expressão de René Dreifuss, "o IPES conseguiu estabelecer um sincronizado assalto à opinião pública" pela relação especial com os principais veículos da mídia nacional. Um de seus alvos centrais era Assis Chateaubriand – o dono dos Diários Associados, então a maior cadeia de imprensa do país, era mais poderoso que o Roberto Marinho do Sistema Globo, que floresceu depois do golpe. No início da década de 50, Chateaubriand foi citado pelo *The New York Times* como o *Cidadão Kane* brasileiro, versão tupiniquim do magnata americano William Randolph Hearst, que inspirou o filme clássico de Orson Welles e carimbou na primeira metade do século 20 a chamada 'imprensa marrom', formada por veículos sensacionalistas e de baixo padrão ético. O americano não era páreo para o brasileiro. Diante dos 28 jornais e 18 revistas de Hearst, Chateaubriand ostentava um rosário midiático de 34 jornais, 36 emissoras de rádio e 18 de TV integrantes da rede Tupi, a revista *O Cruzeiro* (a maior tiragem do país, 700 mil exemplares no auge dos anos 50, a mesma do lançamento de *Veja* duas décadas depois, em 1968¹⁵), uma revista mensal (*A Cigarra*), uma agência de notícias e várias revistas infantis.

Esperto e inimigo mortal de comunistas, Chateaubriand cravou seu diretor-geral, Edmundo Monteiro, num dos postos de comando do IPES carioca. Outro prócer da mídia, Octávio Frias, dono da *Folha de S. Paulo*, ingressou no IPES paulista. O empresário Herbert Levy, que mantinha os filhos operando dentro da conspiração, lançou o jornal *Notícias Populares* para conquistar o público de baixa renda. A coluna

¹⁵ *Veja* penou até se consolidar. A tiragem caiu para 500 mil na segunda semana, 300 mil na terceira, 150 mil na quarta, 100 mil na quinta. Durante 20 semanas, a revista não vendeu mais que 16 mil exemplares. Em 1972, a redação de São Paulo, sede da revista, tinha definhado de 46 para 10 repórteres. Apesar da censura prévia, *Veja* encontrou o tom para revelar os bastidores do regime militar. Acabou o ano superando a marca dos 100 mil exemplares, uma escalada de vendas que nunca mais parou. ALMEIDA, Maria Fernanda Lopes. *Veja sob censura: 1968-1976*. São Paulo: Jaboticaba, 2009. p.39-51.

política 'Seção Livre', assinada por Pedro Dantas (pseudônimo de Prudente de Moraes Neto), era publicada em *O Estado de S. Paulo* seguindo a cartilha ideológica do IPES. A escritora Nélida Piñon, secretária do IPES do Rio, ajudava também nos esforços de propaganda contra o governo.

A derrocada de Jango explodiu, com euforia, nos editoriais da grande imprensa:

"Multidões em júbilo na Praça da Liberdade. Ovacionados o governador do estado e os chefes militares. O ponto culminante das comemorações que ontem fizeram em Belo Horizonte, pela vitória do movimento pela paz e pela democracia, foi, sem dúvida, a concentração popular defronte ao Palácio da Liberdade", comemorou o *Estado de Minas*.

"Desde ontem se instalou no país a verdadeira legalidade... A legalidade está conosco e não com o caudilho aliado dos comunistas... Aqui acusamos o Sr. João Goulart de crime de lesa-pátria. Jogou-nos na luta fratricida, na desordem social e na corrupção generalizada", atacou o *Jornal do Brasil*.

"Vive a nação dias gloriosos. Porque souberam se unir todos os patriotas [...] para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, o Brasil livrou-se do governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para os rumos contrários à sua vocação e tradições... Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegem de seus inimigos", agradeceu *O Globo*.

"Escorraçado, amordaçado e acovardado, deixou o poder como imperativo de legítima vontade popular o Sr. João Belchior Marques Goulart, infame líder dos comunos-carreiristas-negocistas-sindicalistas. Um dos maiores gatunos que a história brasileira já registrou, o Sr. João

Goulart passa outra vez à história, agora também como um dos grandes covardes que ela já conheceu", tripudiou a *Tribuna da Imprensa*.

O apoio da mídia a 1964 foi quase unânime no país, até por suas ligações ideológicas e operacionais com os mentores do complexo IPES/IBAD. Com exceção da *Última Hora* de Samuel Wainer, fiel até o fim a Jango e ao PTB que financiou seu jornal, todos os grandes veículos foram ostensivamente partidários do golpe, antes e depois. Pelo menos até a ruptura violenta do AI-5, que transformou velhos companheiros em vítimas da violência.

Em alguns casos, mais do que apoio da mídia, houve adesão ao novo regime, chegando ao extremo da colaboração. Essa tese explosiva, que remete ao abjeto colaboracionismo do governo títere de Vichy com as tropas de ocupação de Hitler na França, é levantada pela pesquisadora Beatriz Kushnir, autora de um trabalho inquietante, pouco comentado, publicado pela Boitempo Editorial em 2004: *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. Trabalhando em cima do arquivo do Departamento de Censura e Diversões Públicas do regime e do material da Academia Nacional de Polícia, que treinava os censores, Kushnir avançou uma grave conclusão: "A maioria da grande imprensa colaborou com o regime. Quando digo 'colaborou', quero dizer que foi mais que um pacto. Eles se engajaram mesmo".¹⁶ Ela explica melhor o título de seu livro: "Os jornalistas e donos de jornal, ao apoiar os governos militares naquele momento, optaram por estar ao lado do poder, se tornaram tanto agentes como vítimas dessa autocensura. Permanecer no palco das decisões era mais importante que a busca e a publicação da verdade. Por isso, esses jornalistas colaboracionistas são aqui vistos como cães de guarda".¹⁷

¹⁶ KUSHNIR, Beatriz. A estreita união entre imprensa e ditadura. *Portal Vermelho*, entrevista a André Cintra, 22 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

¹⁷ KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 48.

Dos anos 50 até a Constituição de 1988, ela apurou, o Brasil teve 220 censores, com a missão de percorrer todo o país para checar jornais, revistas, as artes e a propaganda. Havia jornais, diz Kushnir, que declaradamente optaram por uma posição cínica, defendendo nos anos 70 uma "censura inteligente", feita por profissionais política e intelectualmente mais bem preparados. Era o tempo da censura transmitida por telefones e bilhetinhos, apócrifos, já que nenhuma lei autorizava a violência. A origem dos recados, o Serviço de Informação do Gabinete (Sigab) do ministro da Justiça, bastava para impor a ordem. Sem a autocensura, a alternativa era a censura prévia.

Assustados com a zoeira anticomunista, setores da sociedade cobravam do governo mais rigor no controle da mídia. Em 1972, um certo 'Movimento de Recuperação da Juventude Brasileira' enviou ao Ministério da Educação um apelo para endurecer a censura. A divisão de segurança do MEC repassou a proposta à Polícia Federal. Para demonstrar sua tese da colaboração, a pesquisadora usa o exemplo da *Folha de S. Paulo*. O jornal de 1962 que tinha o editor Octávio Frias como membro militante do IPES e da conspiração é o mesmo jornal de 2009 que tem o editor Octávio Frias Filho pilotando um editorial onde a ditadura de 64 ganhava o honroso neologismo de 'ditabrand'.

O objeto de estudo de Kushnir é um diário do Grupo Frias, a *Folha da Tarde*, que mudou de lado dramaticamente com a edição do AI-5. Até 1968, era um jornal de esquerda, mais inquieto, que concordava diretamente com o irmão mais novo do *Estadão*, o *Jornal da Tarde*. No comando da redação estava um jornalista egresso da *Última Hora* janguista, Jorge Miranda Jordão, que tinha sob seu comando alguns jornalistas ligados à Ação Libertadora Nacional (ALN), grupo da luta armada liderada por Carlos Marighella. O advento do AI-5 deixou o ar

irrespirável, como advertia a previsão do *JB*. Houve uma limpeza na redação, e, a partir de julho de 1969, a *Folha da Tarde* converteu-se num jornal que o jornalista Cláudio Abramo resumiu numa palavra: "sórdido". Os antigos militantes de esquerda foram substituídos por policiais que escreviam, mantendo até o duplo emprego entre redação e repressão. Frias botou no lugar de Jordão um jornalista especializado em cobertura policial, Antônio Aggio Jr. "Ele veio de Santos e trouxe dois companheiros, um deles com forte influência nas forças de repressão", diz Kushnir. Um jornalista da editoria de 'Mundo' cumpria dupla jornada: trabalhava à tarde no jornal e, de manhã, no DOPS (Departamento de Ordem Política e Social), comandado pelo delegado Sérgio Fleury, o mais ilustre nome da máquina de tortura brasileira. "Muitos jornalistas andavam armados na redação. O Aggio mesmo circulava com uma maleta em forma de violino. Era uma carabina turca", acusa Kushnir. (Ela está sendo processada na Justiça por estas denúncias, que Aggio rebate.)

Por tudo isso, a *Folha da Tarde* paulista era conhecida como "o jornal de maior tiragem" – uma piada lúgubre sobre a taxa de 'tiras' (policiais) que infestavam sua redação, também conhecida como 'delegacia'. Com acesso privilegiado ao poder, o jornal sabia antes dos outros sobre o que acontecia nos porões da ditadura. Kushnir lembra que os militantes da esquerda presos pela ditadura morriam antes nas páginas do jornal: em 17 de abril de 1971, a *Folha da Tarde* anunciou em primeira mão o fim do matador do industrial dinamarquês Henning Albert Boilesen, 55 anos, naturalizado brasileiro e alto executivo do Grupo Ultra. "Morto o assassino do industrial Boilesen", dizia a manchete, horas antes do metalúrgico Joaquim Alencar de Seixas, codinome Roque, aparecer morto nas celas do DOI-CODI do II Exército. Como a maioria da grande imprensa, diz Kushnir, o jornal de Frias engolia a versão policial de que Roque morrera vítima de uma troca de tiros na rua.

Na ótica da guerrilha, Boilesen fora 'justiçado', como financiador do aparato repressivo reunido em torno da OBAN (Operação Bandeirantes) que integrava militares e o DOPS no combate à guerrilha. Ele foi morto em 15 de abril em seu Ford Galaxie, numa rua de São Paulo, por guerrilheiros de dois grupos de esquerda – a Ação Libertadora Nacional (ALN) de Carlos Marighella e o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT). Era um ilustre membro do IPES que construiu o golpe, nos dez anos anteriores. Era alto dirigente do Ultra, um dos maiores grupos petroquímicos do país (faturamento em 2006 de R\$ 5 bilhões e lucro de R\$ 230 milhões), com destaque para a Ultragás, líder na distribuição de gás de cozinha e presidida por Boilesen. No início da década de 60, Pery, o filho do fundador do Grupo Ultra, Ernesto Igel, aproximou-se de dois nomes fundamentais para seus negócios petroquímicos: Hélio Beltrão e Ernesto Geisel, dois nomes influentes do IPES e da conspiração.

"Pery Igel era intuitivo, arrojado", lembrava o empresário Olavo Monteiro de Carvalho, presidente do grupo Monteiro Aranha, que testemunhou seu entusiasmo pela nova ordem militar. Igel deu todo o gás ao golpe. Uma de suas empresas, a Supergel, abastecia os órgãos da repressão com marmitas de comida congelada, e a Ultragás de Boilesen, suspeita-se, teria emprestado caminhões de sua frota a órgãos de segurança.¹⁸ Por pouco Igel não teve a mesma sorte de seu executivo Boilesen, que segundo a lenda tinha como distração visitar os porões da OBAN para ver os torturadores em ação. Em abril de 2009, Carlos Eugênio Paz, o chefe do GTA (Grupo Tático Armado) da ALN, a temida ala militar da organização de Marighella, confirmou: "A ALN tinha conhecimento de vários financiadores da OBAN. Entre eles

¹⁸CASTANHEIRA, Joaquim. A química de Paulo Cunha. *Isto é Dinheiro*, São Paulo, 8 nov. 2006.

estavam o sr. Frias, presidente do Grupo Folha, o presidente da Ultragas, Henning Albert Boilesen, o presidente do Grupo Ultra, Pery Igel, o presidente do Bradesco, Amador Aguiar, e o presidente da FIESP, Theobaldo de Nigris, que cedia a sede da Federação das Indústrias de São Paulo para reuniões de arrecadação de fundos. Havia provas cabais e contundentes".¹⁹

Era comum, também, a versão sobre a colaboração material que o Grupo Folha dava à repressão naqueles tempos irrespiráveis. As peruas Chevrolet C-14, da frota que transportava jornais para as bancas, muitas vezes foram usadas para levar ou trazer gente torturada na OBAN. Paz, o chefe do GTA, reforça: "A ALN queimou vários carros da *Folha* como represália à participação do Grupo Folha no financiamento da repressão e ao uso de seus carros na repressão direta. Ao fazer isso, atuando na guerra, o Grupo Folha era passível de sofrer as sanções e as represálias da guerra. O Grupo Folha apoiou o golpe de estado, financiou, participou diretamente da repressão e jamais fez autocrítica disso".²⁰

Em 18 de abril de 2009, Beatriz Kushnir lembrava alguns desses detalhes constrangedores no Memorial da Resistência em São Paulo, num auditório com 150 pessoas ali reunidas para debater o papel da mídia na democracia e na ditadura. Dez presentes da plateia pediram a palavra, três reafirmaram terem sido conduzidas aos centros de tortura em peruas do Grupo Folha. Rui Veiga, jornalista e ex-presidiário político, fez uma acusação ainda mais grave: "Um repórter da *Folha* acompanhou meu transporte da OBAN até o DOPS e me aconselhou a não esconder nada, a colaborar com o regime", denunciou.

¹⁹PAZ, Carlos Eugênio. Entrevista a Rodrigo Vianna. *O Escrevinhador*. 17 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.rodrigovianna.com.br>>. Acesso em: 19 set. 2009.

²⁰Ibid. Acesso em: 7 abr. 2009.

No Rio Grande do Sul, nunca se soube de tal envolvimento material. Mas sobraram conivência e complacência da imprensa gaúcha com o golpe, antes e depois de 1964. A razão é simples. O alinhamento dos jornais com a conspiração e com o regime militar era natural. O *Diário de Notícias*, de Chateaubriand, tinha orientação do dono para bater no governo e apoiar a oposição empresarial e militar. *Zero Hora* já nasceu depurada e lavada ideologicamente em 4 de maio de 1964, um mês e quatro dias depois do levantamento militar do general Olympio Mourão. Herdou as máquinas e a antiga sede na Rua Sete de Setembro, no centro de Porto Alegre, do jornal *Última Hora*, mas livrou-se rapidamente do logotipo, da cara e da comprometedora fidelidade ideológica de seu antecessor nas bancas e de seu dono no expediente, Samuel Wainer.

Amigo pessoal de Getúlio Vargas e ex-repórter do conspirador Chateaubriand, Wainer arrumou dinheiro do Banco do Brasil, na volta do getulismo ao poder, e fundou em 1955 a edição da *Última Hora* no Rio de Janeiro. Tinha um nobre propósito, segundo seu fundador: "Romper com a formação oligárquica da imprensa brasileira e dar início a um tipo de imprensa popular e independente". O jornal conquistou novos leitores na área trabalhista e sindical e cresceu. Em 1961, quando Jango chegava ao poder e o IPES nascia para derrubá-lo, a *UH* de Wainer era uma vibrante, crescente e ágil rede nacional diária que, além de Rio e São Paulo, já publicava edições simultâneas em outros nove centros importantes do país – Belo Horizonte, Recife, Niterói, Curitiba, Campinas, Santos, Bauru, a emergente região sindical do ABC paulista (Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano) e, finalmente, Porto Alegre. Na capital do Rio Grande do Sul, berço de Getúlio, Jango e Brizola e centro da resistência mais forte ao golpe, circulava a edição mais

jacobina da rede de jornais de Samuel Wainer.²¹ Era natural, portanto, que herdasse também todos os inimigos e a santa ira da nova ordem militar.

A *UH* de Porto Alegre sentiu o golpe, literalmente. Tentou manter a linha editorial e o sonho de uma resistência de Jango ao levante militar até o dia 5 de abril. Resfolegou numa impossível neutralidade por mais três semanas e, afinal, sucumbiu em 25 de abril do ano da graça de 1964. O diretor da edição gaúcha, Ary de Carvalho, ainda procurou manter a equipe, a marca e a estrutura do velho jornal. Viajou ao Rio, para uma conversa de negócios com Wainer, então exilado na Embaixada do México. Carvalho fez a proposta, e Wainer topou vender as máquinas de escrever, as oito máquinas fotográficas, as quatro lambretas, os dois carros e o arquivo de fotos – mas não aceitou vender o título do jornal.²²

Wainer mandou fechar o jornal. Com outros três empresários, Carvalho comprou máquinas e equipamentos da redação, segurou alguns membros da equipe e tratou de fundar um novo diário em maio de 1964. Pediu ao chefe da diagramação, o argentino de nascimento Aníbal Bendatti, uma logomarca para o novo jornal – "parecida, mas diferente da *Última Hora*".²³ Bendatti datilografou a palavra *Zero Hora*, ampliou os tipos da máquina de escrever, livrou o título antigo do retângulo e cravou a nova marca num quadrado comportado. Preservou apenas o azul dos velhos tempos na cara do diário que já nascia simpático ao regime de 1964. A simpatia dos conspiradores foi ainda maior.

Ary de Carvalho trazia ligações de família decisivas desde Birigui, cidade do interior paulista onde se iniciou em 1926 a carreira de sucesso de um antigo *office-boy* de uma agência local do Banco Noroeste

²¹ BARROS, Jefferson. *Golpe mata jornal. Desafios de um tablóide popular numa sociedade conservadora*. Porto Alegre: Já, 1999. p. 156.

²² Morre o jornalista e empresário Ary de Carvalho. *O Dia*, Rio de Janeiro, 4 jul. 2003.

²³ BARROS, op. cit., p. 158.

chamado Amador Aguiar. Décadas depois, Aguiar tinha um emprego novo e o seu próprio banco, o Bradesco, ambos engajados de corpo e alma no projeto golpista do IPES. Nada mais natural, assim, do que ajudar o velho amigo de um jornal que já nascia amigo dos vitoriosos de abril de 64. Com o dinheiro do Bradesco, Carvalho livrou-se dos antigos sócios e cresceu. Ganhou anos depois um novo parceiro, o radialista Maurício Sirotsky, que em 1962 criara a TV Gaúcha, então filiada à Rede Excelsior. Juntos compraram em Chicago, EUA, a moderna máquina de impressão em *off set* que tornou a *Zero Hora* o segundo jornal do país a adotar a novidade (o primeiro tinha sido a *Folha de S. Paulo* de Frias).

O esforço fez o jornal cambalear financeiramente, e, em abril de 1970, seis anos após o golpe, Carvalho vendeu as ações que tinha ao sócio e retirou-se para o Rio de Janeiro. Sirotsky, agora o único dono de *Zero Hora*, fizera em 1965 um movimento tático decisivo: trocou a Excelsior pela Globo de Roberto Marinho, a organização jornalística que mais cresceria sob a ditadura. No vácuo deste sucesso nasceu, cresceu e apareceu a RBS, a Rede Brasil-Sul de Sirotsky, hoje o grupo de mídia mais poderoso do sul do país, nascido dos escombros da *Última Hora* esmagada pelos tanques de 64.

Até aparecer a RBS, a empresa jornalística mais influente e rica do Rio Grande do Sul era a Caldas Júnior, que editava o jornal mais importante do estado, o *Correio do Povo*, operava a rádio mais ouvida, a Guaíba, e mantinha um vespertino de larga penetração, a *Folha da Tarde*. Atravessou sem sobressaltos a turbulência de 1964 porque era uma empresa conservadora, mantida sob o rígido controle de seu dono, Breno Caldas. Tinha apenas 25 anos quando assumiu o jornal, em 1935. O pai, fundador do *Correio do Povo* meio século antes, morrera prematuramente aos 45 anos, em 1913, mergulhando a empresa numa crise financeira que durou até a chegada de Breno Caldas.

Breno Caldas cultivava uma previsível hostilidade contra as reformas de base de João Goulart e antipatia ainda maior contra o cunhado do presidente, Leonel Brizola – que na crise de 1961 requisitou a sua rádio Guaíba para montar em torno dela a 'Rede da Legalidade' que brecou o golpe militar e garantiu a posse de Jango.

Nos idos de 1962, o líder do IPES carioca José Luiz Moreira de Souza, dono da Denison Propaganda, viajou a Porto Alegre para botar a Caldas Júnior no balaio da conspiração. Ganhou as graças de Arlindo Pasqualini, irmão de Alberto, ideólogo do trabalhismo que o IPES combatia. Arlindo, diretor da *Folha da Tarde* e o sucessor natural do dono da empresa, Breno Caldas, recebeu a missão de produzir uma série de artigos contra Leonel Brizola, que já não tinha a simpatia da casa desde a Campanha da Legalidade do ano anterior.²⁴

A animosidade cresceu no governo Jango. Brizola pegou gosto pelo microfone e batia regularmente em Breno Caldas às sextas-feiras, no seu programa noturno na rádio Farroupilha, que curiosamente fazia parte da rede dos Diários Associados do golpista Chateaubriand. O ex-governador adotava um tom coloquial e direto ao falar na rádio: "Dr. Breno, eu sei que o senhor está me ouvindo aí no seu iate ancorado no Guaíba...". A chicotada vinha em seguida: "O *Correio do Povo*, que já foi jornal do povo, hoje não é. Agora é um órgão da oligarquia, dos monopólios, dos trustes internacionais...", batia Brizola.²⁵ A resposta vinha na primeira página da *Folha da Tarde*, nos artigos assinados por seu diretor, Arlindo Pasqualini, o homem do IPES dentro da Caldas Júnior. Como bom fazendeiro e criador de cavalos, Breno tinha afinidades campeiras com Jango, a quem chamava por "tu", expressão de intimidade

²⁴ DREIFUSS, op. cit., p. 233.

²⁵ PINHEIRO MACHADO, José Antônio. *Breno Caldas. Meio século de Correio do Povo. Glória e agonia de um grande jornal*. Porto Alegre: L&PM, 1987. p. 72.

entre gaúchos. (Para manter a distância, Breno sempre tratava Brizola pelo ceremonioso "doutor"). Quando o golpe aconteceu, acabaram as cerimônias.

No editorial da primeira edição do jornal, no longínquo 1º de outubro de 1895, Caldas Jr. tinha definido um lema e uma linha para o jornal que se tornaria centenário: "Independente, nobre e forte – procurará sempre sê-lo o *Correio do Povo*, que não é órgão de nenhuma facção partidária, que não se escraviza a cogitações de ordem subalterna." Nos primeiros editoriais após o golpe de 1964, o jornal abandonou sua histórica divisa, aderiu à facção vitoriosa e adotou uma postura subalterna à nova ordem militar. E escancarou seu apoio em editoriais didáticos para explicar por que os revolucionários de 31 de março estavam certos: "Aquele era o único caminho para salvar o Brasil", dizia o jornal que se anunciava independente, nobre e forte, fazendo coro com a grande imprensa golpista do centro do país.²⁶

Falando, Breno Caldas tentava matizar o que era mais explícito nos editoriais. Em 1987, dois anos antes de morrer, em entrevista ao jornalista José Antônio Pinheiro Machado, ele reconhecia: "A Revolução de 1964, de certo modo, contou com a nossa participação, ou pelo menos com a nossa simpatia. O pessoal que foi ao poder em 1964... não é que fosse ligado a nós – não tínhamos ligações políticas com ninguém –, mas eram pessoas afinadas conosco, estávamos no mesmo caminho. Quando houve a tal conspiração do Castello Branco, eu não sabia de nada oficialmente. Até que o general Adalberto Pereira dos Santos, que comandou o movimento por aqui, fez um contato comigo, me disse que a situação era crítica, que iria acontecer alguma coisa. 'Fique atento a uma manifestação do general Castello Branco', me disse ele".²⁷

²⁶GALVANI, Walter. *Um século de poder: os bastidores da Caldas Júnior*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995. p.411.

²⁷PINHEIRO MACHADO, op.cit., p.78.

A intimidade de Breno Caldas com o regime militar tinha uma explicação cavalar. Dono do Haras do Arado, um dos mais qualificados do estado, nas redondezas de Porto Alegre, Breno ganhou fama como renomado criador de cavalos puro-sangue inglês de corrida, entre eles *Estensoro*, o maior campeão da história do turfe gaúcho. O general Costa e Silva, primeiro ministro do Exército da ditadura e sucessor de Castello Branco na presidência, adorava corridas de cavalo – e sempre conversava com Breno sobre o assunto. Quando o filho de Breno, Francisco Antônio, prestou o serviço militar, foi requisitado por Costa e Silva, então comandante da III Região Militar de Porto Alegre, para ser seu motorista particular. "A ideia do Costa e Silva não era se aproximar do *Correio do Povo*, mas sim ter por perto alguém ligado ao turfe!...", desconfiava Breno, orgulhoso porque o filho era um soldado raso que almoçava na mesa generosa do poderoso general e de sua mulher, dona Yolanda Costa e Silva. O chefe do Estado-Maior do III Exército, na época, era outro amante de cavalos: o general Emílio Garrastazu Médici, futuro comandante da tropa no sul e sucessor de Costa e Silva no Planalto.

Estas equinas relações de amizade não ajudaram Breno Caldas a evitar os arreios da censura. Em 1972, quatro anos após a edição do AI-5, *O Estado de S. Paulo* que ajudara a montar o golpe vivia sob forte censura, que o obrigava a cobrir os espaços em branco com versos de Camões. O regime não permitia a exposição da censura e disparava cortes por telefones ou bilhetinhos, sem assinatura, ordens atribuídas ao ministro Alfredo Buzaid, da Justiça. Em 19 de setembro de 1972, a redação do *Estadão* recebeu outro papelucão proibindo "a publicação de notícias, comentários, entrevistas ou críticas de qualquer natureza sobre a abertura política ou democratização, ou assuntos correlatos, anistia a cassados ou revisão parcial dos seus processos, críticas ou comentários ou editoriais

desfavoráveis sobre a situação econômico-financeira ou problema sucessório e suas implicações". Apenas isso, nada além disso.

O diretor do *Estadão*, Ruy Mesquita, perdeu a paciência com os velhos companheiros de conspiração de 1964 e disparou um telegrama violento para Buzaid: "Sr. Ministro, ao tomar conhecimento dessas ordens emanadas de V.Excia., o meu sentimento foi de profunda humilhação e vergonha. Senti vergonha pelo Brasil, degradado à condição de uma república de Uganda qualquer por um governo que acaba, de forma incrível, de decretar o ostracismo dos próprios companheiros de Revolução, que ocuparam ontem os cargos em que se encontram hoje, e não cogitam cinco minutos do julgamento da História. O senhor, Ministro, deixará de sê-lo um dia. Todos os que estão hoje, no poder, dele baixarão um dia, e, então, Sr. Ministro, como aconteceu na Alemanha, na Itália ou na Rússia, o Brasil ficará sabendo a verdadeira história deste período, em que abandonaram os rumos traçados pelo seu maior líder, marechal Castello Branco".

O petardo de Mesquita foi lido da tribuna do Senado pelo líder da oposição, o senador Franco Montoro, do MDB paulista. Foi contestado pelo líder governista, o senador Filinto Müller, ex-chefe de polícia da ditadura do Estado Novo getulista: "Não há nenhum ato ou documento do Ministério da Justiça disciplinando as matérias publicáveis nos jornais do país", mentiu o líder da ARENA, alegando que notícias de censura eram "campanha organizada para perturbar a vida pública brasileira". O *Correio do Povo* queria publicar esta notícia, com a denúncia da oposição e a mentira do governo, numa nota discreta na página 8, em duas colunas enxutas na edição festiva de 20 de setembro, data de mais um aniversário da Revolução Farroupilha. A Revolução de 64 sacou primeira.

Na véspera do feriado dos farrapos, na tarde de terça-feira, 19 de setembro, adentrou a redação do *Correio do Povo* um jovem de cabelos compridos e encaracolados, grossas costeletas emoldurando um par de óculos grande e de armação pesada, que contrastava com o sorriso simpático. Poderia ser um frequentador retardatário do festival *hippie* de Woodstock, não fosse o traje de sempre, terno escuro e gravata, e a mensagem habitual da censura. Roque Gilberto Chedid desviou-se ao final do curso de Direito para a rotina torta da Delegacia de Censura da Polícia Federal no sul. Ele só se materializava pessoalmente em graves ocasiões. Preferia sempre se manifestar pelo telefone, mais discreto e imperceptível. Sua voz, educada e um tanto constrangida, atingia a *Zero Hora* pelo ouvido sensível de Lauro Schirmer, diretor de redação entre 1970 e 1990, a quem cabia ouvir as ordens inoportunas e castradoras da ditadura.

O jornalista Elmar Bones da Costa, gaúcho de Santana do Livramento, lembra bem de Chedid. De volta a Porto Alegre em 1972, após uma passagem por *Veja* em São Paulo, ele acabava de assumir a chefia de redação da *Folha da Manhã*, o jornal mais novo e rebelde da pacata Caldas Júnior. O ex-motorista de Costa e Silva, Francisco Antônio, filho de Breno, tentava uma última cartada para salvar o jornal, que agonizava com uma rala redação de duas dezenas de jornalistas e uma tiragem minguada de sete mil jornais. Junto com Elmar vinha da capital paulista um respeitado repórter da revista *Realidade*, José Antônio Severo, gaúcho de Caçapava do Sul, que assumiria a direção da *Folha da Manhã* em sua fase mais brilhante. Conta Elmar:²⁸

Havíamos decidido também não aceitar censura por telefone. Nos primeiros meses não houve problema, não tivemos notícia do censor. No final de 1972, talvez por causa do

²⁸ Depoimento ao autor em 3 set. 2009.

embate pela sucessão do general Médici, a censura recrudesceu. Um dia fui comunicado pela direção que um agente da Polícia Federal viria à redação com orientação sobre assuntos que não deveriam ser noticiados.

Apresentou-se, então, um jovem estudante de Direito, simpático, compreensivo, um tanto sem jeito. Chamava-se Roque Chedid. Disse que cumpria ordens e revelou total inexperiência no assunto. Expliquei que, por princípio profissional, eu era contra qualquer censura, mas que era empregado e a orientação da empresa era acatar as determinações. Falei da nossa orientação de não aceitar censura por telefone, até para evitar trotes, e ele concordou. Ele disse que não iria interferir na redação, nem ler matérias, nem nada. Viria apenas quando houvesse algum assunto proibido.

E passou a comparecer periodicamente. Uma ou duas vezes por semana ele aparecia. Não trazia ordens escritas, nem determinações detalhadas. Puxava um papelzinho do bolso e lia o que estava anotado, geralmente apenas o tema a ser suprimido. Por exemplo: "Protestos e manifestações de rua no Rio e em São Paulo". "Movimento de guerrilha no Araguaia". Muitas vezes, era ele que nos trazia a notícia, uma vez que a censura exercida na origem junto às agências de notícias que nos abasteciam com o noticiário nacional já suprimia os tais assuntos proibidos. Ele também não sabia direito do que se tratava. Lia o que estava anotado no papel.

Um dia, ele apareceu para proibir qualquer notícia sobre o incidente daquela manhã no Rio de Janeiro. Ninguém sabia do que se tratava. Chedid contou que eram os protestos pela presença na cidade do secretário de Estado de Nixon, William Rogers. Chedid nem sabia ao certo quem era. "É a visita do Rogers, Rogers..." Não conseguia lembrar do primeiro nome do visitante. Alguém da redação ajudou: "Ah, o Roy Rogers?". Ele agradeceu: "É, isso mesmo, o Roy Rogers", respondeu, sem atentar para a diferença entre o secretário americano e o velho herói dos filmes de faroeste. Assim era a nossa censura.

Como a minha mesa ficava no fundo, ele tinha que atravessar toda a redação e muitas vezes, quando o pessoal estava de bom humor, era saudado com uma salva de palmas quando se retirava. Ele saía ruborizado, constrangido.

De repente, assim como veio, Roque Chedid desapareceu. Nunca mais o vi. Há uns dois anos li uma notícia na Zero

Hora sobre sua aposentadoria como desembargador ou algo assim. A nota de poucas linhas não mencionava a sua experiência como censor.

Naquela terça-feira de setembro de 1972, a grave missão de Chedid exigia sua presença na redação do *Correio do Povo*. Exasperado como Ruy Mesquita, Breno Caldas reagiu à proibição de publicar o telegrama do diretor do *Estadão*. Ele engrossou a voz e pediu a ordem de censura por escrito. Chedid insistiu com o recado verbal, mas não adiantou. Breno saiu do jornal à noite, deixando uma determinação clara ao chefe de redação, Adail Borges Fortes:

— Se não vier a ordem escrita, vamos publicar!

O impensável iria acontecer. O provento e conservador *Correio do Povo* batendo de frente com o regime militar. Chedid alertou o comando gaúcho da Polícia Federal, que repassou a notícia espantosa a Brasília. E o governo do general Médici, que tinha o gaúcho Carlos Fehlberg como seu secretário de imprensa, deu a ordem final:

— Apreendam!

A tropa de choque do Exército cercou o jornal, na Rua Caldas Júnior, esperando o jornal sair da boca das rotativas, a partir das 4h da madrugada. O comandante da operação queria que a edição apreendida fosse transportada nos caminhões do próprio jornal até a sede da Polícia Federal, na avenida Paraná. Breno Caldas vetou a proposta indigna, e os militares tiveram que requisitar caçambas que trabalhavam no cais do porto, a três quadras de distância, para cumprir a missão da censura. Para não perder a viagem, os militares levaram, junto com o *Correio do Povo*, a edição da quarta-feira, 20 de setembro, da *Folha da Manhã* de Severo e Elmar, que também publicava o telegrama maldito de Ruy Mesquita. A rara trombada com o regime e a brava reação de Breno Caldas é uma

exceção que confirma a regra de plácida convivência da imprensa gaúcha com a censura e a consequente autocensura, que nivelava tudo por baixo.

Seis anos depois já se falava em abertura, em anistia, e não havia mais censura prévia – mas o fantasma da autocensura ainda sobrevoava gabinetes ilustres da imprensa gaúcha em 1978. Uma norma não escrita da mídia do Rio Grande diz que, onde há gaúcho, tudo fica mais importante e prioritário. Um terremoto no Cazaquistão ganha a primeira página, por exemplo, se existe gaúcho entre as vítimas.

Este dogma foi atropelado impiedosamente no caso do sequestro dos uruguaios Universindo Díaz, Lilán Celiberti e seus dois filhos, Camilo e Francesca, em novembro de 1978 em Porto Alegre. Era uma incursão binacional do Brasil e Uruguai no âmbito da Operação Condor, o 'Mercosul do Terror' engendrado pelas ditaduras que infestavam o Cone Sul na década de 70. O jurista francês Jean Louis Weil passou uma semana na capital gaúcha investigando o caso e, pouco antes do deixar o país, deu uma contundente entrevista coletiva no Rio dando nomes aos bois – os militares uruguaios e os policiais brasileiros envolvidos no sequestro. O delegado gaúcho Pedro Seelig, apontado por Weil, era a mais reluzente estrela da repressão no sul. Merecia, portanto, todas as manchetes que sua condição de filho da terra lhe garantia. O que aconteceu acabou sendo uma página vergonhosa de submissão da imprensa gaúcha ao aparato repressivo da ditadura, um caso explícito de autocensura que eu retrato no meu livro.²⁹

No aeroporto do Galeão, Jean Louis Weil falou à imprensa na segunda-feira, 11 de dezembro. O francês identificou os autores do sequestro nos dois lados da fronteira. A sigla de lá que ninguém ainda conhecia aqui era o OCOA, *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas*. A de cá era o velho DOPS de guerra. Weil denunciou o

²⁹CUNHA, op. cit., p.143-152.

nome do militar uruguai a quem estava subordinado o OCOA, o general Amaury Prantl. E apontou o chefe brasileiro do sequestro: o notório delegado Pedro Seelig, um gaúcho famoso o bastante para garantir qualquer manchete na imprensa local.

No dia seguinte, terça-feira, 12 de dezembro, os jornais da província reagiram com exagerada cautela à acusação contra o temido Seelig. Inexplicavelmente suprimiram do texto da matéria o nome do delegado gaúcho denunciado pelo jurista francês. Precavidos, os jornais de Porto Alegre se eximiram de responsabilidade, identificando a Agência Jornal do Brasil (*AJB*) como a fonte da notícia em que os nomes pareciam mais constrangedores do que os fatos.

Na Caldas Júnior, nenhum de seus três jornais publicou a grave acusação de Weil. O principal jornal do trio, o *Correio do Povo*, publicou uma nota envergonhada no meio do noticiário de polícia, na página 5, com uma manchete que escondia mais do que revelava: "Advogado francês denunciou as autoridades responsáveis". Teve o cuidado de não dar no texto nenhum nome brasileiro. Disse que o sequestro tinha sido realizado por um comando do OCOA uruguai, "comandado pelo general Amaury Prantl, com a participação de policiais brasileiros do DOPS de Porto Alegre". O mesmo embuste foi cometido pelos outros dois jornais da casa, a *Folha da Manhã* e a *Folha da Tarde*. Só 48 horas depois, na quarta-feira, 13, o vespertino atreveu-se a escrever o nome do delegado, em uma notícia sob outra manchete camuflada na página interna: "Sequestro. Advogado faz novas acusações contra os integrantes da polícia gaúcha".

No texto acovardado da *Folha da Tarde*, o nome de Seelig só aparece no sexto parágrafo. Ainda assim dedica quatro linhas à acusação e quinze à defesa do delegado, em que ele mesmo desdenha da denúncia. O jornal *Zero Hora* teve um tropeço ainda mais visível na edição de terça-

feira, 12. Estampou sua falta de coragem na primeira página, com uma manchete igualmente medrosa: "Advogado francês acusa general uruguai o pelo sequestro". O surdo e cego editor do jornal não ouviu nem leu o nome de Seelig na denúncia.

O tal general "teria contado com o auxílio de policiais brasileiros", desinformava o vago subtítulo do jornal. Lá dentro, em matéria secundária da página central, *Zero Hora* continuava escondendo a informação essencial sobre o nome do primeiro agente brasileiro denunciado. A coragem que sobrou para identificar o general Prantl faltou vergonhosamente na hora de nomear Seelig. Era a segunda vez que *Zero Hora* tropeçava clamorosamente diante do sequestro.

Treze dias antes, na noite de quarta-feira, 29 de novembro, o jornal tinha nas mãos um material explosivo: o depoimento de Camilo, o garoto de oito anos, filho de Lilián Celiberti, apontando o prédio do DOPS gaúcho como seu local de cativeiro na capital. Era um material exclusivo enviado de Montevidéu pelos repórteres da Agência CooJornal, da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre. A reportagem havia sido comprada também por outros dois jornais, um paulista e outro brasiliense. O editor-chefe do jornal, Carlos Fehlberg, secretário de Imprensa do Palácio do Planalto no governo Médici (1969-1974) – o período mais truculento e repressivo da ditadura –, só baixou a reportagem para a oficina com uma insólita ressalva na abertura do texto:

Esta matéria, redigida pelo repórter Tomás Pereira, da CooJornal, está sendo publicada hoje simultaneamente nos jornais Folha de S. Paulo e Jornal de Brasília.

Não adiantou nada. Durante a madrugada a reportagem desapareceu misteriosamente na boca da rotativa. Foi substituída na manhã seguinte, quinta-feira, 30, por explicações pouco convincentes do

editor-chefe aos irritados editores da redação. O leitor gaúcho, ao contrário dos outros brasileiros que leram jornal naquele dia, não ficou sabendo que sua própria polícia estava envolvida no sequestro binacional. A notícia só saiu na *Zero Hora* do dia seguinte, sexta-feira, 1º de dezembro, assim mesmo reverberando cautelosamente a reação no Legislativo gaúcho. "Debate na Assembleia sobre o envolvimento do DOPS no sequestro", dizia a cuidadosa chamada na primeira página do jornal. Jogava a denúncia na boca do deputado Waldir Walter, do MDB, "baseando-se em matéria publicada no jornal *Folha de S.Paulo*" – esclarecia o diário gaúcho, lavando as mãos com a própria incompetência jornalística.

Afinal, o jornal paulista tinha publicado sem ressalvas e sem medo a mesma reportagem da Agência CooJornal que a *Zero Hora* tinha comprado com exclusividade e esquecido na gaveta. Mais estranho ainda: Carlos Fehlberg era um jornalista experiente e um calejado editor político. Deixou a assessoria de imprensa do Planalto no final do governo Médici, em 1974, para assumir por 17 anos o comando do jornal que, sob sua chefia, tornou-se o mais importante do estado. Diante do sequestro, porém, ele parecia um iniciante.

Fehlberg voltou a tropicar feio em janeiro de 1979, quando a missão da OAB rastreava corajosamente o sequestro lá mesmo em Montevidéu. Dessa vez, a hesitação do editor-chefe foi denunciada por um subordinado direto, João Aveline, seu secretário de redação, que 20 anos depois revelou toda sua frustração num texto carregado de melancolia a partir do título: "A notícia não saiu. Velório na redação".³⁰

Aveline lembrava que, após um doloroso período de censura, os jornais se atiravam em cima do caso do sequestro como se quisessem

³⁰ AVELINE, João. *Macaco preso para interrogatório: retrato de uma época*. Porto Alegre: AGE, 1999. p. 64-65.

"recuperar o tempo perdido e ganhar a credibilidade dos leitores". Até o velho *Correio do Povo* disputava notícias, tanto que publicou um "furo de reportagem" com as andanças da comissão da OAB gaúcha na capital uruguaia. Outra vez, graças à ousadia do *CooJornal*, que tinha um repórter ao lado dos advogados para repassar suas reportagens aos jornais brasileiros. Fehlberg resolveu combater o concorrente da Caldas Júnior com suas próprias armas: mandou comprar, com exclusividade, o material do repórter Tomás Irineu Pereira. Era uma nova denúncia do *CooJornal*, a partir da identificação de outros policiais do DOPS pelos filhos de Lilián Celiberti. O texto e as três fotos foram comprados por *Zero Hora*, com exclusividade para o Rio Grande do Sul (o mesmo material seria publicado também no Rio e em São Paulo). Conta Aveline:

A edição estava quase fechando quando o estafeta da cooperativa chegou com a preciosíssima encomenda, que foi logo encaminhada à oficina pelas mãos do diretor do jornal, jornalista Lauro Schirmer. Como eram momentos de grande expectativa vividos nas redações dos jornais, todos sabiam que no outro dia *Zero Hora* tinha novidades exclusivas sobre o sequestro dos uruguaios.

Mas nesse mesmo "outro dia" a redação parecia um velório. Na face de cada um, a máscara da tristeza. Em cada gesto, um total desânimo. A tal matéria-bomba não saíra. Folha de S.Paulo e O Globo publicaram. E com chamada de capa. Parece até que nós havíamos comprado a matéria para garantir sua ausência nos jornais do Rio Grande do Sul.

Zero Hora deu no dia seguinte ao dia seguinte. Provavelmente porque a responsabilidade, na ótica de quem vetou, seria de quem divulgou primeiro.

Não parece, mas a história narrada pela imprensa é uma lenta, articulada sucessão de dias que se sucedem, um dia seguinte ao outro. O fio caprichoso que une fatos, cenas, pessoas e motivações variadas acaba tecendo o relato que define tempos, homens e biografias. Mais cedo ou

mais tarde, apesar dos atos de força, dos surtos de violência, das vacilações de caráter e das razões subjacentes e subalternas de uns e outros, a verdade acaba aflorando e prevalecendo.

A mesma imprensa que hesita, vacila e tropeça pode, no dia seguinte, reparar erros, remediar falhas, recontar momentos e resgatar a ética de sua função essencial – contar o que é, por que é, como é.

A crônica de máximas e mínimas da imprensa brasileira – antes, durante e depois do golpe de 1964 – mostra que sempre há o dia seguinte.

Contra todas as previsões, nossa obrigação é lembrar e contar.

Não importa o tamanho da treva, o sufoco do tempo, o chumbo do ar, a força da ventania.

Sempre haverá o dia seguinte.

O dia para lembrar. E contar.

O RIO GRANDE DO SUL E O GOLPE CIVIL-MILITAR*

*Graciene de Ávila
Marcos Machry
Mariana Ferreira e Silva
Marla Barbosa Assumpção***

O golpe civil-militar brasileiro insere-se dentro de um processo que articula, dialeticamente, as questões internacionais e nacionais. Contudo, nesta cronologia, buscamos, sem desprezar de forma alguma o contexto global do período, sistematizar os fatos mais importantes ocorridos no Brasil e, sobretudo, no Rio Grande do Sul. A compreensão dos fenômenos ocorridos no estado, por sua vez, vem se revelando cada vez mais essencial em qualquer trabalho com a pretensão de compreender o contexto geral da ditadura militar.

Desde a eleição de Brizola para governador, passando pela Campanha da Legalidade, até o exílio de João Goulart, encontramos inúmeros indícios que comprovam o protagonismo gaúcho no desenrolar dos acontecimentos que culminaram com o primeiro de abril de 1964. O Rio Grande do Sul esteve no proscênio dos acontecimentos do período, no qual atuaram boa parte dos atores principais e secundários do processo histórico: tivemos aqui do presidente deposto a cinco ditadores do regime (três deles nasceram no estado, mas todos estudaram por algum período no Colégio Militar de Porto Alegre).

* É importante destacar que as cronologias dos quatro volumes complementam-se entre si.

** Graduandos em História/UFRGS.

Na elaboração desta cronologia, contudo, surgiram algumas dificuldades que devem ser mencionadas. De um lado, dispúnhamos de uma enorme quantidade de informações espalhadas em diversas fontes sobre os acontecimentos de âmbito nacional – o que também implicava na árida sistematização e hierarquização do material; por outro lado, no caso do Rio Grande do Sul, oscilávamos entre a abundância e a escassez de referências sobre determinados fatos, normalmente dispersos e fragmentados em diversos objetos de pesquisa. Esses obstáculos, contudo, evidenciam a importância desta contribuição para a organização dos fatos, que podem ajudar no desenvolvimento de outras pesquisas sobre o golpe civil-militar nas diversas esferas (estadual, nacional e até mesmo internacional, como vemos com a Operação Condor, por exemplo).

Como foi citado acima, diferentemente dos acontecimentos nacionais que pudemos recorrer à extensa bibliografia existente, no caso do contexto do golpe no Rio Grande do Sul, foi preciso garimpar outros materiais. A pesquisa no jornal *Última Hora*, que apoiava o governo João Goulart e que foi extinto logo após o golpe, foi essencial para localizarmos e datarmos os fatos pertinentes ao referido período no estado. Esta fonte, conjuntamente com material encontrado na Internet (sites de universidades, centros de pesquisa, etc.) e com os trabalhos acadêmicos surgidos recentemente, foi fundamental na elaboração de todo esse trabalho, o qual certamente não se encerra com este breve levantamento.

CRONOLOGIA

Os fatos referentes às questões do Rio Grande do Sul encontram-se em itálico.

1958

Outubro

- 3 *Brizola, do PTB, é eleito com 55% dos votos, derrotando Walter Peracchi Barcelos, do PSD. Vence as eleições com importante apoio do Partido de Representação Popular (PRP).*

1959

Maio

- 11 *Através do Decreto nº 10.466, o governador Leonel Brizola, pelo valor simbólico de um cruzeiro, adquire os contratos de concessão e declara de utilidade pública, para fins de fins de desapropriação, os bens aplicados pela Companhia Energia Elétrica Rio - Grandense (capital estadunidense), nos serviços de eletricidade de Porto Alegre e Canoas.*

1960

Março

O candidato à presidência Jânio Quadros integra uma comissão que visita Cuba a convite de Fidel Castro.

Outubro

- 3 Jânio Quadros é eleito presidente pela UDN, com 5,6 milhões de votos. João Goulart é eleito vice-presidente pelo PTB, com 4,5 milhões de votos.

Dezembro

- 30 É sancionada a *Lei nº 4.073, de Retomada dos Serviços Telefônicos, que autoriza a criação da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT)*. A companhia, no entanto, será oficialmente constituída em 8 de março de 1962.

1961

Janeiro

- 31 Jânio Quadros tomou posse como presidente do Brasil.

Agosto

João Goulart visita países do Leste Europeu e da Ásia, com ênfase na China, de onde recebeu um convite oficial do presidente Mao Zedong.

- 5 Na Conferência de Punta del Este, a delegação diplomática brasileira defende a permanência de Cuba na OEA, enfrentando dura oposição dos Estados Unidos.
- 19 Ernesto Che Guevara, ministro da Indústria e do Comércio de Cuba, recebe do presidente Jânio Quadros a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, condecoração honrosa entregue a líderes estrangeiros.
- 25 Jânio Quadros renuncia, sete meses depois de assumir a presidência, alegando sofrer pressão de "forças ocultas".
- 26 *Com a renúncia de Jânio Quadros, diante dos movimentos golpistas, o governador gaúcho Leonel Brizola começa a "rede da legalidade" para permitir a posse do vice-presidente João Goulart. Utiliza a Rádio Guaíba, instalada no porão do palácio do governo gaúcho, visando a transmitir discursos para vários estados, chamando as pessoas a defenderem a posse de Jango. A Campanha da Legalidade espalha-se pelo país, tendo grande participação da população. A pressão leva o Congresso a aprovar a emenda constitucional que instala o parlamentarismo e permite a volta de Jango.*

- 28 O presidente interino, Ranieri Mazzilli, comunica ao presidente do Congresso Nacional que os ministros militares manifestaram a "absoluta inconveniência" do regresso do vice-presidente João Goulart ao país.

Setembro

- 1 *João Goulart chega a Porto Alegre via Uruguai.*
- 2 O Congresso Nacional aprova a emenda parlamentarista que retira o efetivo poder do cargo de presidente e o transfere para o de primeiro-ministro.
- 7 João Goulart assume o cargo de presidente da República no regime parlamentarista e diz ser o guardião da união nacional e o responsável pelo não derramamento de sangue no país.

Outubro

- 25 A Frente de Libertação Nacional é criada por um grupo de políticos nacionalistas que defendem a legalidade, o controle do capital estrangeiro e o confisco de fortunas ilícitas. O movimento terminou depois das eleições de outubro de 1962.

Novembro

- 23 O Brasil restabelece relações diplomáticas com a URSS.

1962

Janeiro

- 24 Na Conferência de Punta del Este, o Brasil, como outros países latino-americanos, mantém uma posição de neutralidade em relação a Cuba: ao mesmo tempo em que não aceita as medidas punitivas propostas pelos EUA, abstém-se na votação sobre a suspensão do país da Organização dos Estados Americanos (OEA). Cuba acaba sendo expulsa.

Fevereiro

- 2 É criado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), formado por grupos empresariais, com o objetivo de combater a "ameaça comunista" no governo Goulart.

Maio

- 1 Ao discursar em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, Jango apresenta o Plano de Reformas de Base.

Junho

- 26 PSD e PTB rompem por divergências a respeito da reforma agrária.

Setembro

- 3 Entra em vigor a Lei da Remessa de Lucros para o Exterior, importante medida proposta por João Goulart e defendida por setores nacionalistas.

Outubro

- 7 *Ildo Meneghetti vence as eleições no Rio Grande do Sul. A divisão no PTB, entre Alberto Pasqualini e Fernando Ferrari, acaba favorecendo a oposição. O novo governador renova a aliança entre conservadores e liberais.*

1963

Janeiro

- 6 É realizado o plebiscito para a escolha do regime político. Em torno de 82% dos eleitores escolhem o presidencialismo. Com essa mudança, acirram-se as disputas entre os grupos que apoiam João Goulart e os que são contrários ao seu governo.

Setembro

- 12 Cabos, sargentos e suboficiais da Marinha e da Aeronáutica revoltam-se depois da confirmação, pelo Supremo Tribunal Federal, da impossibilidade de sargentos assumirem mandatos nos órgãos do poder Legislativo.

Novembro

- 29 Leonel Brizola propõe a organização dos "Grupos de 11 Companheiros" ou "Comandos Nacionalistas" para defender a democracia e resistir a qualquer tentativa de golpe. Brizola entrega a coordenação nacional do Grupo a Herbert de Souza, o "Betinho".

Dezembro

Plínio Cabral, chefe da Casa Civil do governo de Ildo Meneghetti, denuncia um suposto golpe, articulado pelas forças de esquerda, contra o governo do estado. O golpe deveria acontecer no início de janeiro. A notícia teve repercussão nacional e fez com que a Assembleia Legislativa convocasse uma sessão extraordinária.

1964

Janeiro

- 2 *Plínio Cabral concede entrevista à imprensa, falando da iminência do golpe. Fernando Gay da Fonseca (Secretaria do Interior) e o general Amaro da Silveira (Secretaria de Justiça e Segurança Pública) são demitidos.*
- 4 *O Partido Democrata Cristão (PDC), base aliada de Ildo Meneghetti, cogita romper com o governador. Alegam que este "precisa se libertar", pois, segundo o PDC, há um grupo por trás de Ildo que está comandando suas ações.*
- 7 *O Partido Liberal (PL) denuncia a ingerência de um "grupo íntimo" no governo de Meneghetti. Dizem que Plínio Cabral é o "agente executivo" desse grupo que passa a governar o estado.*

- 24 João Goulart regulamenta a Lei de Remessa de Lucros para o Exterior.

Março

A cidade gaúcha de São Francisco de Paula reúne 5 mil pessoas de diversos municípios da região em protestos contra João Goulart. Vários partidos de direita estão na organização desta manifestação.

- 13 Cerca de 200 mil pessoas reúnem-se para assistir ao discurso do presidente João Goulart no Comício da Central do Brasil.
- 19 *A despeito dos votos contrários das bancadas do PTB, do Movimento Trabalhista Renovador (MTR) e da Aliança Republicana Socialista (ARS), foi aprovada, em plenário, uma manifestação de solidariedade da Assembleia gaúcha ao Congresso Nacional. O Legislativo nacional afirmou que, se o presidente continuasse governando por decretos, fecharia o Congresso.*
- 19 500 mil pessoas reúnem-se na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, contra Jango, em São Paulo.
- 25 Marinheiros comparecem a uma reunião do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, contrariando a ordem do ministro da Marinha, Silvio Mota. Foi emitida ordem de prisão para os organizadores do evento, mas Jango proíbe a invasão do local. Tudo isso provoca o pedido de demissão de Silvio Mota. Os revoltosos são anistiados por Goulart.
- 30 João Goulart discursa para cerca de 5 mil sargentos e suboficiais no Automóvel Clube do Brasil.
- 30 *As entidades componentes do Secretariado da Ação Católica da Arquidiocese de Porto Alegre lançam manifesto de apoio às reformas de base de João Goulart.*
- 31 Inicia-se o golpe civil/militar contra o presidente João Goulart.

Abril

- 1 *Porto Alegre transforma-se em um reduto trabalhista e de apoio a Jango. Duas mil pessoas fazem comício pela legalidade em frente à sede do governo. Ildo Meneghetti isola o Palácio Piratini e, em seguida, transfere a capital do estado para Passo Fundo.*

- 1 *As entidades estudantis do estado se manifestam contra o golpe.*
- 1 *Cerca de mil estudantes tomam a rádio da UFRGS para participar da campanha pela legalidade. As faculdades e institutos da universidade entram em greve, juntando-se, assim, aos estudantes na luta contra o golpe.*
- 1 *É incendiada a sede da UNE, na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro.*
- 2 *Ao sair de Brasília, Jango chega a Porto Alegre, onde concede entrevista coletiva à imprensa gaúcha, afirmando ainda ser o presidente do Brasil. Após reunir-se com os militares do III Exército, percebe que não terá o apoio necessário para resistir ao golpe. Parte às 11 horas e 45 minutos no avião presidencial Viscount para o exílio em Montevidéu.*
- 2 *O presidente do Congresso Nacional, Auro Moura Andrade, declara vaga a presidência da República, mesmo sabendo que João Goulart encontrava-se no país. O presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli, assume a presidência.*
- 3 *Deputados da Ação Democrática Popular (ADP) e das bancadas do PSD e do PL vão à tribuna da Assembleia gaúcha referenciar as Forças Armadas. Os deputados da oposição fazem duras críticas à intervenção dos militares, acusando-os de depor um presidente constitucionalmente eleito.*
- 3 *O jornal Última Hora, defensor da legalidade, é sabotado e não circula neste dia.*
- 9 *É decretado o Ato Institucional nº 1, que permite, mediante investigação sumária, demissão, disponibilidade ou aposentadoria dos que "houvessem atentado contra a Segurança do País". Além disso, confere ao presidente da República a faculdade de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos. Juntamente com o ato, seguem listas contendo a suspensão de direitos políticos de cidadãos, cassação de mandatos de membros do Legislativo, de cargos executivos e transferência de militares para a reserva.*
- 9 *A UnB é invadida por soldados da Polícia Militar de Minas Gerais; 17 professores e alguns estudantes são levados para "depor"; os professores ficam presos por vários dias.*
- 10 *Armando Temperani Pereira, deputado federal do PTB e professor da Faculdade de Economia da UFRGS, tem seus direitos políticos cassados, sendo, por isso, também expurgado da universidade.*

- 11 O Congresso elege, indiretamente, o general Castelo Branco para a Presidência. São instaurados, em todo o país, os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) para enquadrar aqueles considerados adversários do regime.
- 14 *Marino dos Santos, da ARS, é o primeiro deputado estadual a ter o mandato cassado no Rio Grande do Sul.*
- 21 *Ildo Meneghetti expurga 48 oficiais da Brigada Militar, acusados de apoiarem Brizola e serem contrários ao golpe militar.*

Maio

- 7 *Têm seus mandatos cassados e seus direitos políticos suspensos por 10 anos os seguintes deputados estaduais do PTB: Antônio Simão Visintainer, Beno Orlando Burmann, João Caruso Scuderi, José Lamaison Porto, Justino da Costa Quintana, Rubens Dario Porciúncula, Sereno Chaise (também prefeito de Porto Alegre) e Wilson Vargas da Silveira. No mesmo dia, todos foram presos na própria Assembleia, com exceção de Beno Burmann, que não se encontrava no local.*
- 7 *Professores da UFRGS são expurgados: Antônio de Pádua F. da Silva e Cibilis da Rocha Viana, ambos da Faculdade de Economia, e Antônio Ajadil de Lemos, da Faculdade de Direito.*
- 9 *Célio Marques Fernandes assume a prefeitura de Porto Alegre.*
- 22 *Visita do general Castelo Branco ao Rio Grande do Sul.*

Setembro

- 24 *Intensifica-se a política de expurgos na UFRGS. Até o final da "Operação Limpeza" serão afastados: Antônio Ajadil de Lemos, Brasil Rodrigues Barbosa (Direito); Antônio Santos Flores (Medicina); Antônio Pádua Ferreira da Silva, Armando Temperani Pereira (Economia), Cibilis da Rocha Viana e Claudio Francisco Accurso (Economia); Ernani Maria Fiori (Filosofia); Luiz Carlos Pinheiro Machado (Agronomia e Veterinária); Luiz Fernando Corona (Belas-Artes); Demétrio Ribeiro, Edgar Albuquerque Graeff, Edvaldo Pereira Paiva, Enilda Ribeiro e Nelson Souza (Faculdade de Arquitetura); na Faculdade de Direito de Pelotas – na época vinculada à UFRGS – são expurgados Appio Claudio de Lima Antunes e Hugolino de Andrade Uflacker.*

Novembro

- 9 Sancionada a Lei nº 4.464 (Lei Suplicy), proibindo atividades políticas estudantis. A Lei Suplicy de Lacerda coloca na ilegalidade a UNE e as Uniões Estaduais de Estudantes (UEEs), que passam a atuar na clandestinidade. Todas as instâncias da representação estudantil ficam submetidas ao Ministério da Educação e Cultura (MEC).

1965

Março

- 13 Intelectuais assinam um manifesto, pedindo liberdade e democracia. Luta-se, igualmente, por anistia aos perseguidos políticos.
- 27 *Prisão dos integrantes do Movimento Nacional Revolucionário que tentaram fazer um levante armado na cidade de Três Passos e Tenente Portela. Aqueles do grupo que não haviam sido detidos lançaram, posteriormente, o Movimento 26 de março (MR-26), em homenagem ao coronel Jefferson Cardim Osório, que estava preso e havia sido submetido a torturas. Este novo grupo esteve presente em ações armadas em Porto Alegre.*

Abril

- 13 *Renato Sousa assume a prefeitura de Porto Alegre.*

Junho

O MEC firma com uma agência norte-americana, a *United States Agency for International Development*, um acordo que previa a transformação das universidades estaduais brasileiras em fundações privadas. Foi o acordo MEC-USAID, que estabelecia a cobrança de matrículas em universidades até então gratuitas.

- 9 *Célio Marques Fernandes assume novamente a prefeitura de Porto Alegre.*

Setembro

- 16 *Cerca de dois mil estudantes protestam nas ruas de Porto Alegre contra a ditadura.*

Outubro

- 27 Castelo Branco edita o Ato Institucional nº 2, que extingue os partidos políticos e cassa seus registros. Além disso, o ato acaba com as garantias constitucionais de estabilidade, vitaliciedade, inamovibilidade e possibilita a decretação do estado de sítio.

Novembro

- 24 Ato Complementar nº 4 institui o bipartidarismo, criando a ARENA, governista, e o MDB, vinculado à oposição.

1966

Fevereiro

- 5 O Ato Institucional nº 3 termina com as eleições diretas para governadores e prefeitos das capitais.

Março

- 5 *IPM, iniciado no Quartel General da 3ª Região Militar, em Porto Alegre, indicia 15 réus acusados de articularem um plano de contragolpe liderado por Brizola, a partir do exílio. O contragolpe seria supostamente deflagrado por membros da Brigada Militar e do Exército gaúcho.*
- 25 *Na primeira eleição indireta para o estado, o governador Ildo Meneghetti, que havia sido mantido no cargo pelos militares, indica como candidato o coronel da Brigada Walter Peracchi Barcelos. Para garantir sua eleição na Assembleia estadual, a ditadura não hesitou em cassar deputados da oposição, garantindo a maioria à bancada governista.*

Maio

- 7 2º Festival da Música Popular no Rio Grande do Sul.

Agosto

- 24 É encontrado no Rio Jacuí – perto da Ilha das Flores –, com as mãos amarradas às costas, o corpo do preso político Manoel Raimundo Soares, ex-sargento do Exército. Ele havia sido preso e torturado pelo DOPS dias antes de sua morte.
- 31 Constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as circunstâncias que motivaram a morte do ex-sargento do Exército Nacional, Manoel Raimundo Soares, bem como o tratamento dispensado aos presos políticos, pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Presidente da Assembleia: Alfredo Hofmeister (Arena). Membros da CPI: Ayrton Barnasque, Presidente; Porcínio Pinto (Arena), pela Mesa Diretora, Vice-Presidente; Antônio Fornari, Relator, pela Arena; Walter Bertolucci, Lidovino Fanton, pelo Modebrás; Hed Borges e Gudbem Castanheira pela Arena.

Setembro

- 3 Eleição de Walter Peracchi Barcelos para o governo do estado.

Outubro

- 3 Eleições indiretas para presidente e vice no Congresso Nacional elegem, respectivamente, Arthur da Costa e Silva e Pedro Aleixo. Abancada do MDB, como forma de protesto, retira-se da votação.
- 12 Castelo Branco fecha o Congresso Nacional.
- 28 A Frente Ampla lança um manifesto em que exige a restauração do regime democrático. Este movimento civil de oposição ao regime militar reúne Carlos Lacerda, ex-governador da Guanabara, e os ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubitschek.

Novembro

- 19 Show de Chico Buarque em Porto Alegre.

Dezembro

- 7 O Ato Institucional nº 4 obriga o Congresso Nacional a votar o projeto da nova Constituição em um curto período de tempo.

1967

Fevereiro

- 7 Castelo Branco sanciona a Lei de Imprensa com o objetivo de punir os meios de comunicação e os jornalistas contrários ao regime militar.
- 24 É promulgada a nova Constituição.

Março

- 11 Castelo Branco edita a nova Lei de Segurança Nacional.
- 15 Entra em vigor a nova Constituição. O general Costa e Silva assume a Presidência.
- 29 *Plebiscito dos estudantes sobre intervenção da reitoria no DCE da UFRGS.*

Abril

- 3 Término da guerrilha do Caparaó; oito militantes políticos são presos.

Maio

- 14 É promulgada a nova Constituição do estado do Rio Grande do Sul, sob a coordenação do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Carlos Santos (MDB), primeiro “homem de cor” eleito para o cargo. A representação do MDB ainda possuía a maioria das cadeiras no Legislativo, o que permitiu a aprovação da proposta do deputado Pedro Simon (MDB) para que fosse retirada a emenda que criava o cargo de vice – governador. A medida garantiu que, em caso de ausência do governador do estado, o presidente da Assembleia deveria assumir tal função. Alguns dias depois, devido a uma viagem de Peracchi Barcelos, o deputado Carlos Santos assume o governo do estado, que pela primeira vez era chefiado por um homem negro.

Julho

- 11 1º Festival Sul-Brasileiro da Canção Popular no Teatro Leopoldina.

Outubro

- 13 João Goulart, no exílio, convoca um grupo de prefeitos, vereadores e correligionários políticos, a fim de instruí-los na organização da Frente Ampla no Rio Grande do Sul.

FONTES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru/SP: Edusc, 2005.

ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. 11. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1985.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à memória e à verdade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina (orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. *A guerrilha Brancaleone*. Porto Alegre: Proletra, 1999.

HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique (orgs.). *1968: contestação e utopia*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

HOLZMANN, Lorena et al (orgs.). *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*. Porto Alegre: L&PM, 2008.

KÜHN, Fábio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

PADRÓS, Enrique Serra. O Rio Grande do Sul e a conexão repressiva no Cone Sul: do exílio brasileiro no Uruguai ao voo rasante da Operação

RODEGHERO, C. S. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. In: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul – República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)*. Passo Fundo/RS: Méritos, 2007. v. 4. p. 83 -112.

Assembleia Legislativa do RS. *Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as circunstâncias que motivaram a morte do ex-sargento do Exército Nacional, Manoel Raimundo Soares, bem como o tratamento dispensado aos presos políticos. Porto Alegre/RS, 1966.*

JORNAIS

Correio do Povo
Última Hora
Zero Hora

SITES

<<http://www.al.rs.gov.br>>
<<http://www.cpdoc.fgv.br>>
<<http://www.fgv.br>>
<<http://www.folha.uol.com.br>>
<<http://www.fpabramo.org.br>>
<<http://www.institutojoaogoulart.org.br/jango3atos/>>
<<http://www.revistadehistoria.com.br>>
<<http://www.senado.gov.br/sf/>>
<<http://www.torturanuncamais-rj.org.br>>
<<http://www.ufmg.br>>
<<http://www.ufrj.br>>

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAA	<i>Alianza Anticomunista Argentina</i>
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ADiex	Adidos do Exército
ADIAer	Adidos da Aeronáutica
ADIDAL	Adidos da Marinha
ADP	Ação Democrática Popular
AEP	Associação de Educadores e Pesquisadores
AI	Ato Institucional
AI-1	Ato Institucional N° 1
AI-5	Ato Institucional N° 5
AID	Agência Internacional de Desenvolvimento
ALN	Ação Libertadora Nacional
AP	Ação Popular
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ARI	Associação Rio-Grandense de Imprensa
ARS	Aliança Republicana Socialista
CADA	<i>Comisión Administradora de Abastos de Carne</i>
CBA	Comitê Brasileiro pela Anistia
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CEEE	Companhia de Energia Elétrica Rio-Grandense
CEJIL	Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CELAM	Conferência Episcopal Latino-americana

CEMPD	Comissão Especial Mortos e Desaparecidos Políticos
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CFMD	Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos
CGIOR	Centro Geral de Instrução para Oficiais da Reserva
CGT	Comando Geral de Trabalhadores
CIA	Agência Central de Inteligência
CIDE	<i>Comisión de Inversiones y Desarrollo Económico</i>
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEEx	Centro de Informações do Exterior
CISA	Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNT	<i>Convención Nacional de Trabajadores</i>
COLINA	Comando de Libertação Nacional
COPESNI	Comando Operacional do Serviço Nacional de Informações
CRT	Companhia RioGrandense de Telecomunicações
CUTR	Central Única dos Trabalhadores
DCE	Diretório Central de Estudantes
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DINA	<i>Dirección de Inteligencia Nacional</i>
DNII	<i>Dirección Nacional de Información y Inteligencia</i>

DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
DVS	Destaque para Votação em Separado
EC	Emenda Constitucional
ELN	<i>Ejército de Libertación Nacional</i>
ENE	Encontro Nacional de Estudantes
ERP	<i>Ejército Revolucionario del Pueblo</i>
ESG	Escola Superior de Guerra
ESMA	<i>Escuela de Mecánica de la Armada</i>
EsNI	Escola Nacional de Informações
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
FARP	Forças Armadas Revolucionárias do Povo
FAU	<i>Federación Anarquista Uruguaya</i>
FBT	Fração Bolchevique Trotskista
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FEUU	<i>Federación de Estudiantes Universitarios del Uruguay</i>
FIDEL	<i>Frente Izquierdista de Liberación</i>
FUSNA	<i>Fusileros Navales</i>
GAU	<i>Grupos de Acción Unificadora</i>
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Socioeconômicas
IEPES	Instituto de Estudos Políticos e Sociais
IML	Instituto Médico Legal
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial-Militar
ITT	<i>Internacional Telephone and Telegraph</i>
JAC	Juventude Agrária Católica
JCR	<i>Junta Coordenadora Revolucionaria</i>
JEC	Juventude Estudantil Católica
JIC	Juventude Independente Católica
JID	Junta Interamericana de Defesa
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
JUP	<i>Juventud Uruguaya de Pie</i>
LCF	Lei Complementar Federal
LSN	Lei de Segurança Nacional
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
ME	Movimento Estudantil
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MIR	<i>Movimiento de Izquierda Revolucionario</i>
MJDH	Movimento de Justiça e Direitos Humanos
MLN-T	<i>Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros</i>

MNR	Movimento Nacionalista Revolucionário
MPB	Música Popular Brasileira
MR-26	Movimento Revolucionário 26 de Março
MR-8	Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MRO	<i>Movimiento Revolucionario Oriental</i>
MRT	Movimento Revolucionário Tiradentes
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTR	Movimento Trabalhista Renovador
MUC	Movimento Universidade Crítica
M3G	Marx, Mao, Marighella e Guevara
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBAN	Operação Bandeirantes
OCOA	<i>Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas</i>
OEA	Organização dos Estados Americanos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OLAS	Organização Latino-Americana pela Solidariedade
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OPP	Organização Pré-Partidária
OPR-33	<i>Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales</i>
ORM-POLOP	Organização Revolucionária Marxista – Política Operária
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PL	Partido Liberal
POC	Partido Operário Comunista

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCBR	Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCU	<i>Partido Comunista Uruguayo</i>
PDC	Partido Democrata Cristão
PDS	Partido Democrático Social
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PFL	Partido da Frente Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Política Operária
PPS	Partido Popular Socialista
PRP	Partido de Representação Popular
PRT	<i>Partido Revolucionario de los Trabajadores</i>
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PP	Partido Popular
PVP	<i>Partido por la Victoria del Pueblo</i>
RBS	Rede Brasil Sul de Comunicação
ROE	<i>Resistencia Obrera Estudiantil</i>

SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEEB	Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários
SID	<i>Servicio de Inteligencia de Defensa</i>
SIJAU	<i>Secretariado Internacional de Juristas por la Amnistía en el Uruguay</i>
SN	Segurança Nacional
SNI	Serviço Nacional de Informações
SOPS	Seção de Ordem Política e Social
STM	Superior Tribunal Militar
TDE	Terror de Estado
TFP	Tradição, Família e Propriedade
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

ANEXO I

DEPUTADOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL CASSADOS (1964-1966)

Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

Álvaro Petracco da Cunha

Em 8 de julho de 1966 teve cassado o mandato e direitos políticos por 10 anos, de acordo com o artigo 15 do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, e comunicado pelo Sr. Presidente desta Casa, em sessão plenária de 8 de julho de 1966.

Antônio Simão Visintainer

Cassado em 7 de junho de 1966.

Beno Orlando Burmann

Em 12 de maio de 1964 teve cassado seu mandato de deputado estadual pelo Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

Hélio Ricardo Carneiro da Fontoura

Em 8 de julho de 1966 teve cassados o mandato e direitos políticos por dez anos, de acordo com o artigo 15 do Ato Institucional nº 2 de 27 de outubro de 1965, e comunicação do Sr. Presidente desta Casa em Sessão Plenária de 8 de julho de 1966.

João Caruso Scuderi

Presidente do PTB. Em 11 de maio de 1964, teve cassado seu mandato de deputado estadual, pelo Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

José Lamaison Porto

Em 11 de maio de 1964, teve cassado o seu mandato, pelo Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

Justino da Costa Quintana

Em 11 de maio de 1964, teve seu mandato cassado pelo Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

Rubens Dario Porciúncula

Em 11 de maio de 1964, foi cassado seu mandato de deputado.

Seno Frederico Ludwig

Cassado em 19 de julho de 1966 (deputado suplente).

Sereno Chaise

Em 1º de janeiro de 1964 assumiu a prefeitura de Porto Alegre. Em 7 de maio de 1964 foi cassado pelo Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

Wilmar Corrêa Taborda

Em 21 de julho de 1966, lhe foi cassado o mandato parlamentar e suspenso seus direitos políticos por dez anos, de conformidade com o decreto do Senhor Presidente da República de 16 de julho do corrente ano, e comunicação do Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, nesta data.

Wilson Vargas da Silveira

Em 11 de abril de 1964, foi cassado seu mandato de deputado estadual pelo Ato Institucional de 9 de abril de 1964.

Movimento Trabalhista Renovador (MTR)

Cândido Norberto dos Santos

Cassado em 21 de julho de 1966.

Osmar Lautenschleiger

Cassado em 19 de julho de 1966.

Aliança Republicana Socialista (ARS)

Marino Rodrigues dos Santos

Cassado em 14 de abril de 1964.

Cassados em 14 de abril de 1964, os suplentes:

Carlos Lima Aveline

Alberto Schroetter

Jorge Alberto Campezatto

Ottomar Ataliba Dillemburg

Cassados em 7 de maio de 1964, os suplentes:

Edson Medeiros

Jair de Moura Calixto

Floriano Maia d'Ávila

Nelson Amorelli Vianna

Guilherme do Valle Tonnigues

Bruno Segalla

Fúlvio Petraco

Vicente Martins Real

Carlos Moraes Rodrigues - Entre 29 de agosto a 19 de setembro de 1963 e 25 de maio a 27 de maio de 1964 assumiu a vaga de Marino Rodrigues dos Santos. Em 8 de julho de 1966 foi cassado de acordo com o artigo 15 do AI-2.

FONTES

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. *Parlamentares gaúchos: das cortes de Lisboa aos nossos dias (1821-1996)*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa, 1996. p.155-157.

<<http://www.al.rs.gov.br/biblioteca/legislaturas.asp>>

ANEXO II

**GRANDE EXPEDIENTE 45 ANOS DO
GOLPE – 31 DE MARÇO DE 2009**

**O SR. ADROALDO LOUREIRO (PDT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs.
Deputados:**

Saúdo o diretor do Instituto João Goulart, Sr. Christopher Goulart, neto do saudoso presidente Jango; o subchefe da Casa Militar, tenente-coronel Marco Antônio Quevedo, neste ato representando o governo do estado; o representante do Sr. Procurador-Geral de Justiça, promotor e caro conterrâneo Victor Hugo de Azevedo Neto; o vice-prefeito de Porto Alegre, Sr. José Fortunati, ex-deputado desta Casa; o ex-deputado estadual e ex-líder do governo João Goulart na Câmara dos Deputados, Sr. Ney Ortiz Borges; o presidente da CGTEE e ex-prefeito cassado de Porto Alegre, Sr. Sereno Chaise; a cara companheira Miguelina Vecchio, que nesta solenidade representa o nosso glorioso PDT; o representante da Ajuris, Sr. Rinez da Trindade; o representante do Ministério Público Estadual, Sr. Marcelo Lemos; o representante da CUT, Sr. Celso Woyciechowski; o presidente do PCdoB, Sr. Adalberto Frasson, e o líder da bancada do PDT na Câmara Municipal de Porto Alegre, vereador Mauro Zacher.

Saúdo também o ex-deputado federal e caro amigo Wilson Müller Rodrigues; os companheiros Carlos Alberto Tejera de Ré e João Alexandre Goulart, também neto do saudoso presidente João Goulart, e

o professor Nero Buralde, representante da Secretaria Municipal de Educação.

Colegas deputadas e deputados, completam-se hoje 45 anos desde que a terrível noite do arbítrio abateu-se sobre o Brasil e os brasileiros.

Foi no dia 31 de março de 1964 que começou o movimento golpista que derrubou o governo legalmente constituído do presidente trabalhista João Goulart e instalou no país um regime autoritário que perdurou longos anos, suprimindo direitos constitucionais, censurando a imprensa, perseguindo, reprimindo e suspendendo as liberdades democráticas.

O resgate da história e o esclarecimento dos fatos sobre a caminhada do povo brasileiro, bem como sua luta e resistência, são formas de dar consequência à nossa democracia – democracia esta que não se realiza, não se afirma e não se alarga se estiver destituída de sua própria memória.

Parafraseando o poeta Federico García Lorca, não há nada mais vivo que uma recordação. Quem não aprofunda a compreensão de sua história passada corre o risco de repeti-la no futuro. E o objetivo deste grande expediente é exatamente este: lembrar sempre o doloroso fato para que nunca mais aconteça.

O regime militar significou um profundo retrocesso no processo democrático brasileiro: cassou mandatos, fechou o Congresso Nacional, intimidou o poder Judiciário, reprimiu a mobilização dos trabalhadores do campo e das cidades, tirou a estabilidade dos funcionários públicos, estancou o amplo e rico debate ideológico e cultural que estava em curso no país e impediu a implantação das reformas institucionais pelo governo João Goulart, que retomava as bandeiras do presidente Getúlio Vargas.

Os golpistas aproveitaram-se da crise política iniciada em 1961, provocada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, quando o governador gaúcho Leonel Brizola liderou o movimento pela legalidade, garantindo a posse de João Goulart na presidência em um regime parlamentarista. Foi no plebiscito de 1963 que o povo brasileiro, comparecendo maciçamente às urnas, restabeleceu o regime presidencialista, assegurando todos os poderes constitucionais ao presidente João Goulart.

Sr. Presidente, dignas autoridades, quero aqui prestar uma reverência ao grande e saudoso líder Leonel Brizola. Uma das maiores vítimas do golpe militar de 64, foi cassado, exilado e confinado no Uruguai pelo temor que tinham os golpistas de sua liderança e pela possibilidade concreta de vir a ser eleito presidente do Brasil e, assim, fazer as mudanças pelas quais o país tanto ansiava.

Leonel Brizola esteve aqui nesta Casa há cinco anos, quando rememoramos os 40 anos do golpe militar. E foi esse o último ato público do qual participou aqui no Rio Grande antes do seu falecimento.

Aproveito este momento para fazer um desagravo à memória de Leonel Brizola, quando são divulgados pela imprensa relatórios de conteúdo mentiroso, meramente difamatórios, querendo macular sua imagem, mas apenas vêm confirmar que a ditadura, por meio do SNI, espionava permanentemente a sua vida desde 1964. E o fez também após a retomada democrática. Mas o povo brasileiro sabe que a honra do ex-governador Leonel Brizola é inatacável.

Sr. Presidente, dignas autoridades, o governo Jango foi marcado pela abertura às organizações sociais, aos movimentos populares de estudantes e de trabalhadores. Suas prioridades eram as chamadas reformas de base – agrária, tributária, educacional e eleitoral –, que até hoje não foram efetivadas em nosso país.

No grande comício da Central do Brasil, no dia 13 de março de 1964, diante de mais de 150 mil pessoas, no Rio de Janeiro, Jango decretou o monopólio das refinarias de petróleo, fortalecendo a Petrobras, assinou a desapropriação de terras para fins de reforma agrária e determinou o controle da remessa de lucros pelas empresas multinacionais.

Essas atitudes arrojadas, de cunho nacionalista, somadas à implantação do 13º salário para os trabalhadores, à limitação dos valores dos aluguéis populares, à criação da Embratel e à garantia de sindicalização aos trabalhadores rurais, desencadearam a ira dos conservadores, do grande capital internacional, dos banqueiros, dos latifundiários e a reação dos Estados Unidos, que, em coro com os militares golpistas, pretextavam uma guinada do Brasil para um regime socialista. Era a época da chamada Guerra Fria.

Farta documentação, senhoras e senhores, confirma que a 4ª Frota Naval norte-americana se deslocava em direção à costa brasileira a fim de dar suporte a um eventual ataque das tropas golpistas à capital federal, o que poderia resultar num verdadeiro banho de sangue. E essa foi uma das razões pelas quais o presidente Jango abdicou do enfrentamento defendido por Leonel Brizola, então deputado federal pelo Rio de Janeiro.

Para evitar uma guerra civil fratricida, Jango amargou longos 12 anos de exílio até sua morte, em 6 de dezembro de 1976, na Argentina. Jango foi o único presidente do Brasil a ter de viver e morrer longe da Pátria que ele tanto amava.

Mas o sacrifício pessoal do presidente Jango não foi suficiente para aplacar a sanha odiosa dos golpistas. A ditadura foi, pouco a pouco, endurecendo. Vieram o AI-5, a Lei de Segurança Nacional, o DOI-

CODI, os anos de chumbo, a violência, as perseguições, as prisões, a tortura, os assassinatos, os desaparecimentos. O sangue generoso do povo brasileiro manchou as ruas do país.

Heróis foram torturados e mortos. E surgiram outros heróis, os da resistência, nos parlamentos, na Igreja Católica, através da CNBB – sob a inspiração de Dom Hélder Câmara e do saudoso gaúcho dom Aloísio Lorscheider –, e nos valorosos comitês pela anistia.

E, neste momento, permito-me homenagear o bravo Movimento Feminino pela Anistia do Rio Grande do Sul. Guerreiras como Lícia Peres, Mila Cauduro, Quita Brizola, Maria Flor Vieira, Enid Backes e Lais Rocha, que lutaram incansavelmente para trazer de volta à Pátria os exilados e para restaurar os direitos políticos e o regime democrático, são dignas do nosso reconhecimento e de homenagens por sua bravura e coragem.

Saúdo também aqueles que tombaram e aqueles que resistiram na luta pela retomada da democracia no nosso país. E aqui quero fazer referência ao meu caro professor Pádua, ao Dr. Sereno Chaise, que foi cassado pelo arbítrio, e a Ney Ortiz Borges, que foi líder do governo João Goulart na Câmara e que tem sua foto estampada no jornal *Folha da Tarde* como um dos primeiros a serem cassados pela ditadura, juntamente com Jango, Brizola e outras figuras. Todos eles merecem a nossa homenagem na oportunidade em que promovemos esta rememoração para aprender com o passado lições para o futuro.

Embora tenhamos, colegas deputados e deputadas, com sangue, suor e lágrimas, restaurado o regime democrático, muitos fatos ainda não foram devidamente esclarecidos. Dentre esses, permanecem obscuras as circunstâncias sobre a morte do presidente João Goulart e também a situação de 169 brasileiros desaparecidos no período. E a consolidação da democracia passa necessariamente pelo resgate dessa página de nossa memória histórica.

O relatório de uma subcomissão desta Assembleia Legislativa, por mim coordenada, aponta fortes indícios de que o presidente Jango veio a falecer após ingerir comprimidos adulterados, contendo substâncias químicas mortíferas.

Graças à luta de muitos – com destaque para o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, coordenado pelo companheiro Jair Krischke, e para o Instituto João Goulart, aqui representado e coordenado por Christopher Goulart, neto do saudoso presidente, ao lado de movimentos internacionais, vem a público farta documentação sobre a famigerada Operação Condor, que unificava as ações dos órgãos de repressão das ditaduras do Cone Sul, comprovadamente responsável pelos assassinatos de muitas lideranças de oposição no Brasil, na Argentina, no Paraguai, no Chile, na Bolívia e no Uruguai.

A revista *Carta Capital*, do último dia 18, estampa na sua capa uma reportagem exclusiva sob o título "A obscura morte de Jango", em que documentos inéditos da repressão reforçam a tese de assassinato do presidente deposto pelo Golpe de 64.

Essa reportagem vem reforçar as conclusões da subcomissão sobre os fortes indícios de que Jango morreu dentro da famigerada Operação Condor e de que houve a participação da repressão do Brasil na sua morte.

Jango foi anistiado pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça em julgamento realizado em Natal, no Rio Grande do Norte, no dia 15 de novembro de 2008. Mas a verdadeira anistia e o verdadeiro tributo que devemos ao imortal presidente João Belchior Marques Goulart é o esclarecimento das circunstâncias nebulosas da sua morte. Só assim o digno presidente Jango terá efetivamente a sua memória resgatada.

Temos buscado junto ao Ministério Público Federal, ao Ministério da Justiça e à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República viabilizar a oitiva daquele agente que ainda vive e que está nos Estados Unidos, Frederick Latrash, porque Mario Neira Barreiro, presidiário que está em Charqueadas, disse que quem trouxe o veneno para matar Jango foi Latrash.

É também fundamental a imediata liberação, pelo governo brasileiro, de todos os arquivos que ainda não foram revelados e que estão junto às Forças Armadas e em outros lugares deste nosso país.

As famílias dos mortos e desaparecidos, vítimas da ditadura, merecem libertar suas memórias, que permanecem encarceradas nesses arquivos.

O conhecimento da história, a plena consciência dos valores democráticos e o respeito aos direitos humanos são a garantia de que a tragédia daqueles anos de chumbo não se repetirão jamais no nosso país.

A seguir, ocupará esta tribuna o deputado Adão Villaverde, que concluirá este nosso grande expediente em que rememoramos os 45 anos do golpe militar.

Viva o Brasil! Viva a democracia e viva o povo brasileiro!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE IVAR PAVAN (PT) – Concedo a palavra ao deputado Adão Villaverde, também proponente deste grande expediente especial.

O SR. ADÃO VILLAVERDE (PT) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Saúdo as autoridades já nominadas.

Agradeço ao deputado Adroaldo Loureiro, em nome da nossa bancada, por nos proporcionar partilhar este momento.

Nunca esqueceremos a noite de terror que durou 21 anos neste país.

A importância de relembrarmos, sempre que possível, fatos lamentáveis e de triste memória não se deve ao mero capricho protocolar de não deixar passar a data e nem a qualquer atitude revanchista, mas, sim, para não deixar transitar versões que buscam revisar a história. São tentativas de caracterizações, como a do recente editorial do influente jornal do centro do país *Folha de S. Paulo*, publicado no mês de fevereiro, que classificou o regime militar brasileiro, compreendido entre 1964 e 1985, como uma *ditabranda*.

Não podemos deixar que afirmações como essa passem como verdade ou possibilitem, inclusive, a alteração da história recente deste país.

De acordo com o periódico, os governos autoritários *partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça*.

Esse absurdo histórico e inaceitável posicionamento foi contestado imediatamente por intelectuais brasileiros do porte da cientista política Maria Victoria Benevides e do jurista Fábio Konder Comparato, que, espantados e indignados, escreveram ao jornal.

Perplexa, Benevides disse: *Mas o que é isso? Que infâmia é essa de chamar os anos terríveis da repressão de 'ditabranda'? Quando se trata de violação de direitos humanos, a medida é uma só: a dignidade de cada um e de todos, sem comparar 'importâncias' e estatísticas. Pelo mesmo critério do editorial, poderíamos dizer que a escravidão no Brasil foi 'doce' se comparada com a de outros países, porque aqui a casa-grande estabelecia laços íntimos com a senzala – que horror!*

Comparato também reagiu: *O autor do vergonhoso editorial de 17 de fevereiro, bem como o diretor que o aprovou, deveriam ser condenados a ficar*

de joelhos em praça pública e pedir perdão ao povo brasileiro, cuja dignidade foi descaradamente enxovalhada. Podemos brincar com tudo, menos com o respeito devido à pessoa humana.

A posição daquele periódico também foi duramente criticada pelo presidente da ABI. Na sua opinião, o jornal não só alinhou uma série de *equívocos de caráter político*, como talvez estivesse querendo alterar a história.

Ao dizer que foi uma 'ditabrand', o jornal esquece, por certo, das mortes ocorridas durante a ditadura. Esquece dos milhares que tiveram seus direitos políticos cassados, que tiveram que se exilar, sem contar os torturados nas masmorras do regime. É lamentável que se proceda a uma revisão histórica dessa natureza. O que era negativo passa a ser positivo, dando absolvição àqueles que violaram os direitos constitucionais e cometem crimes, como o assassinato do jornalista Vladimir Herzog nos porões do DOI-CODI, completou o presidente da ABI, Maurício Azêdo.

Aliás, nesse episódio, ocorrido em 1975, tentaram criar a ideia de um suicídio, uma história inverossímil e surrealista que desencadeou uma forte pressão da sociedade contra a ditadura militar à época.

Em resposta à enxurrada de críticas, o jornal rebateu explicando que *na comparação com outros regimes, a ditadura brasileira apresentou níveis baixos de violência política e institucional*. E respondeu à cientista e ao jurista de forma absolutamente agressiva: atacou-os dizendo que eles tinham uma posição *cínica e mentirosa*.

Portanto, quem defende que ocorreram atrocidades neste país é chamado de cínico e de ter uma posição mentirosa.

Diante dessa inaceitável incorreção histórica e, por que não dizer, de uma tentativa de fraudar a história, não podemos ficar indiferentes. Temos que contestar e repudiar sempre tais fatos, permanentemente, com a veemência e a intransigência que momentos como este exigem,

sobretudo para que jamais sejam esquecidos e para que não se repitam nunca mais na história do nosso país.

O nobre deputado Adroaldo Loureiro já discorreu brilhantemente sobre a etapa que antecedeu o golpe, que foi o coroamento de uma longa série de articulações e de tentativas golpistas, nada tendo de espontâneo nem sendo decorrente de situações conjunturais à época, as quais foram apenas pretextos, jamais causas do golpe militar. Há quem localize os primórdios desse golpe na articulação da UDN – representando a elite mais reacionária – com setores das Forças Armadas para derrubar o presidente Getúlio Vargas já em 1954.

Na renúncia de Jânio Quadros, em 1961, as Forças Armadas vetaram a posse do vice-presidente João Goulart e iniciaram, juntamente com os conspiradores civis, a constituição de um governo ilegítimo, só voltando atrás diante da resistência do povo gaúcho, que foi às ruas, do governador Leonel Brizola, que encampou e liderou essa mobilização, e do apoio por ele recebido à época do comandante do III Exército, aqui no Rio Grande do Sul, gerando a ameaça de uma guerra civil. Foi o nosso episódio de resistência, conhecido como Legalidade.

Em 1964, enfim, articulado e executado com apoio do governo americano, desfechou-se o golpe, a quartelada contra um governo legitimamente constituído. Fechou-se o Congresso Nacional, cassaram-se mandatos legítimos, extinguiram-se entidades da sociedade civil, foram presos, brutalizados, colocados para fora deste país ou mortos cidadãs e cidadãos brasileiros.

Não é à toa que nos referimos a esse período vergonhoso de nossa história recente como *anos de chumbo*. Estudantes, ativistas, militantes, políticos, intelectuais, músicos, artistas, sindicalistas, líderes comunitários e rurais, todos eram subversivos. Bastava pensar diferente

ou reunir-se em pequeno grupo para questionar o regime para ser classificado como uma ameaça às instituições, como subversivo ou mesmo como terrorista.

Uma elite de coturnos e punhos de seda apropriou-se deste país e impôs o *slogan* arrogante e autoritário: *Brasil, ame-o ou deixe-o*. Muitos, então, tiveram até de abandonar o país, enxotados da sua terra para sofrer com a exclusão e com o distanciamento do exílio.

As ciências, as artes, o teatro, o cinema, a música, a imprensa e o pensamento eram cerceados pela censura, e ocorriam sistematicamente perseguições, pressões políticas, prisões, atentados, espancamentos, enfim, ações paramilitares consentidas pelo próprio regime.

Havia corrupção também, sim, mas a imprensa era impedida de noticiar o que acontecia em projetos faraônicos, como a Transamazônica, a Ferrovia do Aço, Itaipu, Paulipetro e outros grandes investimentos que o país fazia à época.

O golpe militar de 31 de março de 1964 causou profundos danos ao Brasil e aos brasileiros naqueles tristes idos, os quais até hoje se refletem na vida de cada um e de cada uma dos nossos cidadãos. Basta ver as discussões que ainda se travam hoje, com fervor, com relação às indenizações às vítimas do arbítrio, aos arquivos da ditadura ou ao alcance da anistia, promulgada em 1979 com a correlação de forças possível à época, que perdoou vítimas e algozes a um só tempo. Basta ver as repercussões nas vidas destroçadas pelas perseguições, pela torturas, pelas mortes que foram legadas a parentes, amigos e conhecidos das vítimas, marcando gerações com a dor da violência e das perdas.

Penso que aqui, neste instante, não é preciso detalhar ainda mais a noite de horror que vivemos nestes 21 anos.

Temos usado espaços importantes do Parlamento gaúcho para fazer debates políticos de ideias divergentes e convergentes. Isso graças à reconstrução da democracia.

Aqui mesmo, em março do ano passado, em grande expediente especial, saudei a trajetória dos que resistiram à ditadura, dos que lutaram pela anistia e dos que construíram a redemocratização e deram uma perspectiva de futuro para este país. Simbolizei a homenagem em algumas figuras, em personagens importantes que, nesse período de trevas, estiveram presos em cárceres da América Latina.

O governo que se instalou nessa noite de terror no nosso país também, como referiu o deputado Adroaldo Loureiro, fez parcerias de horror com outros regimes ditoriais do Cone Sul por meio da chamada Operação Condor.

O SR. PRESIDENTE IVAR PAVAN (PT) – Deputado, informo que os apartes terão de ser concedidos dentro do tempo destinado ao grande expediente especial.

O SR. ADÃO VILLAS-BOAS (PT) – Já concluo, Sr. Presidente.

Hoje, neste plenário de uma instituição que, muitas vezes, se levantou contra o regime de exceção e defendeu a democracia e as liberdades individuais, é um dia para se dizer, em alto e bom som, não.

Não à tortura, que violenta e humilha seres humanos, que lastima almas, alucina corações, enlouquece mentes e até leva ao suicídio; não às mortes, que acabam com vidas preciosas, geram perdas irreparáveis, destroçam famílias, machucam, comprometem e ferem gerações; não às guerras, em que todos perdem e só lucram as indústrias bélicas, que colocam indefesas crianças, mulheres, homens, idosos diante do imenso poder destrutivo das metralhadoras, dos canhões, dos mísseis, das armas químicas.

Não à brutalidade, que diminui a todos nós, que apequena e iguala a raça humana a seres irracionais, que nos faz rastejar

envergonhados; não à barbárie, que ainda somos capazes de produzir e reproduzir, apesar dos nossos avanços científicos e tecnológicos; não ao esquecimento desse passado doloroso, que desmente nossa religiosidade crédula e nossa inteligência por vezes arrogante.

Não, para que não se esqueça e, sobretudo, para que nunca mais aconteça! Obrigado.

O SR. ALCEU MOREIRA (PMDB) – V. Exa. permite um aparte?
(assentimento do orador).

Saúdo o presidente Ivar Pavan; o Sr. Ney Ortiz Borges; e, nas pessoas do Sr. Sereno Chaise e do Sr. Christopher Goulart, saúdo a todos os integrantes da mesa.

Cumprimento os proponentes deste grande expediente, deputados Adão Villaverde e Adroaldo Loureiro.

Por gratidão e fidelidade às mulheres e aos homens que disseram não ao regime que se instalou no Brasil em 31 de março de 1964, pronuncio-me neste momento em nome da bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Para nós nunca haverá de se calar cada uma daquelas vozes. Suas palavras são ainda as nossas palavras; seus sonhos são ainda os nossos sonhos. Jamais poderemos esquecer cada grito de dor, cada lágrima chorada, cada gota de sangue sangrada nos abomináveis porões da ditadura.

Os tempos de hoje são outros. Há até mesmo quem não lembre mais daqueles dias; há os que deles pouco ou quase nada sabem porque sequer haviam nascido e há até mesmo os que alimentam saudades. Nós não temos saudade.

Quero lembrar o que dizia Tancredo Neves sobre aqueles tempos: *Ainda que o movimento de 1964 tivesse transformado a nossa Pátria*

em um paraíso, eu não me arrependo de lhe ter feito oposição. Para meu ideário político, o valor absoluto da vida é a liberdade. O paraíso, se estiver cercado, será sempre o inferno.

Mas virada a página triste, repugnável, vergonhosa da ditadura, nossa geração, no poder – legitimado pela única legitimidade a partir da qual se pode admitir o poder, a do voto livre –, continua a enfrentar desafios, inúmeros e cotidianos desafios.

Poderia falar de muitos, mas quero me referir àquele que, no meu entender, enquanto não vencido, acaba fazendo com que não seja completa a caminhada grandiosa e patriótica da luta pela liberdade democrática. Falo do desafio de alcançarmos a justiça social neste país.

E lembro as palavras de outro de nossos grandes comandantes daqueles tempos, Teotônio Vilela: *A maior tragédia do Brasil não é a dívida externa, nem a dívida interna: é a dívida social.*

Siga, portanto, a história do Brasil, a história livre do Brasil, a história do Brasil da liberdade, da liberdade brotada das urnas, vindas da vontade do povo, em busca da justiça social.

Trinta e um de março nunca mais, para que nunca mais se esqueça, para que nunca mais aconteça!

Ensino Ulysses Guimarães: *A verdade poderá temporariamente ser ocultada, nunca destruída. O futuro e a história são incensuráveis.* Obrigado.

O SR. RAUL CARRION (PCdoB) – V. Exa. permite um aparte? (assentimento do orador).

Saúdo o deputado Adroaldo Loureiro, proponente deste grande expediente, secundado pelo deputado Adão Villaverde; o deputado Ivar Pavan; o Sr. Christopher Goulart, neto do ex-presidente João Goulart; o tenente-coronel Marco Antônio de Oliveira Quevedo; o representante

do Ministério Público, promotor Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto; o vice-prefeito de Porto Alegre, Sr. José Fortunati; a Sra. Miguelina Vacchio; o Sr. Ney Ortiz Borges, grande líder do governo João Goulart; o presidente da CGTEE, Sr. Sereno Chaise, hoje aniversariando – meus parabéns; as Sras. e os Srs. Deputados.

Na pessoa do presidente do meu partido e membro do comitê central, camarada Adalberto Frasson, saúdo a todas as lideranças presentes.

Evidentemente, relembrar essa data não tem, deputados Adão Villaverde e Adroaldo Loureiro, nenhuma intenção revanchista, mas fazer com que não se perca a memória dos chamados anos de chumbo, para que nunca mais se repitam.

O movimento militar de 1º de abril de 64 nunca foi revolução. Foi um golpe militar contrarrevolucionário de inspiração norte-americana que tentou bloquear as lutas que avançavam no nosso Brasil pela reforma agrária, pela soberania nacional, pelas bandeiras nacionalistas, pela ampliação da democracia principalmente para o povo trabalhador. Causou terríveis prejuízos à democracia no país, com milhares de presos, de torturados, de processados, de demitidos, com centenas de mortos. Causou a desarticulação do movimento social brasileiro.

Quero lembrar que no dia 1º de abril, a sede da União Nacional dos Estudantes, na Praia do Flamengo, foi incendiada. Os sindicatos, as federações, as centrais, os movimentos sociais em geral foram violentamente reprimidos.

O PCdoB, que é o partido que mais sangue derramou no enfrentamento dessa ditadura, até hoje luta pela abertura dos arquivos da

ditadura e pela devolução dos corpos insepultos dos guerrilheiros do Araguaia.

Por tudo isso, somamo-nos a esta manifestação e inclinamos nossas bandeiras de combate em homenagem a todos aqueles que caíram, tombaram e foram perseguidos pelo regime militar.

A tentativa de criminalização dos movimentos sociais que vemos também no nosso Estado em alguns momentos, tratando-os como se marginais ou bandidos fossem, alerta-nos para que defendamos as liberdades democráticas e não permitamos que novamente tais acontecimentos enlutem o nosso Brasil. Muito obrigado.

O SR. CASSIÁ CARPES (PTB) – V. Exa. permite um aparte?
(assentimento do orador).

Saúdo o presidente desta Casa, deputado Ivar Pavan; o Sr. Christopher Goulart, neto do ex-presidente João Goulart; o tenente-coronel Marco Antônio de Oliveira Quevedo, neste ato representando o governo do Estado; o representante do Ministério Público, promotor Victor Hugo de Azevedo Neto; o vice-prefeito de Porto Alegre, Sr. José Fortunati; a Sra. Miguelina Vecchio, representando o PDT; o ex-parlamentar desta Casa Sr. Ney Ortiz Borges; o presidente da CGTEE, Sr. Sereno Chaise – muito prejudicado também, na ocasião, pelo regime militar; os proponentes deste grande expediente especial, deputados Adroaldo Loureiro e Adão Villaverde.

Como são-borjense, tenho belíssimas lembranças do saudoso João Goulart. Uma pessoa dócil, um bonachão – usando uma expressão bem popular no interior –, com coração excepcional. Ele reunia milhares de crianças na sua granja na entrada da cidade, no Dia das Crianças, para distribuir brinquedos.

Um homem com um coração grandioso e que, no meu entender, foi muito injustiçado.

Os partidos mais de centro-esquerda desembocaram no PTB, PDT, PT, PMDB. Naquela oportunidade, o partido mais prejudicado foi o PTB, que tinha uma força muito importante.

Saliento que Jango foi eleito duas vezes vice-presidente, tendo alcançado, em uma delas, votação superior ao presidente da República. Como ministro do Trabalho, concedeu um aumento de 100% ao salário mínimo, e foi incompreendido. Um homem que tentou implantar a reforma agrária, que até hoje não se concretizou. Por tudo isso podemos perceber quem foi Jango. No entanto, a sociedade ainda não entendeu isso, e devemos mostrar, principalmente para a nossa juventude, quem foi Jango.

Quanto à revolução, deputado Adão Villaverde, ela tinha um objetivo que foi desvirtuado. A intenção, todos sabemos, era de realizar uma eleição direta. Mas os aproveitadores, que no meu entender não foram os militares, mas alguns civis, tomaram conta do poder e não queriam mais entregá-lo para a sociedade. E saliento que ali se cometiveram erros de esquerda e de direita. A esquerda radical foi contra Jango, e a direita, no seu extremo, também foi contra Jango e contra o poder democrático.

Portanto, que possamos tirar ensinamentos desses fatos e recuperar essas imagens públicas, que são muito importantes para nós, para o trabalhismo, que hoje está acoplado em vários partidos de oposição.

Parabéns, deputado Adão Villaverde!

O SR. RAUL PONT (PT) – V. Exa. permite um aparte? (assentimento do orador).

Cumprimento V. Exa., deputado Adão Villaverde, e o deputado Adroaldo Loureiro pela iniciativa que ambos tiveram não só de fazer esse registro, mas também de participar da organização deste evento, que continua hoje à noite e amanhã.

Com a permissão do deputado, cumprimento o presidente da Casa e todas as autoridades já nominadas.

Desejo registrar, em nome da nossa bancada, que o Golpe de 64 foi o epílogo de um processo que se iniciou um pouco antes. As forças militares e civis, porque também existiram forças civis envolvidas no golpe, as forças vinculadas à UDN e aos militares, principalmente o grupo Sorbonne, que se organizava desde a 2ª Guerra Mundial, estavam já presentes na pressão que levou à morte Getúlio Vargas. Estiveram também presentes quando tentaram impedir a posse de João Goulart como vice-presidente, constitucionalmente e legalmente eleito em 1961. Só não conseguiram impedir porque, no Rio Grande do Sul, a ação de Leonel Brizola como governador e também do povo gaúcho foi eficaz em defesa da Constituição.

Infelizmente essas forças eram muito poderosas e conseguiram, em 1964 – com o apoio da cúpula da Igreja, da UDN e dos grandes banqueiros deste país –, não apenas derrotar João Goulart, mas também as profundas reformas implementadas pelo governo. Sabiam eles que havia uma direção popular, o traçado de um rumo para um outro país, com soberania nacional, com desenvolvimento.

Revi o belíssimo documentário feito sobre a vida de Jango em que estão muito presentes os verdadeiros motivos que o levaram a sofrer aquele golpe.

Era o aprofundamento de uma revolução popular pela educação e pelo direito ao voto, com a incorporação dos analfabetos e das mulheres.

Era isso que a direita e a minoria deste país sempre temeram. E continuam temendo.

Vimos, infelizmente, que não bastou derrotar a ditadura militar. Vivemos mais um ciclo, um período de neoliberalismo, em que a força das armas foi substituída pelo poder econômico.

Mesmo avançando nas lutas sociais, sabemos que muito temos ainda para conseguir nesse processo. Parabéns pela iniciativa. Muito obrigado. (palmas)

O SR. JORGE GOBBI (PSDB) – V. Exa. permite um aparte? (assentimento do orador).

Com a permissão do deputado, saúdo o presidente, deputado Ivar Pavan; o subchefe da Casa Militar, tenente-coronel Marco Antônio de Oliveira Quevedo, neste ato representando o governo do Estado; o vice-prefeito José Fortunati; os demais componentes da Mesa; as Sras. e os Srs. Deputados; as demais pessoas aqui presentes.

Parabenizo V. Exas., deputados Adão Villaverde e Adroaldo Loureiro, por essa iniciativa que permite a esta Casa o resgate de um fato histórico do Rio Grande do Sul.

Essa reflexão sobre os princípios da justiça social, da liberdade e principalmente da democracia todos temos de fazer.

Os fatos que decorreram desse acontecimento todos somos sabedores. Temos de ser os defensores da democracia, mas, acima de tudo, temos de tirar desse episódio a lição acerca da importância da luta do povo brasileiro pela democracia.

E nós, nesta Casa, devemos estar sempre atentos para a defesa da democracia, da liberdade e da justiça social. Defendo aquela assertiva que às vezes se divulga por aí de que eventualmente é melhor termos a pior

das democracias do que a melhor das ditaduras. Ou seja, sempre defendemos a democracia como suporte para o nosso povo brasileiro, por isso devemos estar atentos nesta Casa, sejamos de esquerda ou de direita.

Parabéns, em nome da bancada do PSDB, por essa iniciativa, por esse registro histórico. Muito obrigado.

O SR. MANO CHANGES (PP) – V. Exa. permite um aparte?
(assentimento do orador).

Com sua permissão, deputado, desejo saudar o presidente desta Casa e, na sua pessoa, a todas as autoridades já mencionadas no protocolo.

Parabenizo os proponentes deste grande expediente especial, deputados Adão Villaverde e Adroaldo Loureiro, pela pertinente iniciativa.

Se aprendemos algo na vida é que violência gera violência. Graças a Deus que a ditadura faz parte da história do nosso país.

Nós, políticos, bem como a sociedade como um todo, temos a obrigação de perpetuar a democracia no Estado do Rio Grande do Sul, no nosso país e no nosso planeta, porque é através da democracia que a maioria das pessoas tem voz e tem vez.

Muita gente, há 20 ou 30 anos, tinha um conceito sobre subversão. Quando entrei nesta Casa, pelo meu jeito de falar, pelo meu tênis quadriculado, muitas pessoas pensavam que eu era um deputado polêmico ou até, quem sabe, subversivo. Em nenhum momento, esse preconceito me abala, porque é através da personalidade e da luta que mostramos o que pretendemos na vida.

Tenho certeza de que esta é a nossa obrigação: continuar lutando para que a ditadura, seja ela de esquerda ou de direita, fique apenas na

história do nosso país. Precisamos continuar lutando para que isso aconteça.

Como presidente da Comissão de Educação, não poderia deixar de relatar que é através da educação, de uma ferramenta de aproximação e de disciplina em relação a professor e aluno que podemos ter uma democracia melhor e ensinar cada vez mais nosso povo a votar e a exercer o maior poder democrático, que é o voto.

O SR. ADÃO VILLAVERDE (PT) – Agradeço aos deputados pelos apartes.

Sr. Presidente, antes de encerrar, gostaria de fazer um convite a todos os participantes deste grande expediente especial.

Com o objetivo de darmos continuidade a este momento de reflexão e de resistência que estamos chamando de *A noite que durou 21 anos*, organizamos atividades para hoje e amanhã à noite, às 19 horas, no auditório Dante Barone.

Convido-os a hoje assistirmos à abertura desse seminário com o filme referido pelo deputado Raul Pont: *Jango*, de Silvio Tendler, com debates e comentários, e, amanhã, presenciarmos um debate sobre os 45 anos do Golpe de 64, com pesquisadores, pessoas qualificadas e renomadas, que estudam esse tema dentro e fora do estado.

Ao reiterarmos este convite, afirmamos e reafirmamos, em nome deste deputado, do deputado Adroaldo Loureiro e de nossas bancadas, que é uma honra muito grande termos partilhado este momento aqui, porque vários de nós partilhamos a história, o passado, a trajetória de resistência. Consideramos justo afirmar e reafirmar nossas posições e, sobretudo, nossas perspectivas de futuro.

Agradecemos pela presença das autoridades e de todos os participantes deste momento na Casa. Muito obrigado. (palmas)

Este livro foi diagramado em
novembro de 2009,
com tipos Caslon, nos textos e
Century Schoolbook nos
títulos e legendas.